



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Manuela Dolores Ferreira Carneiro

**O SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO E A
INFORMAÇÃO REGIONAL**

**Uma análise comparativa entre dois noticiários regionais da
RTP**

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Área de Especialização em Sociologia da Cultura e dos Estilos de Vida

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Helena Sousa

Braga, Julho de 2006

Aos meus pais

Agradecimentos

São muitos aqueles a quem eu tenho de agradecer o facto de ter levado a cabo esta dissertação.

Antes de mais, agradeço à Universidade do Minho, pela criação do Mestrado em Sociologia, Área de Especialização em Sociologia da Cultura e dos Estilos de Vida, que me permitiu regressar à vida académica e me abriu os horizontes em termos de conhecimento.

A todos os docentes da componente curricular do Mestrado, pelos ensinamentos ao longo dos dois semestres lectivos.

Agradeço em particular à Professora Doutora Helena Sousa, minha orientadora da dissertação, pelos seus comentários, críticas, sugestões e pela disponibilidade demonstrada.

À Professora Doutora Felisbela Lopes, pela prontidão com que se dispôs a ajudar-me nesta investigação.

Aos meus colegas da RTP, em especial ao Alves Mateus, ao Lucínio Ribeiro, à Maria Ricardo Cruz e ao Hélder Antunes, pela ajuda preciosa que me deram na reconstrução de dados acerca dos programas regionais da RTP em análise.

Aos meus colegas da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, do Instituto Politécnico de Bragança, em particular ao António Mourão, ao Vítor Mendonça, à Catarina Martins, ao Paulo Castro, ao João Paulo, aos “Ricardos”, à Rute Couto, à Luísa e ao Miguel Ângelo, pela boa vontade, paciência, força e espírito de entreatajuda que manifestaram ao longo deste trabalho.

Aos meus amigos que mostraram a sua generosidade nas horas em que mais precisei, como foi o caso da Paula, do Nuno e do Filipe.

Por último, um agradecimento muito especial aos meus pais e irmãs, pelo amor e motivação que sempre me deram ao longo de toda a minha vida.

A todos o meu muito obrigada.

Resumo

A presente dissertação, intitulada “O Serviço Público de Televisão e a Informação Regional – Uma análise comparativa entre dois noticiários regionais da RTP”, realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia – Área de Especialização em Sociologia da Cultura e dos Estilos de Vida”, na Universidade do Minho, procurou dar a conhecer melhor um domínio do Serviço público de Televisão português ainda pouco explorado ao nível académico, mas que se reflecte de grande importância para as comunidades regionais espalhadas por todo o país: a informação de proximidade.

Trata-se de uma área que a Radiotelevisão Portuguesa (RTP) sempre se esforçou por contemplar na sua programação, embora nem sempre tivesse tido o mesmo tratamento por parte do operador público. Tal facto levou-nos a comparar dois programas de índole regional da RTP para tentarmos perceber as diferenças no tratamento noticioso das regiões em cada um dos formatos: o “Regiões”, emitido apenas a nível regional, segundo o modelo das janelas regionais, e o “Portugal em Directo”, programa que está actualmente no ar, emitido a nível nacional. Mais do que isso, procurámos saber se existiam diferenças no tratamento noticioso entre as regiões e de que forma isso se poderia reflectir ao nível da sua projecção. Para tal, destacámos neste estudo uma região em particular: Bragança. Concretamente, quisemos saber se Trás-os-Montes ganhou ou perdeu notoriedade com o actual formato de informação regional da RTP.

A investigação empírica que levámos a cabo mostrou-nos que, apesar das diferenças substanciais patentes no tratamento noticioso de cada um dos programas, não podemos dizer que a região de Bragança perdeu protagonismo no quadro actual da informação de proximidade do Serviço Público de televisão. De qualquer modo, verificámos que é preciso repensar a primazia que é dada às grandes regiões, Porto e Lisboa, que, de certa forma, retiram espaço às zonas do país menos influentes, que precisam de espaços de programação como aqueles que foram analisados para afirmarem e reforçarem os seus laços identitários.

Palavras-chave: Serviço Público; RTP; Informação Regional; Agendamento; Produção Noticiosa.

Abstract

This dissertation, entitled “Public Television and Regional News – a comparative analysis between two regional news services from RTP”, tries to know better a domain of portuguese public service broadcasting which has not been yet exploited by academics but very important to regional communities around Portugal: regional news production.

The portuguese public service network, RTP, always made an effort to include regional news programs in its programming although not always dealt with it in the same manner. Thus, in this academic study we confront two regional news programmes, trying to understand the differences between them. We intend to analyse features of “Regiões”, a news bulletin produced by a regional centre depending on RTP, lasting between 15 and 30 minutes, broadcasted for their own region, and features of “Portugal em Directo”, the actual regional news programme of television public service, that broadcasts national-wide, lasting 1 hour. More than that we also want to know if there are any differences in the way several regions are treated in the regional news services and how that influences regions projection. To achieve that we focus our analysis on a particular region: Bragança. Actually we seek to understand if Trás-os-Montes has gain or lost notoriety with the present RTP regional news service.

The empirical research shows that, in spite of substancial differences between this two public television services’, we can’t say that Bragança loose importance in the present regional news service. However this study lead us to the conclusion that it’s necessary to think about the role played by big regions, such as Oporto or Lisbon, which in a certain way fulfil the sphere of influence that should be reserved to less influent regions who need programs as the ones that were here analyzed in order to strengthen their identities.

Key Words: Public Service Broadcasting; RTP; Regional News; Agenda-Setting; Newsmaking.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. OS PRIMEIROS PASSOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO	10
2.1. O Modelo BBC	10
2.2. SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO: AO ENCONTRO DE UM NOVO RUMO	12
2.3. QUALIDADE: A ETERNA QUESTÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	13
2.4. OUTRAS PORTAS DE SAÍDA.....	15
3. A RTP E O SERVIÇO PÚBLICO EM PORTUGAL.....	19
3.1. O SERVIÇO PÚBLICO ATÉ AO 25 DE ABRIL	19
3.2. O SERVIÇO PÚBLICO APÓS O 25 DE ABRIL.....	22
3.3. A REESTRUTURAÇÃO DA RTP	25
4. RTP: UM OLHAR SOBRE A PROGRAMAÇÃO REGIONAL.....	28
4.1. A PROGRAMAÇÃO REGIONAL ATÉ AO 25 DE ABRIL	28
4.2. A PROGRAMAÇÃO REGIONAL PÓS 25 DE ABRIL	30
4.3. O “PAÍIS REGIÕES”	33
4.3.1. Os primeiros 15 minutos.....	36
4.3.2. O “Regiões” depois do alargamento.....	38
4.3.3. Continuidade e mudança na rotina de produção.....	39
4.3.4. O “Regiões” na era Rangel	40
4.3.5. A reestruturação da RTP e o fim do “Regiões”	41
4.4. O “REGIÕES” NACIONAL	42
4.4.1. A Evolução na Continuidade	44
4.4.2. Bragança no “Regiões” Nacional	45
4.5. O “PORTUGAL EM DIRECTO”	46
4.5.1. “Portugal em Directo” versus “Regiões”	47
4.5.2. O Impacto do Directo	49
4.6. O AGENDAMENTO DAS NOTÍCIAS.....	52
4.6.1. O Primeiro Momento da Selecção Noticiosa.....	52
4.6.2. O Processo de Agenda-Setting	54
4.6.3. A produção noticiosa – o Newsmaking	55
4.6.4. O Jornalista e o Público	59

4.6.5. A produção noticiosa no CER de Bragança.....	60
4.6.6. O “faro” jornalístico no “Regiões Bragança”	61
4.6.7. Os Valores-Notícia no “Regiões Bragança”	63
4.6.8. Os Critérios de Noticiabilidade no “Regiões Nacional”	67
4.6.9. O Agendamento no “Portugal em Directo”	69
5. ANÁLISE DOS ALINHAMENTOS REFERENTES AO MÊS DE SETEBRO DE 2002 E AO MÊS DE JANEIRO DE 2006	72
5.1. ASSUNTOS EM DESTAQUE NA INFORMAÇÃO REGIONAL DA RTP	75
“Regiões Bragança” - Setembro de 2002	76
“Portugal em Directo” – Janeiro de 2006	84
Bragança (s)em destaque?	90
5.2. LOCAIS EM DESTAQUE NA INFORMAÇÃO REGIONAL DA RTP.....	93
“Regiões Bragança” - Setembro de 2002	93
“Portugal em Directo” - Janeiro de 2006.....	96
Bragança (s)em destaque?	98
5.3. NOTÍCIAS DE ABERTURA NA INFORMAÇÃO REGIONAL DA RTP.....	98
“Regiões Bragança” - Setembro de 2002	99
“Portugal em Directo” - Janeiro de 2006.....	100
Bragança (s)em destaque?	103
5.4. A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TEMAS NA INFORMAÇÃO REGIONAL DA RTP	104
“Regiões Bragança” – Setembro de 2002.....	105
“Portugal em Directo” - Janeiro de 2006.....	107
Bragança (s)em destaque?	109
6. CONCLUSÃO	111
BIBLIOGRAFIA	119
APÊNDICES.....	127
APÊNDICE 1.....	128
APÊNDICE 2.....	133
APÊNDICE 3.....	141

ÍNDICE DE MAPAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Temas "Regiões Bragança"	83
Gráfico 2 - Temas "Portugal em Directo"	90
Mapa 1 - Área de Cobertura do "Regiões" Bragança.....	95
Gráfico 3 - Tempo por Região.....	97
Gráfico 4 - Tempo "Espaços de Contextualização" Trás-os-Montes e Alto Douro.....	106
Gráfico 5 - Tempo "Directos" por Região.....	108

1. INTRODUÇÃO

Esta tese surge de uma vontade de analisar os domínios da informação televisiva regional, um tema ainda pouco explorado em Portugal, talvez pelo facto de poucas televisões terem investido neste domínio, mas que já há algum tempo tem vindo a merecer a atenção por parte da comunidade académica internacional, principalmente quando se discutem as problemáticas em torno da globalização dos *media*.

À medida que o progresso tecnológico se vai instalando nas diversas esferas da sociedade, em especial no campo dos *media*, temos cada vez mais a sensação de vivermos num só mundo. Os meios de comunicação social terão sido os grandes responsáveis por esta nova realidade que mudou radicalmente a experiência social.

Mas se muitos vêem com bons olhos este novo mundo, são também muitos os que têm chamado a atenção para os perigos que estas mudanças representam para as sociedades. O que se tem verificado é a diluição da multiplicidade de culturas existentes à face do planeta numa cultura cada vez mais global, sem laços identitários que a liguem a um lugar físico ou socialmente demarcado.

Esta preocupação tem assolado muitos investigadores que vêem no processo de transnacionalização cultural um perigo para a identidade de diferentes povos. Depois de nos séculos XIX e XX, vários movimentos terem atribuído uma enorme importância à cultura nacional, baseados na redescoberta de tradições culturais vincadamente nacionais, surge agora a ameaça de uma homogeneização cultural que poderá por em causa as especificidades culturais de cada país e, conseqüentemente, de cada região.

Apesar das ameaças, muitas das tradições antigas ainda se mantêm, pelo menos nas comunidades pequenas, muito unidas, que fazem questão de passar das gerações antigas para as mais novas os costumes que lhes foram incutidos pelos seus antepassados. Mas não deixam de abrir as portas para os meios de comunicação de massa que, aos poucos, vão introduzindo hábitos novos, aos quais é difícil escapar. Os *media*, porém, não têm de ser os “inimigos” da identidade cultural, podendo e devendo até, pelo contrário, ser seus aliados, uma vez que além de trazerem novos elementos de outras culturas, que são partilhados a nível internacional, e que acabam por ser assimilados, são também uma forma de expressão da identidade de cada um dos povos para todo o mundo, permitindo a partilha de valores e tradições, ainda que à distância, por parte de toda as comunidades espalhada pelo globo.

Entre os meios de comunicação de massa, aquele que mais responsabilidades tem nesta matéria é a televisão que, por enquanto, ainda é o *médium* por excelência, dada que é um meio incontornável nos dias de hoje, em qualquer sociedade e em qualquer meio social. Durante muitos anos, a “caixa mágica” esteve ao serviço dos Estados-Nação para criar um ideal colectivo, um sentimento nacionalista partilhado pelas comunidades de cada país. Foi ela o seu principal aliado na construção de uma identidade nacional, uma conquista recente, mas é também hoje, na era da televisão comercial, o seu principal obstáculo, enquanto difusora da cultura global que cada vez se impõe mais na sociedade.

Será que caminhamos então para um caminho sem volta?

A esperança continua a ser o Serviço Público (SP) de televisão que, apesar de tudo, continua a ter como principal missão a preservação da identidade dos países que serve, o que explica o investimento político feito neste sector e as batalhas que se têm desencadeado para evitar que o transformem, principalmente em países pequenos, num simples distribuidor de programas estrangeiros, nomeadamente americanos.

Em Portugal, temos o exemplo das tomadas de posição relativas à Radiotelevisão Portuguesa (RTP) que as posições do governo de Durão Barroso, em particular a tão propalada privatização do canal 2, provocaram na nossa história recente. Mais do que uma vez, o Grupo Informal de Reflexão que se constituiu para debater as questões do SP de televisão referiu a importância de gerar um consenso nacional para lutar pela preservação de valores como a liberdade de expressão e a afirmação da identidade nacional¹.

Quanto mais se internacionaliza o mercado da comunicação, mais importante se torna o papel das televisões nacionais. É fundamental que elas tenham em atenção um fenómeno recente, cada vez mais apresentado como uma porta de saída, que muitos académicos, como Francisco Rui Cádima², designam de “Glocalização”, que não põe de parte os avanços que a globalização trouxe, mas que os alia ao que o local tem de melhor.

Novos valores vão-se impondo, assim, na sociedade actual. Se é verdade que estamos perante uma mass-mediação crescente, a padronização de alguns costumes, também é certo que assistimos a uma revalorização do tradicional, do típico, do artesanato, da natureza. Depois de algum deslumbramento com as mudanças

¹ Serviço Público de Televisão – Grupo Informal de Reflexão Apela a Moratória

² Ver Cádima, Francisco Rui (1999), *Desafios dos Novos Media*, Editorial Notícias, Lisboa.

introduzidas pelo mundo moderno e que, por momentos, poderão ter feito esquecer as coisas boas que estão tão perto de nós, assistimos agora ao revalorizar do que nos está próximo, mas sem perder de vista as possibilidades que os avanços tecnológicos e a consequente globalização nos trouxeram.

É neste novo movimento que os *media* devem desenhar os seus espaços de programação, tendo em conta uma memória às vezes esquecida, que lhes cabe trazer de volta.

Tratando-se de uma problemática na qual se têm vindo a debruçar muitas académicos, entendemos adequar o nosso estudo à importância dos valores proxémicos no contexto da comunicação social, partindo do SP de televisão em Portugal e do seu “olhar” para a informação regional, como pólo catalizador de uma identidade regional, tendo em conta que o nosso país é marcado por regiões que se diferenciam umas das outras, com especificidades próprias. Apesar da influência da identidade comum no espaço regional, a sua própria identidade acaba por ser uma resposta às condições dos locais onde se forma.

Como temos de delimitar o nosso âmbito de análise, sendo que seria demasiado abrangente para uma tese de mestrado tratar todos os programas de índole regional promovidos pela RTP, desde os seus primórdios, optámos por uma análise comparativa entre dois formatos dedicados à informação regional, que entendemos ser emblemáticos, pelas novidades e destaques que trouxeram como noticiários regionais: o “País Regiões” e o “Portugal em Directo”.

Chegados a este ponto, percebemos que teríamos ainda de estreitar um pouco mais o nosso objecto de análise, por forma a obtermos um maior rigor e objectividade no estudo. Dada a quantidade de regiões que uma investigação desta natureza implicaria³, entendemos destacar Trás-os-Montes e Alto Douro, que passaremos a designar por Bragança, dado ser aí que estão centralizados os serviços de informação regional da RTP da região⁴.

A escolha acontece por duas razões: em primeiro lugar, porque se trata de uma zona que já conhecíamos, antes de iniciar este projecto, não só geograficamente, mas também pela própria cobertura noticiosa que é feita ao nível da comunicação social, nacional e regional; em segundo lugar, porque é, em termos geográficos, a região que se

³ Implicaria a análise de pelo menos sete regiões, segundo uma divisão definida pela RTP: Bragança, Porto, Coimbra, Lisboa, Castelo Branco, Évora e Faro.

⁴ Utilizaremos o mesmo critério para designar outras regiões, onde se centralizou o “Regiões”.

encontra mais afastada dos centros de decisão e que constantemente se levanta em protesto pelo facto de se dizer esquecida pelos órgãos decisores do país.

As acusações, em determinada altura, estenderam-se mesmo ao serviço prestado pela RTP, dado que a televisão estatal pôs termo, no final de 2002, às janelas regionais, uma decisão que acabou, entre outros, com o programa “Regiões Bragança”. Os transmontanos entenderam que perderam o único meio de lhes dar “voz”, a RTP respondeu com uma contrapartida: um programa destinado a todas as regiões, emitido a nível nacional, que, assim, lhes daria projecção não só no seu território, mas em todo o Portugal.

Perante estas dúvidas e os argumentos da RTP, encontrámos nesta ideia uma forma de iniciar a nossa investigação, sendo a pergunta de partida do nosso trabalho a seguinte: “será que o destaque dado à região de Bragança é maior, actualmente, com o “Portugal em Directo”, do que quando era emitido o “Regiões” local?”.

A nossa hipótese parte do princípio de que com o actual programa de informação regional do SP, o “Portugal em Directo”, apesar dos argumentos da RTP, a região transmontana perdeu protagonismo.

Para tentar demonstrar a nossa tese, delineámos um percurso científico, que começa por uma fundamentação teórica, que depois será sustentada através de uma investigação empírica.

I - No primeiro capítulo, mais do que conhecer a história do SP ao serviço do poder estatal, iremos tentar encontrar, na literatura, alternativas, portas de saída para as televisões públicas. A ideia é procurar perceber se estamos perante um serviço sem solução, ou se, por outro lado, existem possibilidades para o seu desenvolvimento. Portugal é um bom reflexo do que tem acontecido ao nível do SP um pouco por toda a Europa, que, com a entrada das televisões privadas no espectro hertziano, deixaram o que Umberto Eco designou como Era da Paleotelevisão para passarem a ser regida pelas “regras” da Neotelevisão.

Através de uma análise histórica, mostraremos que a RTP, desde que começaram as suas emissões regulares, a 7 de Março de 1957, viveu bons e maus momentos, e que, actualmente, depois de um período de indefinição, está a procurar reerguer-se e devolver aos portugueses o SP de televisão.

Depois de conhecermos melhor o conceito de SP de televisão e a empresa que o exprime em Portugal, a RTP, debruçaremos o nosso olhar sobre a programação regional

da televisão pública portuguesa. Neste campo, iremos constatar que a RTP, quase desde os seus primórdios que se esforça por levar até aos portugueses notícias sobre as suas regiões, mas a nossa especial atenção centrar-se-á nos noticiários regionais que começaram a surgir a partir dos finais da década de noventa, há cerca de dez anos atrás: “País Regiões/Regiões” local, “Regiões” nacional e “Portugal em Directo”. Ficaremos, assim, a conhecer as especificidades destes três programas, os seus objectivos, os seus conteúdos, entre outras dimensões, de forma a contrastar, posteriormente, esses elementos na análise empírica.

A fundamentação teórica ficaria incompleta se não nos debruçássemos sobre o agendamento e produção noticiosa do SP, incidindo particularmente no processo de “newsmaking” dos noticiários regionais. Este trabalho começa no momento em que os temas dão entrada nas redacções e vai até ao ponto em que eles dão lugar a notícias, centrando-se toda esta análise nos critérios que presidem à escolha daquilo que os jornalistas entendem por acontecimento.

II – Numa segunda etapa desta tese, faremos a confrontação dos dados obtidos ao longo da fundamentação teórica, nomeadamente os elementos que presidem à selecção noticiosa focados no capítulo relativo ao “Agendamento”, através da análise dos alinhamentos referentes ao mês de Setembro de 2002, do “Regiões Bragança”, e ao mês de Janeiro de 2006, do “Portugal em Directo”. As quatro categorias principais, “Assuntos”, “Localização”, “Notícias de Abertura” e “Directo/Entrevista de Estúdio” serão as linhas mestras que nos guiarão no estudo e cruzamento dos dados. No final de cada categoria, tiraremos uma breve conclusão acerca do destaque atribuído a Bragança. Esses apontamentos, de certa forma, farão uma antecipação da conclusão final, e serão indispensáveis no momento de confirmar ou infirmar a nossa teoria.

Metodologia

Quando nos propusemos levar a cabo esta tese sabíamos que queríamos abordar a informação regional e o SP de televisão. A ideia já vinha a tomar forma desde a componente curricular do mestrado, onde direccionámos os vários trabalhos realizados para esta temática. Foi precisamente nesta altura que surgiram as nossas primeiras dúvidas, dado que nos apercebemos que havia vários pontos de partida para encetarmos o nosso estudo. As incertezas permaneceram, mesmo depois de passarmos à

investigação para este trabalho. Foi, por isso, necessário proceder à leitura de várias obras académicas debruçadas sobre estes domínios para podermos levar a bom porto a prossecução da nossa tarefa.

De um vasto conjunto de ideias que se nos afloraram, foi necessário proceder a uma filtragem, de forma a especificarmos o nosso objecto de estudo. Decidimo-nos, então, por uma análise comparativa entre dois programas de índole regional da RTP com formatos diferentes, de modo a tentarmos perceber o papel do SP de televisão na informação de proximidade.

Definido o tema, estabelecemos de imediato as leituras necessárias para um devido enquadramento teórico. Para tal, recorreremos à literatura nacional e estrangeira com enfoque sobre o serviço público, a radiotelevisão portuguesa, a informação regional e o agendamento. Uma abordagem sociológica e a devida contextualização histórica, partindo de uma fundamentação científica avalizada por outros investigadores, que nos serviria de guia para tirarmos depois as nossas próprias conclusões.

Dado que em Portugal a informação regional do SP está ainda pouco explorada ao nível da investigação académica, procurámos complementar os dados pretendidos, como a história e as rotinas de produção dos programas de índole regional da RTP, com entrevistas exploratórias a quatro profissionais directamente ligados a estes projectos. O objectivo foi obter respostas acerca dos primórdios do “País Regiões”, do “Regiões” nacional e do “Portugal em Directo”, como é que tudo se processou e processa, quais as principais dificuldades inerentes ao trabalho em Trás-os-Montes, como é que era e é feito o agendamento das notícias, a filosofia de trabalho que impera na redacção bragançana, diferenças entre os formatos, especificidades de cada programa... Trataram-se de entrevistas abertas, não muito direccionadas, de modo a que os entrevistados nos pudessem fornecer uma informação o mais completa possível sobre as especificidades de cada um dos formatos.

Dos três coordenadores entrevistados, dois, Alves Mateus e Maria Ricardo Cruz, responderam à entrevista presencialmente, tendo sido a terceira entrevista, com Hélder Antunes, gravada ao telefone. O repórter de imagem, Lucínio Ribeiro, respondeu às questões via correio electrónico. As entrevistas tiveram lugar entre o dia 9 de Dezembro de 2005 e o dia 18 de Janeiro de 2006.

A Escolha do *Corpus* de Análise

O “Regiões Bragança”, enquanto janela regional, passou por diferentes fases, algo natural num programa que esteve no ar cerca de seis anos e que, por isso, esteve sujeito a ajustes na sua forma, embora a sua substância, a informação de proximidade, se tivesse mantido.

Quando encetámos este estudo, era nossa intenção fazer uma análise da evolução que este formato foi sofrendo, para melhor fazermos uma comparação com a informação regional que a RTP oferece nos dias de hoje. Fizemo-lo principalmente através das entrevistas que levámos a cabo com alguns dos protagonistas que estiveram desde o primeiro momento a acompanhar o desenrolar destas emissões regionais, mas era também do nosso interesse cruzar esses dados com os alinhamentos dos programas, de forma a obtermos uma análise mais completa.

Não basta, no entanto, o querer dos investigadores para levar um estudo a bom porto. Se na pesquisa teórica os obstáculos foram de alguma maneira facilmente ultrapassados, o mesmo não se pode dizer no trabalho empírico. Neste campo, estivemos completamente dependentes dos alinhamentos dos programas da RTP, o nosso principal objecto de análise, sendo que nos foi dito que muito desses documentos, mais concretamente os alinhamentos do “Regiões” local e nacional, já não estariam disponíveis nos arquivos informáticos da televisão de SP. Segundo nos foi comunicado por alguns funcionários da empresa ligados à informação regional, todo esse material teria sido apagado do servidor, por altura de uma reestruturação do sistema informático. Tudo indicava que o nosso trabalho estava comprometido.

Por razões profissionais, tínhamos em nosso poder vários alinhamentos do “Regiões” Bragança, pelo que conseguimos recuperar por completo os alinhamentos referentes ao mês de Setembro de 2002, quando o programa já estava na recta final. Trata-se, portanto, da última versão deste formato até à sua extinção e, apesar de nos limitar ao nível da profundidade da nossa investigação, entendemos, mesmo assim, pertinente compará-lo com o “Portugal em Directo”, um formato também baseado em notícias regionais, mas completamente diferente do que foram as janelas regionais. Entre os dois programas foi transmitido o “Regiões Nacional”, que optámos por encarar aqui como um programa de transição, muito próximo do “Portugal em Directo”, mas que não estava ainda bem definido e estruturado como o actual. Portanto, além de não termos possibilidade de aceder aos seus alinhamentos, uma vez que também foram apagados, chegámos também à conclusão de que seria muito exaustivo tratarmos num só estudo

todos os momentos pelos quais passou desde então a informação de proximidade da RTP, ainda para mais quando podemos obter os elementos que nos interessam na comparação destes dois espaços televisivos.

De salientar que estamos a falar de dois programas que, num caso, “Regiões Bragança” (Setembro de 2002) são a versão final de um formato e, no outro, “Portugal em Directo” (Janeiro de 2006) é a versão mais recente, pelo que nos poderão dizer melhor do que qualquer outro, que ainda estava em reformulação, o que pretendia efectivamente o SP em cada um dos momentos com a sua emissão.

A Escolha dos Instrumentos de Análise

Pelo desejo de rigor e necessidade de ir além das aparências (Bardin, 2004: 25), a Análise de Conteúdo, complementada com uma Análise Crítica do Discurso, pareceu-nos o método indicado para proceder ao tratamento dos dados empíricos.

Para tal, foi necessário, antes de tudo, sistematizar os dados, ou melhor, delimitar as unidades de estudo através de uma análise categorial.

Esta pretende tomar em consideração a totalidade de um “texto”, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de *items* de sentido. (...) É o método das *categorias*, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É portanto um método taxionómico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (Bardin, 2004: 32).

Estabelecer critérios de ordenamento dos dados que dispúnhamos foi, efectivamente, o que procurámos fazer em primeiro lugar. Encetámos então uma busca que começou por ler atentamente todos os alinhamentos que tínhamos ao nosso dispor. A ideia era perceber de que forma poderíamos criar uma grelha de análise para levarmos adiante o nosso estudo comparativo. Seguimos as recomendações de Bardin e, para separar os elementos em análise, investigámos o que cada um deles tinha em comum com os outros e, tal como já havia avançado a investigadora, o que permitiu o seu agrupamento foi precisamente a parte comum existente entre eles (Bardin, 2004: 112). Após este trabalho de inventariado, e depois de consultarmos outros estudos do género⁵, seguiu-se a classificação, onde a ideia era impor uma certa organização aos dados. Acabámos por

⁵ Baseámo-nos essencialmente na tese de mestrado de Felisbela Lopes (1999), onde a investigadora faz uma análise comparativa do “Telejornal” da RTP entre o antes e depois do aparecimento das televisões privadas, através dos estudos dos alinhamentos do mesmo programa.

decidir estabelecer quatro categorias principais⁶, que passariam a ser as linhas de orientação do nosso estudo: assuntos, localização, notícias de abertura e directos/entrevistas estúdio.

⁶ À semelhança do que fez Felisbela Lopes no estudo atrás citado.

2. OS PRIMEIROS PASSOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO

2.1. O Modelo BBC

É a British Broadcasting Corporation (BBC), estação de televisão pública inglesa, que se deve o modelo de SP europeu, baseado nos princípios: informar, educar, divertir. Fundada em 1923, começaria por ser uma emissora de rádio para, alguns anos mais tarde (1929), se tornar também num monopólio estatal de televisão.

Desde o início, a sua principal preocupação centrou-se na preservação da identidade nacional. A BBC foi criada para providenciar um serviço nacional, onde as pessoas se sentissem como fazendo parte de uma nação. “Os dois canais destinavam-se à comunidade nacional, cujos interesses gerais a BBC tinha o dever de servir (Scannell, 1995: 25). O objectivo era criar uma cultura comum que tocasse toda a sociedade e que pudesse ser partilhada por pessoas de classes, gostos e interesses diferentes. Como dizia John Reith, o seu fundador, a ideia era “fazer da nação um único homem” (citado por Scannell, 1995: 26). Tratava-se de um trabalho ideológico de cimentação social que pressupunha uma sociedade dividida que se juntava e unia em determinadas ocasiões, até porque a unidade do Reino Unido sempre foi problemática (*Ibidem*).

Este apelo nacionalista acabaria por fazer eco nas televisões de SP de outros países da Europa, que viram neste meio um importante veículo de incitamento à unidade nacional.

A BBC foi considerada durante muitos anos (inclusive depois da criação de um canal independente e rival) como “o instrumento nacional de rádio e televisão”. Em mais do que uma ocasião algum Presidente francês chamou ao seu serviço de televisão “a voz de França” (Blumler, 1993: 26).

Mas, segundo António Pedro Vasconcelos (2003: 44), o modelo de monopólio público de televisão impôs-se em todos os países europeus por três razões: “a escassez de recursos tecnológicos (escassez do espectro radioelétrico), a necessidade de assegurar uma cobertura nacional e o elevado custo das transmissões e dos programas”. Foram estes os argumentos que contribuíram para a história da televisão pública ao serviço do poder político, uma instrumentalização que, em alguns casos, se mantém até

aos dias de hoje. No entender de Raboy (1995: 2), em muitas partes do globo, o problema continua a ser o totalitarismo que remete o SP ao serviço dos interesses particulares do Estado soberano. E vai mais longe (1995: 8): “(...) o que se tem verificado é que tem sido abusado pelos governos de diversos países, em busca de um alto propósito nacional, dizendo que é para interesse do público”. Blumler (1993: 27-8) tem uma visão semelhante e diz que apesar das televisões públicas promoverem entrevistas, debates, participações telefónicas, análises temáticas e jornalismo de investigação, a sua politização criou muitos problemas ao trabalho dos seus profissionais.

Analisando a história do SP de televisão de alguns países, percebemos que foram poucos os governos que não sucumbiram à tentação de controlar o SP, sendo que se alguns primaram pela subtileza, outros não se preocuparam em escondê-lo. Se atentarmos à história da televisão sueca, por exemplo, verificamos que sempre houve um apertado controlo parlamentar, embora actualmente este seja mais fraco (Hultén, 1995: 45). Isto apesar de, nos primórdios da radiodifusão, ter sido considerado impróprio que o Estado exercesse uma influência directa sobre o SP. Optou-se então por um monopólio nacional, entregue a uma organização privada sobre um apertado controlo governamental (*Ibidem*). A própria ZDF (*Zweites Deutsches Fernsehen*), considerada uma das melhores televisões de SP, funcionou muitas vezes como transmissora de interesses do executivo alemão. De qualquer modo, não obstante as suas afinidades políticas, a ZDF tem-se pautado por procurar ser politicamente equilibrada e pela sua independência jornalística (Hoffman-Riem, 1995: 71-2). O controlo político foi bem mais evidente na Bélgica, onde o conceito de SP nunca foi sujeito a um debate, estando sempre debaixo das relações de poder em vigor (Burgelman e Perceval, 1995: 99). Do outro lado do mundo, no Japão encontramos a NHK (*Nippon Hoso Kyokai*) que, apesar de ser considerada uma das maiores organizações do SP do mundo, e não sendo uma instituição governamental, ainda assim é severamente controlada pelo ministro das comunicações. Isso não impede, no entanto, a NHK de manter uma certa independência (Shimizu, 1995: 141). O próprio SP português oferece um exemplo elucidativo. Nas palavras de Joaquim Fidalgo (2003: 20), “a RTP foi sempre mais uma “televisão estatal” do que uma “televisão pública”.

2.2. SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO: AO ENCONTRO DE UM NOVO RUMO

Apesar de uma longa história de instrumentalização por parte do Estado, durante mais de meio século, a confiança e orgulho foram os traços distintivos da televisão da Europa Ocidental (Blumler, 1993: 11). Mas os anos 80 viriam a tornar-se tempos conturbados para o SP. Foi nesse período que começaram a registar-se mudanças profundas ao nível tecnológico, económico, estrutural e legal, pelo que as diferentes nações europeias passaram a debater-se com as novas questões relativas a políticas de meios de comunicação electrónicos (*Ibidem*).

Marc Raboy (1995: 3) diz que a evolução da radiodifusão, nesta altura, foi marcada por três aspectos que se desenvolveram em paralelo:

- A explosão da capacidade de canais, sendo que o desaparecimento de limites audiovisuais foi possível graças às novas tecnologias;
- A desintegração do modelo de SP estatal com o colapso do bloco soviético, ao lado do movimento de democratização em várias partes do mundo;
- A abertura do mercado a operadores privados em países onde estava instaurado o monopólio do SP.

António Pedro Vasconcelos (2003: 45) refere também o crescimento dos recursos publicitários, o que levou a uma pressão conjugada dos grupos de comunicação e dos anunciantes. Com este novo cenário, de repente, passa-se de uma oferta televisiva reduzida a uma proliferação de canais, surgindo, assim, uma concorrência sem precedentes pelas quotas de audiência. A reviravolta provocada pelo advento das televisões comerciais acabou por ter consequências, principalmente no papel do SP no reforço dos vínculos sociais em torno de uma comunidade nacional (Blumler, 1993:53).

Depois de uma fase de encantamento com as novidades e possibilidades trazidas pela multiplicação de canais, tornou-se necessário repensar o SP de televisão, que, no cenário da economia global e numa Europa sem fronteiras, passou a ser visto como “um dos escassos recursos de afirmação da identidade nacional e um dos últimos instrumentos da soberania dos Estados” (Vasconcelos, 2003: 48).

O caminho para a revalorização dos sistemas de comunicação públicos passava e passa, antes de mais, pela criação de políticas independentes tanto do Estado como do mercado.

A essência do modelo de serviço público começa por estar no não abdicar de um “projecto cultural” e na preservação de uma identidade própria face às tentações de carácter comercial. Nesse sentido é importante assegurar nas comunidades nacionais, para o público em geral, uma programação diversificada, equilibrada, destinada a todas as categorias da população (Cádima, s/d: 9).

Não se deve perder de vista o papel do SP enquanto motor de uma identidade nacional, mesmo no cenário actual de globalização de conteúdos, em que o “fast food” americano tende a imperar. Por enquanto, há espaço para as identidades históricas nacionais e regionais e as televisões públicas podem dar um contributo significativo para as manter vivas.

2.3. QUALIDADE: A ETERNA QUESTÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Quando se fala na redefinição do SP, a palavra “Qualidade” é muitas vezes referenciada. Muitos estudos apontam a qualidade como um dos requisitos fundamentais dos conteúdos do SP. Trata-se, no entanto, de um conceito nem sempre fácil de determinar.

Muitas vezes a qualidade redundando para uma questão de gosto, e, se assim for encarada, será um sério problema, porque os críticos são unânimes no ataque aos programas que a maioria aprecia, alegando que não têm precisamente qualidade. Blumler e Hoffman-Riem (1993: 269) dizem que “a noção de qualidade é subtilmente equiparada à de popularidade”. A própria BBC tem encontrado grandes dificuldades quando o tema é “qualidade *versus* popularidade” (Scannell, 1995: 33).

Do que se fala então quando é referida uma programação de qualidade? Antes de mais, a qualidade é, ou deveria ser, o elemento diferenciador entre a programação dos serviços públicos e a que é oferecida pelos operadores privados. Pode-se subentender isso mesmo no art. 44º da Lei da Televisão, onde vem estipulado que “a concessionária deve assegurar uma programação de qualidade e de referência que satisfaça as necessidades culturais, educativas, formativas, informativas e recreativas dos diversos públicos específicos” (Arons de Carvalho *et al*, 2003: 182).

Referindo-se à qualidade do SP de televisão, Blumler e Hoffman-Riem (1993: 269) falam em critérios como frescura, criatividade, capacidade para gerar debate, autenticidade, relevância social, riqueza expressiva e integridade.

Gianpietro Mazzoleni (1993: 117-127) salienta que em Itália se salvaguardaram alguns valores culturais, nomeadamente no que diz respeito à integridade da produção

criativa, protegendo-a das agressões comerciais, e à obrigatoriedade de difundir produções nacionais. Tiveram-se ainda em conta aspectos como o respeito pela dignidade humana, alguns cuidados com a publicidade de produtos nocivos e as representações de sexo e violência.

Já no que diz respeito à informação em particular, Cebrián Herreros (1998: 129-130) considera que um jornalismo de qualidade passa por uma análise das múltiplas formas de vida, promovendo uma visão global e contextualizadora dos factos. Deve evitar qualquer intenção de governamentalização e ser um garante do exercício real da liberdade de expressão de todos sem a mediação nem o controlo censor de nenhum poder político ou económico. O investigador reforça ainda que “a televisão pública não tem opiniões próprias, apenas é a plataforma das diversas correntes de opinião existentes na sociedade, um espaço de diálogo e de debate social, de maiorias e de minorias, sem tomar partido por nenhuma das propostas”.

Lady Warnock (citada por Blumler, 1993: 27), filósofa e ex-membro da Independent Broadcasting Authority, definiu desta forma o que deve ser um programa de qualidade: “ (...) fazer com que (o telespectador) sinta que os horizontes se abrem e que há novos espaços por descobrir porque a sua imaginação e a do realizador estão a trabalhar juntas”. Felisbela Lopes (1999: 46) segue uma linha de raciocínio semelhante. Ela entende que uma programação de qualidade tem de passar, sobretudo, “por uma procura constante de inovação”. Adoptando esta filosofia, os programas conseguem prender a atenção por mostrarem que há algo que vale a pena descobrir. A investigadora acredita que “mais importante do que a novidade e a variedade é a não-trivialidade”.

Mas não basta referenciar o que deve ser uma programação de qualidade. Stephen Hearst (1993: 107) defende que esta não é possível sem uma sólida segurança financeira e sem quadros com talento que, de alguma forma, dependem também eles da primeira condição. Também Felisbela Lopes (1999: 47) corrobora desta opinião:

Sem uma sólida segurança financeira, será certamente difícil pensar-se na produção de séries e documentários e em produções artísticas de grande envergadura. Sem recursos humanos de talento, será complicado inovar e transformar programas de interesse público em espaços de interesse do público.

São estes pilares do SP que muitas vezes se encontram abalados que acabam por pôr todo o seu papel em causa, visto que é exactamente a falta de auto-suficiência um dos grandes problemas que as televisões públicas têm muitas vezes de enfrentar. O SP

não devia ser directamente dependente do êxito calculado economicamente, tendo em conta que é financiado por fundos provenientes de fontes públicas (Blumler e Hoffman-Riem, 1993: 262).

Se realmente assim fosse, a televisão pública poderia criar com mais frequência programas que não estivessem, à partida, dependentes de uma grande audiência. Podia arriscar em novidades. O Ex-Secretário de Estado da Comunicação Social, Alberto Arons de Carvalho (Arons de Carvalho, 2002: 62) provou isso mesmo quando disse que “a RTP não tem qualidade em grande medida porque não tem dinheiro e não tem dinheiro porque a sua qualidade não justifica uma aposta financeira forte”.

Portanto, só depois de assegurar os meios é que se poderá então apostar em conteúdos onde se promovam os valores culturais, contrariando-se o mercantilismo que cada vez mais toma conta da programação televisiva.

2.4. OUTRAS PORTAS DE SAÍDA

Francisco Rui Cádima (Cádima, s/d: 6) entende que, para encontrar um caminho para o SP, tem de se apostar num modelo radicalmente diferente do que predominou até agora. É preciso, antes de mais, que se clarifiquem os objectivos da radiodifusão pública. Para Raboy (1995: 9), a intervenção do Estado é determinante para o futuro do SP, não exercendo, porém, o seu papel de patrão mas sim desenhando e facilitando o funcionamento de um sistema multifacetado de radiodifusão nacional. Um passo importante seria atribuir a um organismo independente a responsabilidade da regulação e supervisão do SP, até porque, como diz Moisés Martins (Martins, 2003: 11), fiscalizar o SP é um acto de liberdade cívica, é assegurar a qualidade. Raboy (1995: 11) é de opinião que é também essencial responsabilizar os próprios operadores, que têm de cumprir o exercício dos seus mandatos dentro dos propósitos que lhe são atribuídos. O autor não chega ao ponto de defender o fim da publicidade nos canais públicos. Ele entende que “é possível organizar a radiodifusão de forma a englobar simultaneamente as actividades comerciais e o SP, maximizando a escolha do consumidor e a programação de cidadania”. A ideia é chegar a uma grande audiência de uma forma efectiva.

As televisões privadas chegam, por vezes, a argumentar que também elas podem providenciar SP. O problema é que vão reger-se sempre pela competição, o que acaba por ser um argumento muito forte a favor do SP, que deve ser um catalizador das

pressões do mercado e um exemplo para os outros operadores (Raboy, 1995: 12). António Pedro Vasconcelos (2003, 72) entende como um equívoco a possibilidade de o SP poder ser contratualizado com os canais privados. O autor acredita que “nenhum canal de televisão comercial se poderia arriscar a perder audiências com programas vocacionados para públicos minoritários, em horas em que qualquer *reality show* lhe garante um máximo de *share*”.

Mas será que é apenas isto o SP? De facto, por vezes, o maior obstáculo ao SP acaba por ser a própria indefinição do seu papel. Tudo o que se queira fazer neste sector acaba por desembocar na eterna pergunta: “em que consiste afinal o SP?” A questão é polémica e já deu origem a reflexões de diversas ordens. O mais sensato talvez fosse começar por saber que tipo de SP quer o público, visto que se trata de um serviço pago por ele e para ele. É por essa razão que Joaquim Fidalgo entende que a lógica do SP deve passar essencialmente e antes de tudo pelo público, ou seja, “é SP na medida em que é feito para o público, financiado pelo público e controlado pelo público” (2003: 26). Esta opinião é reforçada por Manuel Pinto (2003: 41) que afirma ser um contra-senso a existência de um SP sem a participação activa do público. O investigador acredita que a orientação para a cidadania deve ser o critério determinante da organização do SP. Yves Achille (1994: 19-20) pensa da mesma maneira, defendendo “a televisão dos cidadãos”, ou seja, uma televisão de todos e para todos.

Desta forma, não faz mais sentido pensarmos no público apenas enquanto audiência, deduzindo o que ele quer pela quantidade de pessoas que vêem um determinado programa, ou então achar-se que os telespectadores não sabem o que querem. É preciso dialogar com os cidadãos, fazer com que eles participem activamente nas questões do audiovisual, ou seja, é preciso incentivar o exercício de cidadania.

(...) A participação dos cidadãos no serviço público, individualmente ou através de estruturas associativas e institucionais diversas, constitui um direito e um dever que se inscrevem nos direitos e deveres fundamentais que a Constituição consagra (Pinto, 2003: 51).

Em Portugal, já se deu um passo significativo nessa direcção, com a atribuição do Canal 2 à Sociedade Civil⁷, pelo menos aparentemente, pois, o acesso a um tempo de antena está nas mãos de algumas instituições, que estabeleceram protocolos nesse sentido e que têm de investir na produção dos programas que pretendam pôr no ar.

⁷ Foi uma das medidas do “Projecto Fénix”, explorado mais à frente, na página 28.

Pode-se sempre recorrer ao que vem expresso na Lei quando a questão é a televisão pública⁸. A questão é que vamos encontrar lá apenas um ideal, que não deixa de ser legítimo, mas muito vago para pôr em prática em termos de programação a oferecer. No geral, fala-se no que não se pode, mas pouco ou nada se diz sobre os conteúdos dos programas que o SP deve emitir.

Marc Raboy (1995: 6) acredita que a BBC continua a ser o modelo de SP mundial. A televisão pública inglesa, no entanto, enfrenta também algumas dificuldades criadas pela concorrência dos operadores privados, não por causa de uma “guerra” pela divisão do “bolo” publicitário, mas sim devido à luta pelas audiências (Achille, 1994: 30).

Hugues Le Paige (1997: 85) defende que a solução pode estar na diferença, uma aposta interessante se tivermos em conta que as principais críticas dirigidas ao SP se centram exactamente no facto de este se limitar a oferecer mais do mesmo, ou seja, uma programação colada à dos operadores privados.

(...) O serviço público escolheu afrontar a concorrência do sector privado no seu próprio terreno. Estratégia suicida: não só renunciou ao seu maior trunfo – a diferença – como se colocou numa situação de inferioridade. (...) O serviço público é forte e dominador sobre o mercado quando produz emissões que correspondem às suas qualidades intrínsecas e que não vão de encontro à sua cultura de empresa pública (*Ibidem*).

O SP como alternativa seria, assim, uma resposta para uma televisão que sirva o interesse público, que dê prioridade aos princípios e valores vulneráveis⁹, constantemente ameaçados pela dinâmica do lucro.

Citando Minow, Blumler e Hoffman-Riem (1993: 258) dizem que “a televisão pública deve gozar de um compromisso público tanto como as bibliotecas, os hospitais, parques e universidades públicas”.

⁸ Ver capítulo IV, artigo 47º (Obrigações específicas dos operadores que actuem ao abrigo de concessão do serviço público de televisão), da Lei nº32/2003, de 22 de Agosto (Lei da Televisão).

⁹ Segundo Felisbela Lopes (1999: 41), “a continuidade, a mutabilidade, a igualdade e a neutralidade são considerados os princípios clássicos do serviço público”. Quanto aos valores vulneráveis são, sobretudo, quatro para os quais Blumler (1993: 49-56) chama a atenção do SP:

- A qualidade do programa
- A diversidade/pluralismo
- A identidade cultural
- A independência das fontes de financiamento.

Quando se fala em encontrar soluções para o SP, Felisbela Lopes (2003: 27) diz que “o que se pretende é (re)encontrar e aprofundar a identidade de uma televisão pública, por muito difícil que se mostre a tarefa, sob pena de ela não resistir à “crescente deriva” que tem vindo a caracterizá-la”.

Há ainda um longo caminho a percorrer, mas alguns países como Portugal começaram, recentemente, a trilhar um novo percurso, tendo já dado alguns passos para devolver a televisão de SP aos cidadãos, libertando-a, aos poucos, do peso dos governos, depois de uma longa história de dominação política.

3. A RTP E O SERVIÇO PÚBLICO EM PORTUGAL

Apesar do arranque da BBC e de mais televisões de SP noutros países da Europa, Portugal só veria nascer a televisão e, conseqüentemente, o SP quase duas décadas depois. A 15 de Dezembro de 1955 foi dado o primeiro passo, ao constituir-se, por iniciativa do governo, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada sob a denominação de RTP – Radiotevisão Portuguesa, S.A.R.L., com um capital de 60 milhões de escudos (Silva e Teves, 1971:105). Foi a resposta a cerca de três anos de trabalhos de instalação da rede de televisão e de pesquisas iniciadas em 1952, um período de estudo, criado no âmbito da Emissora Nacional, que muitas vezes foi desencorajado por alguns despachos do Ministério da Presidência e Comunicação. Este órgão manifestava pouco interesse pela questão da instalação e exploração do serviço de televisão em Portugal, sendo que só em meados de 1955 o Governo permitiu que o projecto avançasse através do Decreto-Lei nº 40/341, no qual promoveu a constituição de uma sociedade de regime de concessão para a exploração da televisão em todo o território português (Santos, 2002: 27). A sociedade era constituída pelo Estado, por emissoras privadas de radiodifusão e por várias instituições bancárias. A escritura pública estipulava os estatutos que viriam a reger a RTP durante cerca de quarenta anos (Silva e Teves, 1971:105)

Foi a 4 de Setembro de 1956 que a televisão brilhou pela primeira vez em Portugal, apesar das reticências do Estado Novo em relação a este novo meio de comunicação que não agradava particularmente a Salazar. Caberia a Marcello Caetano, o então ministro da Presidência, o controle do novo meio: “A televisão é um instrumento de acção, benéfico ou maléfico, consoante o critério que presidir à sua utilização. O governo espera que os dirigentes do novo serviço público saibam fazer deste instrumento um meio de elevação moral e cultural do povo português” (Sousa e Santos, 2003: 56). Começava aqui uma longa história de manipulação da televisão pública por parte do Estado.

3.1. O SERVIÇO PÚBLICO ATÉ AO 25 DE ABRIL

O Presidente do Conselho, desde o início, pôs-se à margem deste novo meio de comunicação, sendo que “o claro afastamento de Salazar do meio televisão não se

explica só pelas suas múltiplas fobias de tecnologia, inovação, público, publicidade, etc., mas, aparentemente, pelo seu óbvio desconhecimento das “virtualidades instrumentais” do novo meio” (Cádima, 1996: 36). Isso explica o facto de não ter havido propriamente um aproveitamento propagandístico ao ponto de se chegar ao culto da personalidade, como aconteceu (e acontece) noutros regimes totalitários¹⁰. Mas se Salazar desvalorizava este poderoso instrumento político e raramente aparecia nos ecrãs, Marcelo Caetano, um dos principais impulsionadores da televisão em Portugal, tinha plena consciência da sua força.

Marcello Caetano (...) desdobrava-se em múltiplos discursos, presenças, visitas, etc., duas delas feitas, significativamente, à própria RTP Porto e Emissor da Lousã. Ganhava assim, sem dúvida, pelo seu novo desempenho mediático, o estatuto de relações públicas do regime (...) (Cádima, 1996: 44).

Foi então pela mão de Marcello Caetano que, segundo Francisco Rui Cádima (1996: 52), a informação televisiva se tornou numa “autêntica agenda interministerial”, onde eram basicamente apresentados os programas do governo, algum desporto e *fait-divers* e pouco mais. Trabalhava-se no sentido de manter incólume a acção governativa, sendo aplicadas diferentes modalidades censórias sempre que esta estivesse em causa. “Uma preocupação era tida como linha de orientação fundamental: não provocar quaisquer susceptibilidades no âmbito do próprio sistema político monopartidário”.

Tornou-se, assim, clara a apropriação da televisão pelo aparelho político, que viria a conhecer o seu ponto alto com a perseguição a Humberto Delgado. Depois de toda uma campanha, feita em grande parte pela RTP, para descredibilizar o General, conotando-o com o partido comunista, segue-se a alegada fraude eleitoral que ditou a sua derrota, apesar do apoio dos populares em manifestações de rua no Porto e em Lisboa na véspera das eleições (Cádima, 1996: 145).

É claro que nada disso se viu através da televisão. De facto, se nas ruas era ainda possível exprimir, com grande coragem, que havia descontentamento popular e, mais do que isso, que havia uma candidatura alternativa, em torno da qual os democratas estavam unidos, na televisão era como se nada disso se passasse (*Ibidem*).

¹⁰ Temos o exemplo bem recente ainda na nossa memória do que se passava no Iraque, com Sadamm Hussein, que era o elemento central da televisão iraquiana.

De qualquer modo, nada se compara ao que aconteceu com a subida de Marcello Caetano à presidência do Conselho e o que determinou que fosse ele a ocupar o cargo que até então fora de Salazar.

No dia 26 de Setembro de 1968, Américo Tomás anuncia a nomeação de Marcello Caetano como sucessor de Salazar, que se encontrava doente devido a uma queda de uma cadeira na sua casa de férias no Estoril (7 de Setembro de 1968). A subida de Caetano ilustra bem a força da comunicação social: enquanto ministro da Presidência, ele soube como ninguém criar um grupo de amigos fiéis que tinham uma ligação aos *media* mais importantes¹¹. Era o chamado grupo “marcellista” da informação, que desempenhou um papel determinante na ascensão de Marcello ao poder que ele há muito se preparava para conquistar (Cádima, 1996: 204). Se até então tudo tinha feito para ser protagonista na RTP, agora ele seria o centro de todos os meios de informação. Ao contrário de Salazar, ele tornou-se notícia e um exímio manipulador da opinião pública. O novo Presidente do Conselho era perito em criar acontecimentos, sendo “As Conversas à Lareira”¹² o que mais se destacou. Ele transformou esta rubrica numa espécie de conversa em família, onde explicava num tom cordial as medidas que ia avançando. No fundo, tratava-se de um sustentáculo nacional, uma forma de manipular a opinião pública.

Logo nessa primeira conversa, Marcello Caetano fará uso de todo o seu saber comunicacional – o que não era afinal novo para ele -, pondo à prova, perante a audiência, o “actor político”, e solicitando-a para um pacto coloquial que escondia de facto todo o sentido instrumentalizador (...) (Cádima, 1996: 213).

Monopolizando todas as atenções, Marcello Caetano alternava a abertura do “Telejornal” com Américo Tomás. A sua “omnipresença” era tal que um dos grandes feitos do século XX, a chegada do primeiro Homem à Lua, a 20 de Julho de 1969, quase passou despercebido. Nesse dia, por incrível que possa parecer nos dias que correm, a notícia de abertura do “Telejornal” foi mais uma das visitas do Presidente da República. A segunda notícia referia-se a uma visita dum ministro ao distrito de Aveiro... e assim se seguiram outros assuntos relativos ao Estado. Só à décima quinta notícia passa um pequeno apontamento com um slide com o emblema da Apollo 11, mostrando a

¹¹ Por exemplo, Dutra Faria, director da Agência Nacional de Informação, avançou com o nome de Marcello Caetano para substituir Salazar. Barradas de Oliveira, director do jornal “Diário da Manhã”, também defendia o mesmo. No próprio interior da redacção da RTP vão-se destacar duas equipas de repórteres para estarem atentos aos acontecimentos da Cruz Vermelha, onde Salazar estava internado, que virão a ser retirados, pois estavam a dar muita importância a Salazar (Cádima, 1996: 204).

¹² Tiveram início a 8 de Janeiro de 1969.

concretização de um dos grandes sonhos da humanidade: pela primeira vez o Homem pisava a Lua (Cádima, 1996: 228).

Salazar ainda não tinha desaparecido dos ecrãs televisivos, mas as suas últimas aparições só serviram para reforçar ainda mais a liderança de Caetano. Ao surgir no dia 28 de Abril de 1969, dia em que comemorava mais um aniversário da sua entrada no governo, num filme de pouco mais de um minuto, a sua imagem foi classificada como sendo “um espectáculo abominável”. Mário Soares (citado por Cádima, 1996: 219) faz um comentário sobre a peça que diz tudo: “ (...) Até que Caetano o apresentou na televisão, espécie de cadáver empalhado, a soletrar uns agradecimentos de circunstância. Então acabou-se o “mito”. Jaime Nogueira Pinto (citado por Cádima, 1996: 220) faz uma análise semelhante: “Trémulo, cadavérico, numa voz entrecortada de hesitações, o antigo presidente do Conselho oferecera àqueles que, ao longo de anos, se tinham habituado a contemplá-lo como um exemplo de determinação e energia, a imagem de um pobre velho caquético, uma espécie de morto-vivo alucinante e alucinado”.

Salazar acabou por ser liminarmente liquidado com a passagem deste filme e Marcello Caetano continuou a sua política de controlo do SP de televisão até ao 25 de Abril de 1974, sempre em nome do interesse nacional (Cádima, 1996:408).

3.2. O SERVIÇO PÚBLICO APÓS O 25 DE ABRIL

Uma das principais mudanças operadas pelo 25 de Abril traduz-se na criação de legislação que constituiu o garante da independência dos jornalistas, a saber: a Lei de Imprensa de 1975, a Constituição de 1976 e o Estatuto dos Jornalistas de 1979. Encerra-se, desta forma, um ciclo onde predominou a censura, para se entrar numa era onde a liberdade de expressão passou a imperar.

Quanto à RTP, na sequência da Revolução dos Cravos, foi nacionalizada e transformou-se em empresa pública, a 25 de Abril de 1975. Mantinha-se, portanto, o propósito de lutar pela afirmação da identidade nacional, tanto política como cultural, a promoção dos valores da solidariedade, do desenvolvimento e da tolerância (Rodrigues, 1999: 119). A justificação tecnológica para a manutenção do monopólio da RTP também permanecia: as limitações do espectro das ondas hertzianas, utilizadas para a transmissão do sinal radiofónico e do sinal televisivo (*Ibidem*).

Mas este argumento acabaria por cair, anos mais tarde. A grande mudança que viria abalar o SP português aconteceu com a desregulamentação do sector televisivo, depois de um processo iniciado já na década de 70, que viria, no entanto, a dar frutos sobretudo na década de 80 e que abriria as portas da televisão ao mercado (Rodrigues, 1999: 112).

A 6 de Outubro de 1992, a SIC (Sociedade Independente de Comunicação), primeiro operador privado de televisão em Portugal, arrancava com as suas emissões, seguindo-se o arranque da TVI (Televisão Independente) a 20 de Fevereiro de 1993. Esta abertura da televisão à iniciativa privada foi possível graças à Lei 58/90, de 7 de Setembro, e da Resolução do Conselho de Ministros 49/90, de 27 de Dezembro, que regulamentou o concurso público para o licenciamento dos terceiro e quarto canais de televisão (Rodrigues, 1999: 112).

A RTP abandonou, assim, o modelo que Umberto Eco (1993: 135) definiu como “Paleotelevisão” para adoptar o que ele designou de “Neotelevisão”:

Era uma vez a Paleotelevisão, feita em Roma ou em Milão, para todos os espectadores, falava das inaugurações dos ministros e controlava que o povo aprendesse só coisas inocentes, mesmo à custa de dizer mentiras. Agora, com a multiplicação dos canais, com a privatização, com o advento de novas extravagâncias electrónicas, vivemos na época da Neotelevisão.

Apesar de partir da conjuntura vivida no seu país, Itália, esta transcrição de Umberto Eco adapta-se bem à realidade da quase generalidade dos países europeus, como é o caso de Portugal.

Assim, na Era da Neotelevisão, os conteúdos da televisão de SP portuguesa passaram então a ser em tudo semelhantes aos que as televisões privadas ofereciam, o mesmo é dizer que se passou para uma programação mais sensacionalista, que chamava a atenção das audiências, ficando esquecidas as suas reais funções e preocupações com questões essenciais como a qualidade, pluralidade, igualdade, independência.

Adriano Duarte Rodrigues (1999: 113) diz que a competição que se gerou entre as televisões pode ser encarada de uma forma ambivalente. Se para uns é considerada como um factor de maior independência em relação ao poder político, outros entendem que se criou uma nova dependência, desta feita em relação ao mercado.

Em relação à RTP, ao invés de o novo cenário promover a sua independência, o que aconteceu foi a criação de uma segunda dependência. Além do poder político

continuar a interferir na sua actuação, apesar de o fazer com uma subtileza maior, o SP tornou-se também refém das condições do mercado, chegando muito próximo do sensacionalismo (Rodrigues, 1999: 113-14).

Mesmo com o seu estatuto de televisão de SP, a RTP passou a defrontar-se com graves problemas financeiros que a “obrigaram” a entrar na corrida pelo bolo publicitário que, ainda por cima, era muito pequeno para manter três canais de televisão generalistas. Apesar das indemnizações compensatórias que recebia e continua a receber do Estado, a televisão estatal tinha bons argumentos para justificar a sua mercantilização: a taxa de televisão fora abolida¹³ e uma grande fonte de rendimentos, a sua rede de retransmissores, fora vendida à Portugal Telecom, ou seja, agora tinha de pagar um valor bastante significativo por algo que já havia sido seu. Além disso, os gestores da TV pública sempre reclamaram o atraso com que eram pagas as indemnizações compensatórias, o que obrigou a um enorme endividamento à banca.

Todos estes argumentos não convenceram, no entanto, os proprietários das televisões privadas, que não viam razão para dividir as receitas publicitárias com a RTP, e os críticos do SP. O debate foi lançado e o próprio público começou a questionar-se se valeria a pena estar a contribuir para um serviço que era oferecido gratuitamente pelos operadores privados.

A confusão estava instalada e coloca-se o dilema que atravessou as televisões de SP um pouco por todo o lado: como diz Marc Raboy (1995: IX), o SP faz uso de um *medium* que tradicionalmente está direccionado para as massas, pelo que é inevitável a competição com as televisões comerciais. Isso obriga-o, contudo, a recorrer a produtos que atraem as audiências, a programas mais “light”, o que não é visto com bons olhos pelos defensores de um SP de qualidade. Mas se assim não for, ou seja, se a audiência do SP for muito pequena, a sua política pode vir a ser considerada elitista.

Além disso, era impossível voltar no tempo e regressar às linhas orientadoras da paleotelevisão, pois o público não mais toleraria um discurso governamentalizado, agora que tinha ao seu dispor uma oferta variada, sedutora, mesmo com todas as críticas que possam ser feitas às novas formas de fazer televisão.

¹³ Através do Decreto-lei 411/90, de 31 de Dezembro, o governo de Cavaco Silva pôs em prática, em Março de 1993, a supressão da taxa de televisão, que retiraria à RTP cerca de 40% do seu orçamento. Uma medida polémica que recentemente se tentou corrigir através do alargamento da taxa de audiovisual às empresas, através da alteração à Lei nº 30/2003, de 22 de Agosto (Decreto-lei 169-A/2005), que aprova o modelo de financiamento do SP de rádio e televisão. O Governo decidiu estender a todas as empresas a taxa de audiovisual em função do consumo da electricidade. Com esta medida pretende arrecadar mais 5 milhões de euros de forma a financiar a RTP e a RDP (“Jornal de Negócios”: 2/9/05).

Por muito que o papel da neotelevisão tenha defraudado com as suas ofertas os espectadores que esperavam da televisão plural mais qualidade, esta responde hoje pelo menos a um pluralismo que antes não existia e que era desejado por aqueles que pensavam que podiam fazer tão bem ou melhor o que o Estado estava a fazer com o dinheiro dos contribuintes (Cortés, 1999: 26).

De facto, a neotelevisão deu-nos a oportunidade de nos apercebermos da existência de outros discursos e de questionarmos o modelo que nos era “servido” antes pela RTP. Só para dar um exemplo, entre coisas boas e más, ela trouxe consigo um esforço por parte dos produtores de televisão para tornar a linguagem televisiva mais facilmente compreensível, pensando também nas pessoas que não possuem ou têm pouca formação escolar. O jornalista, ao escrever o seu texto, a sua notícia, fá-lo de uma forma atraente, simples e de fácil entendimento para o receptor. Alfredo Vizeu (2002: 9) chama, no entanto, a atenção para o facto de que as fronteiras entre o que é ético e o que não é se tornarem ténues, pois, para cativar, prender a audiência é preciso “seduzir”.

Trata-se de uma forma de sedução que contribui para fazer do discurso televisivo um discurso popular (Castañares, s/d: 5), mas que ao mesmo tempo o torna também muito mais democrático, uma vez que se torna acessível a todos. Até porque na notícia televisiva o público não tem como voltar a página para recuperar uma informação perdida, como acontece com as publicações impressas.

3.3. A REESTRUTURAÇÃO DA RTP

Com a entrada de Durão Barroso para o Governo, depois das eleições legislativas de 17 de Março de 2002, vieram as promessas de “mudança de cara” da televisão pública.

Apesar de algumas medidas terem sido postas em prática ainda em 2002, é em Janeiro de 2003 que se anunciam as grandes mudanças programadas para a RTP. Tratou-se de uma renovação sem precedentes, através da qual se pretendeu “limpar” tudo o que estaria mal na televisão pública. O balanço que a nova administração fez revelava uma situação de partida bastante crítica, onde se destacava uma profunda crise de identidade, de estratégia, de organização e de identidade da RTP (Programa “Fénix” de Reestruturação da RTP, 2003). Os responsáveis pela operadora de serviço público aperceberam-se da sua perda significativa de protagonismo no mercado audiovisual, situação que era agravada pela sua situação de falência técnica. Os prejuízos acumulados ao longo dos anos saldavam-se em 1.200 milhões de euros, os custos

operacionais eram extremamente elevados e, para complicar ainda mais, a instabilidade ao nível da gestão fora sempre uma marca ao longo da história da RTP¹⁴.

Além de todos estes problemas estruturais, estava também em causa o principal pilar da RTP: o serviço público.

Dada toda esta conjuntura, nada mais restava do que dar um novo rosto à RTP. Antes de mais, voltar a conferir-lhe o carácter de SP que perdeu, começando por redefinir as suas principais linhas directivas que passariam por (Programa “Fénix” de Reestruturação da RTP, 2003):

- Manter um canal nacional de vocação generalista, no caso a RTP1;
- Dois canais internacionais (RTP África e RTP Internacional);
- Novos conceitos de canais a desenvolver no âmbito da televisão por cabo: RTP Regiões, um canal dedicado à informação regional, que acabou por não ir avante, e RTP Memória, para aproveitar muita da programação existente em arquivo, canal esse que já se encontra em funcionamento desde 2003;
- Entregar a 2ª licença à sociedade civil, criando o “Canal Sociedade”. Neste espaço, diferentes instituições podiam ter voz através da criação de diferentes programas da sua autoria. Tratava-se de um novo conceito, onde vários parceiros tinham a possibilidade de estabelecer uma via de comunicação e relacionamento directo com o público. O projecto já está em funcionamento, mas a RTP vai manter a gestão do canal até ao seu desenvolvimento e consolidação jurídica e organizacional;
- Reduzir os custos com a grelha de programação e com a estrutura. No fundo, o que se pretendia era implementar uma gestão empresarial rigorosa, com objectivos claros, processos orçamentais equilibrados, sistemas de incentivos e métodos de avaliação e controlo bem definidos;
- Aquisição da totalidade da NTV, de forma a fortalecer a presença no cabo. Depois de uma renovação de imagem, esta acabaria por passar a designar-se por RTP N.
- Garantir uma utilização eficiente dos recursos disponíveis, o que passou pela dispensa de muitos funcionários, particularmente dos mais antigos, em situação de pré-reforma/reforma, e também dos mais novos, com vínculos precários à empresa;

¹⁴ Só para se ter uma ideia, a RTP teve cinco administrações e doze direcções de programas e informação deste 1995 (Programa “Fénix” de Reestruturação da RTP, 2003).

- Decisão de mudança para instalações conjuntas com a RDP no final do ano de 2003, bem como o aproveitamento de sinergias através de uma unidade de serviços partilhados.

Estas foram apenas algumas das metas traçadas pela nova administração da RTP que, apesar de no início parecerem bastante ambiciosas, foram já quase todas alcançadas, e continuam a ser postas em prática, mesmo com a mudança do governo social-democrata para um governo socialista.

Apesar do compromisso com o SP, a “Nova RTP” surgiu mais sedutora, com uma imagem renovada, moderna, de uma televisão voltada para o futuro. A televisão pública conseguiu mostrar que se pode “seduzir” o público, recorrendo muitas vezes ao espectáculo, sem que isso implique necessariamente uma falta de qualidade. Até porque como diz Wenceslao Castañares (s/d: 6) “se não há espectáculo não há televisão”. O facto de ser SP não quer dizer que a RTP tenha de se por à margem do progresso tecnológico, das mudanças sociais ligadas aos modos de produção e de consumo, que determinam a forma de se conceber o público.

4. RTP: UM OLHAR SOBRE A PROGRAMAÇÃO REGIONAL

4.1. A PROGRAMAÇÃO REGIONAL ATÉ AO 25 DE ABRIL

A 16 de Janeiro de 1956 foi outorgada à RTP a concessão do serviço público de televisão. Mas até às primeiras emissões ainda se passaram muitos meses.

A primeira emissão de TV aconteceu no nosso país na noite de 4 de Setembro de 1956. (...) A partir dessa noite, toda uma máquina complexa mas apaixonante, entrou a trabalhar a ritmo mais acelerado, enquanto pelos telhados das nossas casas se via crescer o arvoredo metálico das antenas. As “poderosas imagens ao domicílio” começaram a ser servidas (Silva e Teves, 1971: 93).

O início das emissões experimentais deu-se no recinto da Feira Popular de Lisboa, em Palhavã. Segundo Lopes da Silva e Vasco Teves (1971: 116 e 117), não se pode dizer que se estava a inaugurar oficialmente a televisão em Portugal, uma vez que as possibilidades de expansão fornecidas pelo pequeno emissor instalado em Palhavã eram reduzidas. O objectivo foi, antes de mais, familiarizar algum público de Lisboa com este novo meio e preparar os técnicos para a instalação definitiva.

Milhares de pessoas aderiram desde o primeiro instante à “caixa mágica”: “A TV foi, sobretudo, um grande espectáculo de rua, nas suas primeiras noites. A imagem à distância, distribuída por aquela quase inestética torre do parque de Palhavã, animou os visores de centenas de receptores espalhados por Lisboa e arredores” (Silva e Teves, 1971: 125).

Este período experimental das emissões da RTP decorreu de 4 a 30 de Setembro, só não havendo programa à quarta-feira, dia reservado para descanso do pessoal e revisão do equipamento.

Depois desta primeira fase, a RTP dotou-se de estúdios próprios no Lumiar, em Lisboa, perto da Alameda das Linhas de Torres, e apetrechou-se com equipamento próprio, de origem alemã. A 3 de Dezembro inicia um novo período de emissões experimentais nas novas instalações.

A sua grande prova de fogo viria a acontecer em Fevereiro de 1957, aquando da visita da Rainha Isabel II de Inglaterra a Portugal. Apesar de estar a um mês do início

das emissões regulares, a cobertura deste evento por parte da RTP demonstrou a boa capacidade técnica do equipamento e a competência dos seus primeiros profissionais (Rodrigues, 1999: 111). As reportagens do acontecimento, feitas exclusivamente pelos profissionais da RTP, foram vistas por mais de um milhão de portugueses e acabariam por ultrapassar as fronteiras nacionais, tendo sido transmitidas, graças a um rápido envio dessas imagens por via aérea, nas cadeias de várias televisões europeias.

Após toda esta etapa de adaptação, as emissões regulares viriam finalmente a ter início no dia 7 de Março de 1957, data que tem marcado até hoje os aniversários da RTP.

Para a emissão de 7 de Março – uma quinta-feira – se voltou o interesse do público, quase que com aquele mesmo curioso entusiasmo que havia rodeado as primeiras emissões da feira. A imprensa também aí estava de novo, a ocupar-se do tema. A TV estava nas primeiras páginas, uma vez mais (Silva e Teves, 1971: 154).

Nesse dia, os portugueses puderam ver o programa “Canções a Granel”, que deu a conhecer muitos talentos nacionais como Raul Solnado, o noticiário das 22 horas, apresentado por Gomes Ferreira e Luís Arnaud Pombeiro, cabendo a Domingos lança Moreira falar de futebol, um documentário intitulado “A TAP por dentro” e uma rubrica de estúdio sobre dança (Silva e Teves, 1971: 156 e 157).

No que respeita à programação virada para as regiões em particular, visando uma maior aproximação com todo o seu público, segundo informação que conseguimos recolher nos anuários da RTP a que tivemos acesso, encontramos no ano de 1965 dois programas que entendemos incluir neste ponto: “Terras de Portugal” e “Fim-de-semana”, dois espaços incluídos nos “Programas Especiais”, catalogados como “divulgação”. O primeiro era uma rubrica constituída por documentários, nos quais eram divulgados aspectos paisagísticos, arquitectónicos e históricos de diferentes regiões de Portugal. Quanto ao “Fim-de-Semana”, destinava-se a realçar o interesse turístico de várias zonas do País (RTP – Anuário 1965, 83-5). Cada um, à sua maneira, saía da centralidade da Capital para mostrar aos portugueses as riquezas das terras lusitanas. Na programação televisiva divulgada pelo “Jornal de Notícias” (JN), encontramos alinhado o “Fim-de-Semana”, quase dez anos depois, em 1974, ainda no

primeiro canal (JN: 15/03/74)¹⁵. De qualquer modo, segundo o anuário da RTP desse ano, continua a fazer parte da “Programação Especial” (RTP- Anuário 1974)¹⁶.

A 25 de Dezembro de 1968, a RTP inaugurou uma nova etapa da sua história com a criação do Canal 2, a RTP 2. O segundo canal veio permitir uma primeira experiência de diversificação dos programas televisivos, em geral, e da informação, em particular (Rodrigues, 1999: 112). A 6 de Agosto de 1972, começavam as emissões do centro regional da RTP-Madeira, sendo que os Açores só veriam nascer o seu centro regional três anos mais tarde, a 10 de Agosto de 1975. Adriano Duarte Rodrigues diz que “a criação destes dois centros emissores representava um importante passo para a consolidação da identidade e unidade nacionais” (Rodrigues, 1999: 112).

Em 1974, antes de ter estalado a Revolução, estreou “25 Milhões de Portugueses”, programa que trouxe até aos telespectadores os depoimentos de figuras de diferentes regiões do país, seguindo-se actuações de grupos tradicionais (RTP- Anuário 1974). Por exemplo, a emissão do dia 16 de Março, que passou num Domingo, às 22 horas, no primeiro canal, foi dedicada a Bragança, contando ainda com a participação da cançonetista brasileira Doris Monteiro (JN: 16/03/74). Este programa encontrava-se também inserido nos “Programas Especiais”, na parte de divulgação.

4.2. A PROGRAMAÇÃO REGIONAL PÓS 25 DE ABRIL

A RTP, à semelhança do que aconteceu com as rádios, acabou por desempenhar um importante papel no dia 25 de Abril de 1974. Cerca das 3 horas da madrugada, as tropas do MFA – Movimento das Forças Armadas, ocuparam os estúdios do Lumiar, ficando todos os pontos nevrálgicos de emissão, bem como a sua distribuição, sob o seu controlo. A RTP acabaria por ser nacionalizada e transformada numa empresa pública, em 25 de Abril de 1975, na sequência da Revolução dos Cravos (Rodrigues, 1999: 112).

Em 1975, embora não tenhamos encontrado uma grande regularidade na programação deste tipo de programas, destacam-se o “Conheça o Portugal Desconhecido” e “A Gente que Nós Somos”. O título do primeiro é demonstrativo da

¹⁵ No ano de 1967, os dados do Anuário da RTP, levam-nos a crer que o programa “Terras de Portugal” tenha mudado o nome para “Viagens na nossa Terra”, uma vez que se trata de uma rubrica na qual são destacados os mesmos objectivos. No início da década de 70, este espaço para promoção do turismo interno, desta feita produzido pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo muda de novo de nome e passa a designar-se por “Conheça o Portugal Desconhecido” (RTP – Anuário 1967, 94-7).

tentativa de chegar a lugares do nosso país pouco conhecidos. Quanto ao segundo, segundo a informação que obtivemos nas edições do JN desse ano que conseguimos consultar, ficámos a saber que a emissão do dia 16 de Setembro de 1975, por volta das 21 horas, no primeiro canal, foi dedicada ao distrito de Vila Real (JN: 16/09/75).

O primeiro espaço onde se reconhece efectivamente a importância da informação regional foi posto no ar em 1978: o “País, País Magazine”. Este magazine semanal de actualidades regionais teve início em Outubro e passou a abordar com maior extensão temas de interesse especificamente regional. Houve mesmo uma preocupação para que também a Madeira e os Açores contribuíssem com trabalhos, dentro das possibilidades operacionais dos respectivos Centros de Emissão (RTP – Anuário 1978).

Ainda no mesmo ano, o “Telejornal” é anunciado na programação televisiva do JN como noticiário regional, do país e do estrangeiro, exceptuando os fim-de-semana (JN: 1º trimestre de 1978).

Em 1979, a programação televisiva refere-se ao Telejornal como “Jornal RTP1”, noticiário do país e do estrangeiro (JN: 04/05/79). Ao mesmo tempo, a informação diária abre espaço ao “País País”, um bloco de actualidades regionais, que passava diariamente no canal um, cerca das 19 horas, mantendo-se o “País País Magazine” na informação não diária, ao Sábado, também no canal, cerca das 18 horas¹⁷.

A partir de 1981, o “País País” passou a ser transmitido em simultâneo no canal 1 e 2, durante a semana, às 19 horas¹⁸ (RTP – Anuário 1981).

Em 1983, o “País País” passa a “Teleregiões”, mantendo-se o programa do canal 2 com o mesmo nome (RTP – Anuário 1983, 11 e 119), o que nos faz acreditar que o formato não seria bem o mesmo, apesar de não termos dados que nos confirmem essa informação.

O “País País” volta ao canal 1 em 1985, continuando a fazer parte da informação diária (RTP – Anuário 1985, 13), passando a designar-se de novo como “Teleregiões” em 1986. As alterações de nome, não implicaram, no entanto, grandes alterações no seu formato, pois continuava a representar “o esforço feito na informação regional” (RTP – Anuário 1986, 11).

¹⁷ Apesar de não nos terem sido disponibilizados mais dados que nos permitam diferenciar os dois programas, a pouca informação contida nos anuários a que tivemos acesso leva-nos a concluir que o “País País” trataria a informação diária regional, deixando a contextualização e desenvolvimento de alguns desses temas regionais para serem feitos, semanalmente, no “País País Magazine”.

¹⁸ Como nos pareceu a repetição do programa no canal 2, praticamente à mesma hora, fomos verificar se os dados dos anuários da RTP eram os mesmos que os da programação televisiva do ano de 1982 no “Jornal de Notícias” e, efectivamente, obtivemos a confirmação de que assim foi (JN: 1º trimestre de 1982).

Mas mais do que as mudanças de nomenclatura deste programa, o que marcou o ano de 1985 foi a instalação de uma delegação da RTP em Faro. Era dado o primeiro passo para uma efectiva descentralização da televisão de SP. A 7 de Julho 1988, começa a funcionar a delegação de informação da RTP em Vila Real. No espaço de dias, inauguram-se também as delegações de Évora (14 de Julho), de Viseu (21 de Julho) e de Coimbra (29 de Julho).

A cobertura noticiosa do país continua a reforçar-se em 1991, com a inauguração da delegação de Bragança, a 25 de Setembro. Nesse ano, o noticiário regional vem designado como “Regiões Magazine”, “Informação regional que procurou desvendar as riquezas desconhecidas de todos os cantos de Portugal” (RTP – Anuário 1991, 153 e 159). Fazia parte da informação não diária da RTP 2, sendo emitido de 3 de Janeiro a 29 de Dezembro (*Ibidem*). Em 1992 passa a designar-se por “Regiões Magazine – TV2 Regiões”, sendo definido agora como “programa de divulgação da actividade social e económica das várias regiões do país” (RTP – Anuário 1992, 167 e 176). Continuou a fazer parte da informação não diária da TV2, sendo emitido semanalmente, de 5 de Janeiro a 27 de Dezembro (*Ibidem*).

Entretanto, o “Teleregões” volta a reaparecer na informação diária da RTP 1, voltando-se também às alternâncias de nome com o “País País”. Na TV2, na informação não diária, era apresentado o “TV2 Regiões” (RTP – Anuário 1993, 8, 11, 173).

É a 7 de Março de 1997, altura em que a RTP comemora os seus 40 anos de existência, que se dá uma grande revolução ao nível dos noticiários de informação regional da televisão pública. Foi nesta data que tiveram início as emissões regionais de informação em Lisboa, Porto, Bragança, Coimbra, Évora e Faro, abrindo-se, assim, seis janelas regionais, onde eram vistos programas de informação regional, produzidos por cada um dos Centros Regionais, com a duração de cerca de 15 minutos. Uma experiência bem sucedida, que levaria ao alargamento deste espaço para cerca de 25 minutos, três anos depois. A reestruturação da RTP, anunciada em finais de 2002, pôs fim a este modelo, que foi substituído por um novo formato, o “Regiões Nacional”, que começou a ser emitido no início de 2003, no final da tarde, na RTP 1.

Actualmente está no ar o “Portugal em Directo”.

4.3. O “PAÍS REGIÕES”

Corria o ano de 1997 e Portugal vivia ao rubro a questão da “Regionalização”, a grande promessa do Partido Socialista, avançada na campanha eleitoral para as legislativas de 1 de Outubro de 1995, e que, com a vitória de António Guterres, acreditava-se que iria para a frente, quando a Direcção de Informação da RTP, na altura encabeçada por Joaquim Furtado, decidiu criar o programa “País Regiões”.

A grande bandeira do governo guterrista acabaria por cair, depois de os portugueses terem votado contra o projecto regionalista no Referendo Nacional, no dia 8 de Novembro de 1998, mas a ideia singrou na televisão pública, que cedo fez o seu “mapa da regionalização” e dividiu o país em seis regiões. O objectivo era que cada uma delas tivesse um espaço televisivo onde se tratariam assuntos que directamente lhes dissessem respeito. Tratava-se de uma nova forma de fazer informação de proximidade, através da qual a RTP pretendia fazer chegar a cada canto do país a informação que acontecia mesmo ao lado de cada português. “A informação que acontece perto de si” podia bem ser o lema deste novo formato que a RTP lançou e revolucionou a informação local e regional.

No fundo a televisão pública não fez mais do que ir de encontro a uma tendência que se estava a generalizar um pouco por toda a Europa. Era a resposta do panorama audiovisual português às palavras proferidas por Moragas Spá em 1990 (citado por Garcia: 202):

São muitos os factores que aconselham uma reflexão sobre o jornalismo no nosso tempo de redes de âmbito local. Mas destacaremos, por um lado, as acções contra as políticas centralizadas nos diversos estados e, por outro lado, as que surgiram nos últimos anos a favor do local e regional.

Trata-se de uma das muitas conclusões que terão surgido a partir do momento em que se começaram a discutir as consequências da modernidade, entre elas, o processo de globalização e as suas fortes implicações no devir da sociedade. Anthony Giddens foi um dos estudiosos que se debruçou sobre o assunto, tendo mesmo escrito uma obra com esse título¹⁹. O sociólogo diz que “a modernidade é inerentemente

¹⁹ Giddens, Anthony, 1998, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

globalizante” (1998: 44), acabando por destruir a primazia do local, característica dos cenários pré-modernos.

O local tornou-se fantasmagórico porque as estruturas que o constituem já não estão organizadas localmente. O local e o global, por outras palavras, tornaram-se inextricavelmente interligados. (...) A comunidade local não é um ambiente saturado de significados familiares e dados como certos, mas sim, em grande medida, uma expressão localmente situada de relações distantes (Giddens, 1998: 76).

De facto, o impacte inicial do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa criou a ideia de que vivemos numa “aldeia global”, chegando-se a questionar a perda de identidade e de valores das nações. Giddens (1998) traça, de alguma forma, esse cenário, mas, à semelhança de outros estudiosos, perspectiva uma mudança de paradigma à medida que entramos na era da pós-modernidade.

Cristina Rebelo Santos (2002: 54), num estudo sobre a Televisão Regional, mostra que, ao lado do fenómeno da globalização, está a desabrochar “ (...) um contexto não homogéneo mas heterogéneo, em que as diversidades culturais se tornam quase que resistentes aos fenómenos universalistas (...)”. É o reavivar de valores que têm como pano de fundo a proximidade e a identidade. Não quer isto dizer que a globalização perdeu o seu protagonismo. Pelo contrário, foi ela mesma a responsável pelo despoletar de fenómenos locais, neste caso, pelo desenvolvimento da informação regional.

Como Fénix renascida, a ideia saudosista do passado cultural, das raízes mais profundas das comunidades e das identidades emerge paralelamente à era da mundialização (...). (...) À medida que o mundo se torna mais complexo e se internacionaliza, a questão das diferenças recoloca-se e há um imenso processo de construção de identidades (*Ibidem*).

O que acontece é que o próprio local se serve dos conhecimentos fornecidos pelo global, tratando-os sob a sua perspectiva, sob a sua identidade, sob a sua cultura. Há como que uma necessidade, uma sede de saber o que se passa no seu bairro, na sua aldeia ou na vila vizinha, enfim, na sua região, e não apenas aquilo que acontece lá longe.

Michel Maffesoli (2000: 40) acredita que “são os valores proxémicos que (re)tornam à ribalta”.

(...) Uma certa indiferenciação consecutiva à mundialização e à uniformização dos modos de vida e, às vezes, de pensamentos abstractos, pode caminhar lado a lado com a enfatização de valores particulares intensamente recuperados por alguns. Dessa maneira podemos assistir a uma mass-mediação crescente, a uma figurino padronizado, a um “fast food” invasor, e, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de uma comunicação local (...) (2000: 61).

Apesar de o desenvolvimento dos *media* ter gerado o que Thompson (1995: 81-2) designou de “novas formas de acção e de interacção de relações sociais, formas estas que são substancialmente diferentes das relações de interacção face a face que prevaleceram na história humana”, Maffesoli (2000: 61) ressalta que “o avanço tecnológico não chega a erradicar a potência da ligação (da re-ligação), e, às vezes, serve-lhe até de coadjuvante.

Trata-se de inverter os papéis e de atenuar o distanciamento de que muitas vezes são acusados os *media*, pondo-os a “jogar” a favor do público, ao seu serviço, um papel que o “País Regiões” passou a desempenhar.

Os regionalismos, no que respeita ao seu projecto intrínseco de terminar com a redução da ideia de homem ao eleitor, chamando por isso o cidadão a novas tarefas, são uma nova possibilidade de descortinar novas configurações para um espaço público e para uma vivência diferente da ideia de comunidade (Correia, 1998: 156).

O “País Regiões”, o projecto, de alguma forma, mais próximo de regionalização que tivemos em Portugal, acabou por ser o estruturador de um espaço de debate e de interacção dos cidadãos em torno dos problemas que lhes são próximos. Pode-se dizer, tal como refere Cristina Rebelo Santos (2002: 58) no seu estudo, que se tornou na esfera da comunicação local que trouxe à superfície a dimensão humana das coisas, dando voz àqueles que não a têm.

No fundo, tudo se resume à identidade, à cultura, aos valores de uma comunidade que o “País Regiões” trouxe de novo à ribalta, através da informação televisiva regional. E a que nos referimos em concreto quando falamos de informação regional?

Referimo-nos a uma informação concentrada num determinado território, próxima do seu público, das instituições sociais que dominam esse espaço, conhecedora dos interesses regionais. Camponez diz que há uma espécie de compromisso entre as notícias que são veiculadas e a região e as pessoas que a habitam (Camponez, 2002: 19).

A sua razão de existir baseia-se no pressuposto de que existe uma identidade definida por referência a um território bem delimitado (Camponez, 2002: 29).

4.3.1. Os primeiros 15 minutos

A descentralização da informação televisiva tornou-se uma realidade em Portugal com o “País Regiões”.

Tal como acontecia noutras capitais de distrito portuguesas, também em Bragança já se encontrava a funcionar uma delegação da RTP, pelo menos desde 1991, constituída por uma equipa: uma jornalista, Maria Ricardo Cruz, e um operador de imagem, Manuel Liberato. Foram precisamente estes profissionais que foram escolhidos pela Direcção de Joaquim Furtado e Cesário Borga para dirigir o novo projecto da RTP: um programa com cerca de quinze minutos²⁰, que passaria a ser emitido diariamente a partir de Bragança, à semelhança do que se iria passar nos outros Centros de Emissão Regionais (CER) criados por todo o país. Esta emissão regional destinava-se basicamente a todo o Nordeste Transmontano e Alto Douro, sendo que o mapa regional traçado pelos responsáveis por esta iniciativa abrangia, sobretudo, os distritos de Bragança e Vila Real, chegando, no entanto, a algumas zonas dos distritos de Viseu, Guarda, Porto e Braga, as consideradas zonas de transição.

De uma equipa inicial, passou-se a um quadro de pessoal constituído por mais três equipas de jornalistas e operadores de imagem e um auxiliar administrativo. Ao todo passaram a ser nove os elementos do CER de Bragança. A estes profissionais cabia-lhes fazer de tudo um pouco: se necessário o jornalista tinha de editar as suas reportagens, filmar em casos de emergência, realizar, apresentar o programa, estabelecer contactos para reportagens; o operador de imagem poderia ter de fazer sozinho a captação de imagens e a entrevista, fazer a emissão, tratar de todos os aspectos técnicos que poderiam ir desde o envio de imagens à realização de directos; o responsável técnico operacional muitas vezes tinha também ele de sair em reportagem, bem como a coordenadora, enfim, toda esta equipa tinha a responsabilidade de fazer com que nada falhasse, para que à hora certa o programa fosse para o ar e terminasse no tempo previsto.

Este CER, à semelhança de outros, contava ainda com os serviços da Delegação da RTP em Vila Real, cuja equipa, constituída por um jornalista e um operador de

²⁰ Para sermos precisos, eram 13m20m de emissão diária (Ribeiro, entrevista: 18/01/2006).

imagem, contando ainda com a colaboração de um repórter de imagem nos primeiros anos do “País Regiões”, estava encarregue de dar conta da cobertura daquela zona.

À mesma hora, antes do “Telejornal”, seis emissões diferentes iam para o ar. Por volta das 19h 45, a Portugal Telecom, empresa que detém os retransmissores que servem a RTP, fazia a comutação do sinal nacional, repartindo-o por seis sinais regionais (Ribeiro, entrevista: 18/01/2006). Cada CER tinha de estar a postos para se assegurar que a sua janela regional entrava sem qualquer interferência nos lares dos transmontanos e terminar à hora prevista para que a emissão nacional não “cortasse à faca” a regional (Ribeiro, entrevista: 18/01/2006). Tudo era cronometrado ao milésimo de segundo e cabia ao pivot do programa fazer os acertos finais, com uma despedida mais rápida ou mais alongada, consoante o tempo que restasse.

Apesar destas dificuldades na gestão do tempo para que as comutações batessem sempre certo, a principal preocupação prendia-se com a gestão dos conteúdos. Isto porque Trás-os-Montes e Alto Douro é uma zona onde não se verifica a abundância de acontecimentos²¹ como acontece, por exemplo, no litoral. É uma região que se tem vindo a caracterizar nos últimos anos por uma grande desertificação, pelo que não era fácil encontrar o elemento que mais marca o jornalismo televisivo: a actualidade. Schlesinger (1993: 179) prefere falar de imediatismo e mostra a sua importância para algumas áreas do jornalismo:

A noção do jornalista do que é actual varia com o mercado para o qual produz as notícias. Os radiodifusores que estudei trabalhavam com um conceito de actualidade que dava grande ênfase à reportagem de acontecimentos que ocorriam num dado dia, e valorizavam grandemente aqueles que haviam ocorrido nas poucas horas anteriores. Tudo o mais estava ultrapassado.

Esta ideia prevaleceu na redacção de Bragança. A coordenadora, Maria Ricardo Cruz (entrevista: 9/12/2005) fazia questão que aqueles 15 minutos de informação regional diária fossem preenchidos por notícias do dia. Quando muito podia permitir que fizesse parte do alinhamento de um programa um acontecimento que tivesse tido lugar no dia anterior. Esta importância de apresentar os assuntos do dia no próprio dia tem a ver com aquilo que Alfredo Vizeu (2002: 7) designa por “dupla

²¹ Entendemos “Acontecimento” tal como Adriano Duarte Rodrigues (2001: 98): “O referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação”. Já as notícias, segundo Nelson Traquina (1993: 30), “acontecem na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o texto”.

contemporaneidade – o presente como “assunto” e o presente como a perspectiva no tempo em que é descrito”.

4.3.2. O “Regiões” depois do alargamento

Os bons resultados que o “País Regiões” alcançou fizeram com que se pensasse no alargamento do seu tempo de emissão. Antes disso, foi ainda criado um outro Centro de Emissão Regional (CER), o de Castelo Branco, em Julho de 1999, que se veio juntar aos seis já existentes. Por entre mudanças de cenário, genérico, o próprio nome do programa foi alterado, passando a ser designado simplesmente por “Regiões”.

Foi em Fevereiro de 2000 que o “Regiões” passou de 15 minutos para 25 minutos de emissão. Este aumento de protagonismo das regiões levou a uma pequena reestruturação dos CERs, na medida em que obrigou a que se duplicassem as equipas de reportagem, o mesmo acontecendo com algum equipamento. De três equipas iniciais, os CERs passaram a funcionar com seis equipas. Assim, o quadro de cada um deles ficou constituído por quinze profissionais²², não esquecendo, no caso de Bragança, a equipa de Vila Real, que continuou com as mesmas funções²³. Isto na teoria, porque na prática o CER de Bragança quase nunca teve este número de trabalhadores. Se sempre houve seis jornalistas na redacção, o mesmo não se pode dizer dos operadores de imagem que começaram por ser quatro, passando depois para cinco²⁴. Também o lugar de apoio administrativo esteve vazio durante alguns meses, durante os primeiros tempos do alargamento, sendo o serviço de agenda, inserção de alinhamentos, contactos, entre outras coisas, feito pelos jornalistas, justificando assim a sua polivalência de funções.

Duplicando-se o quadro de pessoal pressupunha-se que seria fácil dar conta do que representava quase o dobro do tempo de emissão, uma vez que se fariam, supostamente, reportagens a dobrar. Se a falta de acontecimentos já era, contudo, um problema quando a emissão tinha apenas 15 minutos, nesta fase, as dificuldades aumentaram.

²² Seis jornalistas, seis operadores de imagem, um responsável técnico operacional, um coordenador e um assistente administrativo.

²³ De salientar que dos profissionais que constituíram o CER de Bragança numa primeira fase ficaram apenas dois operadores de imagem e um jornalista. Os restantes foram transferidos para os seus lugares de origem, em Lisboa e no Porto, ainda antes do alargamento, tendo sido substituídos por outros profissionais do interior da RTP e novos contratados.

²⁴ Embora esse facto representasse uma carga de trabalho maior para os operadores de imagem do CER, não se notou muito no produto final, pois como um dos jornalistas tinha de apresentar o programa, ficava quase sempre na redacção a preparar a emissão, saindo em reportagem apenas se houvesse alguma ocorrência por perto e que pudesse ser feita sem prejudicar a apresentação do “Regiões”. Além disso, enquanto uns jornalistas escreviam os seus textos, os câmaras podiam sair com outros repórteres.

4.3.3. Continuidade e mudança na rotina de produção

Com mais tempo de emissão houve também mais oportunidade para dar destaque à região ou, por outras palavras, para abordar mais profundamente certos temas de grande relevância para os transmontanos. De alguma forma, com a rotina e a experiência dos primeiros anos de emissão, já não era muito complicado arranjar assuntos para preencher cerca de 15 minutos diários de emissão, mesmo que grande parte dos profissionais que começaram por dar corpo ao CER de Bragança tivessem sido substituído por outros. As suas funções continuaram a ser as mesmas, o que quer dizer que se manteve a polivalência de funções. Com o alargamento, no entanto, o “espírito de detective” tinha de ser maior e houve necessidade de descobrir novas fórmulas para que se conseguissem notícias para preencher um alinhamento bem mais extenso.

Uma das opções tomadas logo de início foi passar a contar quase diariamente com um convidado em estúdio²⁵. Se antes esta estratégia era utilizada apenas em situações em que se justificasse uma maior contextualização de um determinado assunto, agora era uma espécie de “muleta” que ajudava a equilibrar o tempo do programa. Em cada emissão, o coordenador destacava um tema que merecesse especial atenção, sempre tendo em conta a sua importância para os telespectadores. Convidava-se a participar no “Regiões” um entrevistado que pudesse esclarecê-los. Em média a entrevista durava cerca de cinco minutos, podendo este tempo variar consoante o alinhamento do dia estivesse muito ou pouco preenchido. De qualquer modo, havia o cuidado de não ultrapassar muito esta média, dado que se corria o risco de “saturar” o público. A presença de convidados em estúdio era sempre precedida ou intermediada por peças que introduziam o assunto, que lançavam algumas achegas para a entrevista ou debate²⁶.

Apesar de se terem contornado os obstáculos provocados pela escassez de notícias, a direcção de informação, passado pouco tempo após o aumento do tempo de emissão, acabou por tirar cerca de cinco minutos ao programa.

²⁵ Esse convidado tanto podia ser entrevistado nos estúdios de Bragança como a partir dos estúdios de Vila Real.

²⁶ Quando havia algum tema mais “quente” e que solicitava que se ouvissem as duas partes, ao invés de uma simples entrevista o “Regiões” podia também ser local de debate entre vários intervenientes.

4.3.4. O “Regiões” na era Rangel

A grande mudança na rotina de produção aconteceu quando Emídio Rangel decidiu mudar o horário de emissão do “Regiões”. Depois de anos no *Access prime time*, o período imediatamente antes do *prime time*²⁷, o Director de Antena da RTP decidiu que o programa passaria a ser emitido ao início da tarde, logo a seguir ao “Jornal da Tarde”, no chamado *day time* (Bustamante, 2003: 101). Houve quem vaticinasse desde logo a “morte” do programa, pois, àquela hora, quando muitos telespectadores estão a entrar no turno da tarde nos seus trabalhos, era complicado ver o “Regiões”. Apesar das críticas à decisão de Rangel, que se terá justificado com questões de *share*, a emissão manteve-se às 14 horas.

Não foi, contudo, só a perda de protagonismo que trouxe consequências aos profissionais do Centro de Emissão Regional (CER) de Bragança. Com a antecipação do horário, tornou-se mais difícil apresentar a actualidade no próprio dia. O próprio “Regiões” já havia marcado a rotina de muitos acontecimentos que eram agendados de forma a poderem ser transmitidos no final da tarde, mas, com a mudança horária, era preciso que tudo acontecesse de manhã, e bem cedo de preferência, para que fosse noticiado ao início da tarde. Tratava-se de uma tarefa complicada não só para os profissionais da RTP como para quem promovia certos acontecimentos. Pode-se dizer que o imediatismo, sempre privilegiado pelos jornalistas, acabou por ser relegado de algum modo para segundo plano, dado que as notícias do dia, muitas vezes, tinham de passar para o dia seguinte, por falta de tempo para as emitir, ou porque só tinham lugar à hora ou após o programa. O facto de não haver um carro de exteriores para fazer directos ou fazer envios, que poderia colmatar essa questão, acabava por piorar as coisas. É que, mesmo que houvesse um tema agendado para de manhã, tudo dependia do local do acontecimento. Se houvesse uma marcação de agenda para locais distantes como Montalegre ou Celorico de Basto, era quase impossível chegar a tempo a Bragança para preparar a notícia e pô-la no ar nesse dia.

Apesar de tudo, a forma de conduzir o programa e o agendamento das reportagens não mudou consideravelmente. Foi mais uma questão de horários, passando, tudo o que era possível, a ser agendado para mais cedo.

²⁷ *Prime time* - período de mais audiência, que dura cerca de 3 horas. Tradicionalmente, vai das 20 às 23 horas. É o horário nobre das televisões, quando a maioria dos telespectadores tem uma maior disponibilidade para assistir à televisão.

4.3.5. A reestruturação da RTP e o fim do “Regiões”

Com a demissão de António Guterres do governo na noite das eleições autárquicas, 16 de Dezembro de 2001, mudou todo um ciclo político em Portugal, o que trouxe consequências para a RTP. Logo na campanha que se seguiu para as legislativas, a televisão pública foi um dos temas de destaque do programa eleitoral de Durão Barroso. Chegou-se mesmo a falar na sua privatização, uma ideia que já há muito imperava no seio dos social-democratas. Muito se falou no buraco financeiro da RTP e no seu deficitário serviço público, ainda mais porque as televisões privadas viam no fim da publicidade no Canal 1, e não na sua privatização, uma boa forma de resolver os seus problemas financeiros, dado que o bolo publicitário seria dividido apenas em dois.

A questão da RTP era tão importante para o PSD que mal se constituiu o governo de Durão Barroso começaram a ser tomadas medidas para lhe dar definitivamente um rumo.

Considerando que a RTP acumulara um passivo absolutamente incomportável e que assumia a dimensão de verdadeiro escândalo público, a resolução deste problema foi entendida como prioridade para o governo (...) (Sousa, 2006: 9).

Uma das formas encontradas para resolver o problema foi através do corte de gastos com o pessoal²⁸. Desde logo, foram congeladas as admissões ao quadro da empresa e renegociados muitos contratos. Esta medida acabou por ter graves implicações em todos os CER's, pois grande parte dos seus profissionais encontrava-se na situação de contratados e na eminência de criar um vínculo definitivo com a empresa. Como tal não era permitido pelo Conselho de Administração, os CERs começaram a ficar sem trabalhadores, que começaram a sair um a um, mediante a cessação de cada um dos contratos. Assim, em meados de Dezembro de 2002, no CER de Bragança apenas ficou uma jornalista. O mesmo aconteceu com outros CERs, pelo que, em Janeiro, o “Regiões” já não foi para o ar, por não haver profissionais que assegurassem a emissão.

A suspensão do programa acabou por gerar um coro de protestos um pouco por todas as regiões do país, particularmente nas do interior, que se sentiram uma vez mais discriminadas pelas decisões tomadas na capital. Isso mesmo se pode ler numa petição

²⁸ Ver página 29.

“Pelo Regresso do Regiões Local!”, levada a cabo por um movimento cívico, dirigida ao governo português:

Ao interromper as emissões, a Administração e a Direcção de Informação da tal “televisão de todos os Portugueses”, negaram aos milhões de pessoas que vivem longe dos grandes centros habitacionais o direito de terem uma visibilidade televisiva digna desse nome. (...) Mas mais grave que isso: ao transformarem os CER em delegações controladas por Lisboa e Porto, privaram os cidadãos geograficamente mais desfavorecidos dos mensageiros das suas necessidades e problemas!²⁹

Durante algum tempo, ainda se pensou que o retorno do “Regiões” dependia apenas da resolução do problema da falta de recursos humanos nos CERs, mas a administração presidida por Almerindo Marques já tinha outros projectos para a informação de proximidade. No Programa “Fénix” de Reestruturação da RTP (Janeiro de 2003), no que diz respeito às iniciativas de reestruturação das estruturas actuais, encontramos um ponto que determina a racionalização dos centros regionais e a sua partilha com a RDP, o que acabou efectivamente por ir para a frente. Já no que se refere às iniciativas de desenvolvimento de novos conceitos, encontramos a ideia de criar o Canal Regiões, que iria funcionar em substituição da NTV³⁰, na TV Cabo, um projecto que nunca foi para a frente, tendo-se optado por (re)criar um formato na RTP 1 para continuar a dar destaque às notícias regionais. De alguma forma, deu-se uma nova roupagem ao “Regiões” que passou a ser de novo emitido a nível nacional, dando destaque a todo território português.

O argumento para o final do “Regiões” local foi apenas um: custos demasiado altos para manter um programa desta natureza.

4.4. O “REGIÕES” NACIONAL

O programa que sucedeu às janelas regionais emitidas pela RTP não se pode dizer que se tenha traduzido numa grande novidade. De facto, o “Regiões”, embora com outros nomes como “País, País”, ou “Teleregións”, já era emitido há muitos anos pela Televisão Pública. Mesmo com o lançamento das emissões regionais, cerca de 30 minutos antes de cada um dos “Regiões” locais, continuou a entrar diariamente na casa dos portugueses. Na altura, muitos questionaram qual o sentido de um programa desta natureza, pois grande parte dos seus conteúdos não eram mais do que a selecção das

²⁹ Mais informações em <http://www.petitiononline.com/regioes/petition.html>.

³⁰ Ver página 29.

notícias mais importantes de cada uma das regiões, sendo muitas vezes repetidas logo a seguir nas janelas regionais. Mas havia uma boa justificação para tal: segundo o coordenador do “Regiões” nacional, Hélder Antunes (entrevista: 18/01/2006), se a ideia era fazer serviço público e dar a cada um dos portugueses as notícias da sua terra, essa meta não seria atingida se não se pensasse nos cidadãos que migraram das suas localidades. Os responsáveis da RTP entendiam que um transmontano que vivesse no Algarve gostaria de ficar a par do que se passava no seu local de berço. O mesmo argumento valia para o facto de serem transmitidas notícias das ilhas: Madeira e Açores.

Este sentimento saudosista explica-se pelas diferenças profundas que existem nas regiões portuguesas, apesar da importância da identidade nacional no seu todo. As especificidades que acabam por dar rosto a cada região reflectem-se inevitavelmente nas tradições culturais que, apesar da uniformização urbana, não encontram grandes pontos comuns entre elas. Para melhor traduzir esta ideia, basta atentarmos na distância que separa o traje do folclore minhoto do transmontano, ou do alentejano (Mattoso, 1998: 82).

O historiador José Mattoso (*Ibidem*) diz que, apesar da influência dos poderes instituídos na formação de uma identidade comum, com expressão em qualquer ponto do espaço nacional, o processo de formação das identidades regionais terá sido diferente. A sua gestação é mais espontânea, sendo quase sempre uma resposta às condições dos locais onde surgiram. Não é isso, no entanto, que lhes retira o valor. Muito pelo contrário. A sua importância é tal que não é difícil encontrar na capital pessoas vindas de vários pontos do país e que continuam a exhibir com orgulho algumas tradições dos seus locais de origem. A própria pronúncia que muitos fazem questão de manter, às vezes até inconscientemente, prova a existência desse vínculo permanente à sua Terra Natal, aos seus valores, costumes e tradições. Benedict Anderson (1997: 23) sintetiza de uma forma muito interessante esta ideia no conceito de “Comunidades Imaginadas”. Apesar de se referir à nação e não propriamente à região, ele diz que ela “é imaginada porque, mesmo nas mais pequenas, os seus membros jamais irão conhecer todos os seus compatriotas. Ainda assim, nas suas mentes persiste uma imagem de comunhão e de partilha”.

A RTP, através dos seus programas regionais, tem tido um papel preponderante nessa matéria, particularmente através de programas como o “Regiões” Nacional, que procuravam não só reforçar valores dentro de cada comunidade regional, mas também junto de outros grupos que, por diversas razões, se encontravam afastados das suas

raízes, mas que continuavam sentimentalmente ligadas a elas e por elas manifestavam grande interessa. Daí que desse sempre dar uma dimensão nacional às regiões, uma projecção que, apesar da sua importância a nível local, as janelas regionais nunca conseguiriam. As emissões regionais tinham efectivamente um grande impacto ao nível dos poderes locais e ajudavam a resolver muitos problemas às populações, mas quando se tratavam de questões que requeriam a atenção da administração central, seriam mais facilmente resolvidas se fossem emitidas a nível nacional, dada a sua visibilidade.

4.4.1. A Evolução na Continuidade

Apesar da importância que o “Regiões” local acabou por adquirir e de muitos terem defendido o fim do formato nacional, por não fazer muito sentido repetirem-se conteúdos quase à mesma hora, o que aconteceu foi que a crise em que a RTP mergulhou determinou o fim das janelas regionais. Especulou-se sobre as razões que terão levado a terminar com uma emissão que dava finalmente voz às pessoas. Avançaram-se argumentos políticos, alegando-se acertos de contas entre PSD e PS, já que se tratava de um projecto surgido durante a governação socialista de António Guterres.

Hélder Antunes (entrevista: 18/01/2006), na altura coordenador do “Regiões” nacional e do “Regiões Lisboa”, garante que não houve qualquer decisão política, que não houve vinganças políticas de laranjas contra rosas. Diz ele que “os políticos locais é que fizeram disso uma bandeira e as pessoas sentiram que lhes estavam a tirar um pedaço de carne e ficaram ofendidas. O que terá acontecido foi que a RTP na altura, pura e simplesmente por razões de optimização de meios e redução de custos optou por concentrar o “Regiões” todo num só programa”.

No fundo, não terá sido mais do que dar continuidade ao que já existia, “lavando-se a cara” ao programa, cujo tempo foi alargado, passando dos cerca de 30 minutos para 50 minutos, sendo a emissão repartida por Lisboa e pelo Porto. Ao mesmo tempo, ofereceu-se de novo aos telespectadores algo que muito tinha sido criticado ainda na Era do “Regiões” local: um novo horário. A aposta de novo nos finais da tarde, desta feita por volta das 18 horas, prometia devolver às emissões regionais a visibilidade perdida com o horário do início da tarde.

Em relação aos conteúdos as directivas não mudaram, o que era continuou a ser, por outras palavras, continuava-se a dar às pessoas notícias das suas terras, tendo por

base os centros que já existiam. Depois tentava-se, com dois pivots, um em Lisboa e outro no Porto, dar-lhe um figurino ao mesmo tempo nacional e regionalista: o que estava abaixo da linha do Mondego e ilhas era apresentado por Lisboa, o que estava acima da linha do Mondego era apresentado pelo Porto.

As razões dos custos e optimização dos meios vieram reforçar aquilo que sempre se fez: tentar dar uma dimensão nacional às regiões e às várias regiões dentro da RTP. A base de tudo isto continuou a ser a implantação da RTP no território português: continente e ilhas.

Na opinião de Hélder Antunes (entrevista: 18/01/2006), toda a revolução que nessa altura se operou na televisão pública só lhe fez bem e, olhando para trás sem saudosismos e sem paixões, vendo as coisas de forma fria, entende que tudo isto que se passou na história recente da RTP não é mais do que uma evolução feliz na história da própria empresa, com os resultados que se vêem hoje, em que a RTP deixou finalmente de dar prejuízo.

4.4.2. Bragança no “Regiões” Nacional

Uma vez que o “Regiões” ficou centralizado em Lisboa e no Porto, o Centro de Emissão Regional (CER) de Bragança, tal como os outros, perdeu a sua emissão, o que teve implicações ao nível de toda a sua estrutura. Sem um programa para pôr no ar diariamente, a carga de trabalho diminuiu significativamente em Bragança, daí não fazer sentido voltar a ter um quadro de pessoal semelhante ao que existia no tempo do “Regiões” local. Assim, de seis jornalistas e seis operadores de imagem, passou-se para metade dos recursos humanos. Porém, como nenhum dos contratos anteriores tinha sido renovado, foi preciso contratar alguns profissionais. A coordenação da equipa e dos serviços ficou delegada num dos novos jornalistas destacados para Bragança. A delegação de Vila Real manteve-se da mesma forma, com um jornalista e um operador de câmara a dar apoio a Bragança.

Quanto à selecção noticiosa, esta passou a ser feita de uma forma mais cuidadosa, tendo em conta que já não existia a pressão de preencher 20 minutos de programa. “A partir deste momento, aquilo que ia para o ar era bem mais próximo daquilo que os jornalistas entendem por notícia. Só os temas realmente importantes eram tratados pelos profissionais de Bragança” (Mateus, entrevista: 10/01/2006).

Não se pode dizer, contudo, que com o novo formato o trabalho se tenha tornado facilitado. Dadas as exigências dos centros de decisão, segundo Alves Mateus, jornalista/coordenador do agora Centro Regional Comum (CRC)³¹ de Bragança, os profissionais de Bragança não se podiam deixar ultrapassar por outros CRC's. Com uma visibilidade a nível nacional, o CRC transmontano tinha de se esforçar mais e mais para emitir assuntos de interesse, que chamassem a atenção sobre a região (*Ibidem*). Pode-se dizer que o nível de exigência no que respeita aos critérios de selecção noticiosa se tornou bastante maior. Só assim se poderia justificar a substituição das janelas regionais por este modelo.

Todos os dias, pelo menos uma reportagem de Bragança teria de ir para o ar. A média, no entanto, cifrava-se em duas, três peças diárias. Quanto ao destaque, esse dependia da importância do assunto. “Se a coordenação do Porto e Lisboa entendesse que o CRC de Trás-os-Montes e Alto Douro tinha a notícia do dia, então seria esta que estaria à “cabeça” do programa, seria a notícia de abertura. Noutra dia podia ser Castelo Branco, Faro, Évora, Lisboa, Coimbra, Porto ou até mesmo de novo Bragança, se tal se justificasse” (*Ibidem*). A actualidade, um valor sempre predominante, é que determinaria o alinhamento dos assuntos.

4.5. O “PORTUGAL EM DIRECTO”

Uma vez mais é a “Qualidade” que vem ao de cima quando se fala de SP. Apesar de nem sempre ser um conceito fácil de definir, é a aposta na qualidade que, segundo os seus responsáveis, determina a diferença do novo programa regional da RTP, o “Portugal em Directo” dos seus antecessores. Alves Mateus (entrevista: 10/01/2006) diz que “a actual Direcção de Informação da Televisão Pública, encabeçada por Luís Marinho, tem um cuidado e uma preocupação cada vez maiores em fazer um programa capaz de captar mais telespectadores, motivando-os através do interesse que as reportagens têm. Exemplo disso é o facto de procurar que as delegações e os CRC's produzam e mostrem a todo o país aquilo que cada região tem de bom”.

O actual responsável pelo CRC Bragança (*Ibidem*), que já havia trabalhado como jornalista para o “Regiões” local, é de opinião que, muitas vezes, “os 20 minutos de emissão feitos em Trás-os-Montes eram preenchidos com assuntos se calhar de

³¹ Uma vez que deixou de haver a emissão de um programa a partir de cada um dos centros, não fazia sentido continuar a designá-los como CERs.

importância menor, não propriamente com notícias, quando o que se pretendia era um programa de notícias e de pura informação”. Diz ele que havia “Regiões em que se chegou a fazer rubricas de cultura, gastronomia, sugestões de fim-de-semana, meteorologia, exposições no final do programa porque havia necessidade de preencher aquele tempo: “é óptimo dizer às pessoas que está ali uma exposição de quadros, mas não é forçoso fazer uma reportagem sobre isso, só em situações excepcionais, porque surgiu um pintor novo, que tem dotes acima da média, aí acho muito bem que se mostre esse pintor, agora cada vez que ele expõe não vou fazer uma reportagem. Era um pouco isso que acontecia”.

Alves Mateus (*Ibidem*) entende que aquela não era a melhor forma de fazer informação: “hoje, além de haver uma informação mais cuidada, com mais qualidade em termos globais na RTP, há esse cuidado de fazer notícias e abordar aquilo que são os assuntos que realmente interessam às pessoas”.

A filosofia deste programa é mostrar coisas que interessam ao público não só da região transmontana mas também do resto do país.

4.5.1. “Portugal em Directo” versus “Regiões”

O “Portugal em Directo” veio suceder ao “Regiões”, tendo sido feito aquilo que se chama em gíria televisiva de “Lavagem de Rosto”. Apesar de manter o horário e o tempo de duração, podemos dizer que se operaram algumas alterações importantes com vista a melhorar o programa. Alves Mateus (entrevista: 10/01/2006) refere que a ideia foi, sobretudo, pegar num formato e dar-lhe uma forma mais elaborada, mais cuidada, capaz de captar mais telespectadores através do interesse que as reportagens têm. Um trabalho que não passa, à partida, pela introdução do sensacionalismo, um caminho que nos últimos anos a RTP se tem esforçado por não trilhar.

As mudanças introduzidas no “Portugal em Directo” inserem-se na reestruturação ainda em curso, neste caso, ao nível da informação, que tem recebido um maior cuidado, desde a captação de imagem à edição, passando pela imagem dos próprios profissionais. Trata-se de um processo lento que terá começado há cerca de cinco, seis anos atrás com a introdução de Editorias e do Livro de Estilo na Televisão Pública. Isso reflectiu-se, no geral, em toda a informação e, em particular, na informação regional. A este propósito, Alfredo Vizeu (2002: 9) diz o seguinte:

No noticiário televisivo as “estratégias de sedução” do telespectador são fundamentais. Isso porque na notícia televisiva o público não tem como voltar a página para recuperar uma informação perdida. Diante desse quadro, o editor de texto ao editar a sua notícia tem de o fazer de uma forma atraente, simples e de fácil entendimento para o receptor.

No geral, o que se tem feito é mostrar que “o que é importante é que os Repórteres RTP sejam exigentes consigo próprios e apliquem os mais elevados padrões de qualidade na concepção e execução de uma história” (Livro de Estilo da RTP, 2001: 43). Neste caso concreto, o que ficou desde logo definido à partida, nas reuniões preparatórias antes da emissão do “Portugal em Directo”, foi que “a notícia seria a prioridade, de âmbito regional entenda-se, seguindo-se de imediato um destaque que diga respeito às pessoas, coisas ou organizações” (Mateus, entrevista: 10/01/2006).

Assim, à cabeça da selecção noticiosa continua a estar a actualidade, o imediato, o mais recente, desde que seja notícia. A personalização é outro critério que marca a escolha do acontecimento. Ao mesmo tempo, Alves Mateus (*Ibidem*) realça que cada um dos coordenadores, continua a estar atento ao que se passa à sua volta, na perspectiva de mostrar o que existe em cada região, o que é mais importante mostrar às pessoas, como por exemplo o surgimento de novos produtos, quer na agricultura quer noutros sectores, pessoas... Temas de destaque, que podem passar pela própria actualidade, caso se justifique uma maior exploração do assunto, para serem tratados em directo, diariamente. Não quer isto dizer que anteriormente isso não acontecesse no “Regiões”, não havia, no entanto, esta coordenação entre os diferentes centros, esta programação prévia para que se façam estes destaques de uma forma equilibrada. O que acontecia no antigo formato era que os assuntos eram escolhidos apenas quando se justificasse dar-lhes relevo, podendo mesmo ir um convidado a estúdio falar sobre o tema, ou fazendo-se uma intervenção em directo do local onde se situaria o assunto em questão.

Assim, o que existe neste momento é um tema diário que é escolhido para ser abordado em directo num determinado ponto do país, que pode ser sobre alguma questão que seja importante para os locais e que o “Portugal em Directo” pode ajudar a resolver. Quer-se, contudo, ir mais longe. Nesse sentido, o programa ganhou recentemente uma componente mais temática. Em Janeiro deste ano, fez-se a primeira emissão sobre um grande tema. Esta aconteceu em Coimbra. Todo o programa foi dedicado a esse destaque, neste caso, ao funcionamento de um grande hospital, ou

melhor, de vários hospitais da universidade de Coimbra. Segundo Alves Mateus (entrevista: 10/01/06), trata-se de um programa que está em constante evolução, cujo objectivo é tentar melhorar todos os dias.

Nunca se pondo em causa a sua função de fazer Serviço Público, as audiências, são também uma meta atingir. É para elas que o “Portugal em Directo” trabalha, no sentido de criar uma empatia com os telespectadores, e, desta vez, não se limita a apresentar-lhe notícias. A informação regional da RTP abre espaço, pela primeira vez, à participação directa do público no próprio alinhamento do programa, ao agendar diariamente a “foto/vídeo denúncia”, no qual os interessados podem expor assuntos que entendam pertinentes e que possam servir como chamadas de atenção para que as autoridades competentes os resolvam.

Apesar de alguns quadrantes da sociedade defenderem que as televisões de SP não se deveriam preocupar com as audiências, são muitos os investigadores que entendem o contrário³². Felisbela Lopes (1999: 46) refere que uma boa forma de avaliarmos a qualidade seria verificar se um programa desta natureza consegue manter o interesse do público, ou se apenas é visto ocasionalmente. Trata-se de um aspecto fulcral, porque nem sempre os programas ditos de qualidades, peçados de referências culturais, conseguem estimular as audiências e, no nosso entender, um serviço público sem público não faz qualquer sentido.

Partindo desse pressuposto, os responsáveis por este novo formato têm razões para sorrir, uma vez que a audiência média do “Portugal em Directo” é hoje idêntica à do “Jornal da Tarde”. É por essa razão que Alves Mateus (entrevista: 10/01/2006) entende que este programa é importante e continua a ter muito impacto, à semelhança do que acontecia com o “Regiões” local.

4.5.2. O Impacto do Directo

O nome deste programa é claro quanto aos seus propósitos. Com efeito, o “Directo” é a essência deste novo formato. Ainda que seja realizado e coordenado por Lisboa, conta com uma intervenção diária em directo de um ponto do país, feita com três operadores de imagem e um jornalista, a partir de um carro satélite. Estas intervenções são feitas em três períodos diferentes do programa: a primeira dura mais

³² A maioria dos investigadores, como Francisco Rui Cádima, Manuel Pinto, Felisbela Lopes, quando se referem ao serviço público, preferem, no entanto, utilizar a designação de “público(s)”, tendo em conta a associação da palavra “audiência” ao mercado televisivo, à “televisão que vende”.

ou menos 15 segundos, é uma chamada de atenção, a primeira promoção, logo no início do programa, e as duas seguintes cerca de dez minutos, ao longo da emissão.

Os directos abordam temas como a ourivesaria, problemas nas estradas, associações... e são eles que efectivamente dão destaque a uma região, podendo, por exemplo, ajudar os seus populares. É por essa razão que o responsável pelo Centro Regional Comum (CRC) de Bragança diz que “são o momento mais marcante do programa. Não obstante a importância da actualidade, ver as pessoas a discutir um tema é muito importante, porque foi de certeza escolhido tendo em conta o seu interesse, cativando assim a atenção de quem ouve” (Mateus, entrevista: 10/01/2006).

Com efeito, com o aparecimento da CNN, a informação em directo trouxe um novo impulso aos noticiários televisivos. Os desenvolvimentos tecnológicos permitiram aos repórteres poderem estar em directo a partir de qualquer lado, sendo a sua imprevisibilidade e a impossibilidade de se fazerem montagens o que confere a este género de reportagem jornalística um profundo carácter genuíno, que acaba por “seduzir” ainda mais os telespectadores.

A este propósito Gérard Imbert (1999: 62) chama a atenção para alguns dos mitos que surgiram com a neotelevisão:

Há, por detrás do mito da proximidade, da transparência total, do directo, uma “ilusão de presente” que leva ao que Jesus Martín Barbero chama “retórica do directo”, a impressão de estar compartilhando o acontecimento graças à sua visualização (...). O directo (...) faz coincidir o presente histórico (o dos factos) com o presente enunciativo (o da narração dos factos). “Aproxima” a realidade ao espectador.

O investigador (Imbert, 1999: 51) diz que o directo é uma forma de reintroduzir uma dimensão comunicativa no espaço social, que está cada vez mais despersonalizado. A ideia, no fundo, é criar uma televisão mais íntima, como se o “ver mais” permitisse entender melhor. Na sua perspectiva, há, no entanto, um perigo: o excesso de visibilidade pode provocar saturação e conduzir a uma certa insensibilidade, especialmente se se enveredar pelo caminho da dramatização, o que, segundo Alves Mateus (entrevista: 10/01/2006), não é intenção deste programa.

Com o directo o que se pretende é a informação na hora, à escala planetária, neste caso concreto, à escala nacional, algo que, por exemplo, o “Regiões” Bragança raramente oferecia aos seus telespectadores, dado que raramente se disponibilizavam carros de exteriores para a região. Actualmente, não se corre o risco de particularizar o

directo em Lisboa ou no Porto, uma vez que eles são distribuídos antecipadamente. Todos os meses, os responsáveis pelo “Portugal em Directo” reúnem na capital, onde, entre outras coisas, são definidos os temas e directos, de Norte a Sul do país (*Ibidem*). Há, assim, a garantia de que todas as regiões têm eco nos directos que este programa promove de segunda a sexta na RTP.

Mas será que essa representatividade de todas as regiões nos directos deste programa é sinónimo de uma maior informação sobre as mesmas? José Sánchez Noriega (1999: 43) acredita que “esse voyeurismo, essa íntima satisfação de contemplar em directo, não equivale a maior informação nem a um maior conhecimento do que sucede”. O que se pretende é criar a ideia de que estamos mais próximos do acontecimento.

Esta tese seria verdadeira no caso do “Portugal em Directo” não fosse o tempo que se atribui à reprodução dos acontecimentos seleccionados para serem passados em tempo real. Obviamente que se o destaque de hoje é para um facto de Bragança, de certeza que a informação transmitida sobre esta região neste dia será bem maior em relação às outras. Mas também é certo que o destaque vai apenas para um assunto, ficando outros para trás.

De qualquer modo, é importante ter em conta que a simples presença de uma câmara de televisão tem o poder de criar os “pseudo-acontecimentos”, ou seja, a transformação artificial de factos em notícias devido apenas à presença da câmara (*Ibidem*). Umberto Eco (1993: 145) fala de manipulação, dado que, mesmo o directo, pressupõe uma escolha. Esta teoria é constatada, especialmente, nos trabalhos de agenda, que exigem que o evento televisivo seja preparado. Ele dá o exemplo do futebol: “ (...) veja-se a passagem da velha bola de couro grosseiro à bola televisiva em xadrez; ou a atenção posta pelos organizadores em colocar anúncios publicitários importantes em posição estratégica, de modo a enganar as câmaras e o organismo estatal que não queria fazer publicidade”. O investigador dá como certo o facto de que a entrada em cena de uma câmara de televisão influencia o curso do acontecimento.

No que respeita à selecção de notícias de actualidade, a política do “Portugal em Directo” é semelhante à do “Regiões”, apesar das críticas feitas pelos defensores das janelas regionais. Eles entendiam que as regiões de interior iriam ter menor representatividade em programas regionais emitidos a nível nacional. Se combater essa ideia já era, contudo, um objectivo dos responsáveis pelo programa que se seguiu ao

“Regiões” local, o mesmo se passa com este novo formato. A informação é produzida por cada região em doses mais ou menos equilibradas. Alves Mateus (entrevista: 10/01/2006) diz que é natural que, por vezes, Lisboa e Porto estejam mais representados, porque afinal de contas é no litoral onde há mais acontecimentos. Mesmo assim, avança que não é nada de significativo e que se se avaliarem os mapas de produtividade do CRC de Bragança e se forem comparados com outros, de outras regiões, ver-se-á que os índices são bastante idênticos. Pode haver até mais informação feita em Bragança e menos em Castelo Branco ou em Faro, mas muitas vezes isso deve-se não à falta de assuntos, e sim à falta de meios, porque há reorganizações internas na empresa que fazem, por exemplo, com que Bragança tenha neste momento quatro jornalistas e três operadores de câmara e mais uma equipa em Vila Real e se calhar noutra região, por exemplo, Castelo Branco ou Évora, há menos profissionais, logo, produzem menos. São, no entanto, questões que com o tempo se corrigem.

O entendimento é que se for uma notícia do dia, tem de ser emitida. Se Bragança tiver só uma notícia e Coimbra tiver duas, não é por causa desse desfasamento que não se vai emitir. O que se costuma fazer é tentar gerir de uma forma eficiente a agenda: se houver tempo, e se Bragança efectivamente tiver apenas uma notícia do dia, o que se pode fazer é alinhar uma outra notícia, intemporal, mas que promova a região ou as pessoas que nela vivem (*Ibidem*).

4.6. O AGENDAMENTO DAS NOTÍCIAS

4.6.1. O Primeiro Momento da Selecção Noticiosa

Todas as televisões, bem como outros órgãos de comunicação social, têm forçosamente de ter um serviço de agenda. É aí que, normalmente, “caem” pela primeira vez muitas das informações sobre acontecimentos passíveis de serem notícia. São muitas as fontes de informação que para lá encaminham as suas “sugestões” que vão desde eventos, problemas que as entidades públicas não resolvem e um sem número de situações que esperam ser noticiadas pelo órgão de comunicação em questão. A Agenda trabalha ainda com as novidades noticiadas pela imprensa, agências noticiosas, rádios e até mesmo por outras televisões. Os próprios jornalistas encaminham para esta secção temas que vão recolhendo ao longo do seu trabalho. Um estudo levado a cabo por

Ericson e pelos seus colaboradores (citados por McQuail e Windahl, 1993: 152) retrata bem todo este processo, neste caso, envolvendo fontes organizadas e os *media*.

Do lado das fontes (por exemplo, empresas, departamentos governamentais, corpos de segurança) existe uma pré-selecção de acontecimentos a apresentar aos *media*, filtrados segundo um conjunto de factores-notícia (...). Este processo é executado por determinadas pessoas, “fontes” que pressionam os *media* a “agarrar” ocorrências como notícias potenciais. Isto integra-se frequentemente num processo de informação planificada, publicidade e gestão informativa.

Mas, como já vimos, nem só as fontes organizadas funcionam como base de dados de acontecimentos potencialmente noticiáveis. Os investigadores (citados por McQuail e Windahl, 1993: 153-4) exploram este ponto num outro modelo adaptado ao processo de produção informativa. Nele vem expresso que as ideias para conteúdos são também activamente procuradas e exploram diversas possibilidades, como é o caso das ideias proactivas, que implicam iniciativa dos jornalistas e dos próprios *media*, que comumente se designam por “iniciativa informativa própria”.

Depois de entrar na agenda, começa-se a discutir se o assunto em mãos é ou não notícia, é lá que as informações começam a ser filtradas. A este processo de “triagem” dá-se o nome de *gatekeeping*, uma noção lançada por Kurt Lewin (citado por McQuail e Windahl, 1993: 144), em 1947, num estudo que publicou sobre as decisões domésticas para a aquisição de alimentos para casa. O investigador observou que a informação flui sempre através de certos canais, que contêm “áreas de barreira”, *gate áreas* em inglês, onde são tomadas decisões (*Ibidem*). Para melhor se perceber esta ideia, vejamos este exemplo: o dono de um estabelecimento, que adquire a mercadoria a um produtor, seria o primeiro “guardião do portão” ou *gatekeeper*; o comprador seria o segundo e o cozinheiro o terceiro.

White (1950) (citado por Wolf, 2002: 180) utilizou esta ideia para analisar o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos canais organizativos dos órgãos de informação. O objectivo era perceber quais os pontos que funcionavam como “cancelas” e que estabeleciam se a informação passava ou era rejeitada. Nada muito diferente do que se passa hoje em dia na televisão, onde cabe ao *gatekeeper* decidir se a informação vai ou não para o ar nesse dia, se será utilizada noutra noticiário, ou até noutra dia, ou ainda se é posta de parte.

Portanto, todos os dias há uma escolha de assuntos a abordar, dando-se-lhes depois um determinado ordenamento, que em televisão se designa por alinhamento.

Essa ordem não é estanque, uma vez que, até ao noticiário ir para o ar e durante o mesmo, podem acontecer imprevistos, obrigando o coordenador da informação a fazer alguns ajustes.

4.6.2. O Processo de Agenda-Setting

Este processo de selecção das notícias acaba por ter implicações junto do público. O impacto do agendamento na opinião pública foi pela primeira vez estudado pelos investigadores americanos Malcolm McCombs e Donald Shaw (1972, 1976). Estes autores ficaram conhecidos pela Teoria do Agendamento/*Agenda-setting*³³, que defende que os *mass media*, pelo simples facto de prestarem atenção a alguns assuntos e negligenciarem outros, produzem efeitos na opinião pública. Estes investigadores chegaram à conclusão de que as pessoas têm tendência para conhecer o que é tratado pelos *media* e para adoptar a ordem de prioridades atribuída aos diferentes assuntos. Segundo McCombs e Shaw (citados por McQuail e Windahl, 1993: 94) “as audiências não só sabem pelos *media* quais as questões públicas e outros assuntos, como a importância a atribuir a um assunto ou tópico a partir da ênfase que os *media* lhe dão. Por exemplo, ao mostrarem o que dizem os candidatos durante uma campanha, os *mass media* determinam aparentemente os temas importantes”.

Com efeito, a maioria das investigações em torno da *agenda-setting* partiu do estudo da comunicação política, centrando-se, sobretudo, nas campanhas eleitorais.

Na campanha eleitoral moderna típica tornou-se estratégia comum estabelecer a “imagem” de um certo candidato, associando-a a certas posições sobre eternos problemas da sociedade e a alguns temas especialmente escolhidos pelo candidato. A teoria diz que se os eleitores puderem ser convencidos da importância de um assunto, votarão no candidato ou partido que é apresentado como o mais competente para o tratar (McQuail e Windahl, 1993: 94).

Não se entenda, no entanto, que esta teoria defende que os *media* pretendem persuadir, ou seja, os efeitos da comunicação de massas não resultam propriamente de um processo de persuasão, mas sim da presença pública de determinadas informações sobre o meio, neste caso o político (Saperas, 2000: 54). Referindo-se à imprensa, Cohen (1963) (citado por Saperas, 2000: 55) diz o seguinte: “A maior parte das vezes, a

³³ Os dois investigadores criaram o conceito de “*Agenda-Setting*” num artigo publicado em 1972, no *Public Opinion Quarterly* – “*Agenda-Setting Function of Mass Media*”. A sua teoria foi desenvolvida num outro artigo posterior, publicado no *Journal of Communication* – “*Structuring the “unseen environment”*”.

imprensa não tem êxito dizendo às pessoas o que hão-de pensar; mas tem sempre êxito dizendo aos seus leitores aquilo sobre que hão-de pensar”.

A defesa da tese, por parte de McCombs e Shaw, de que existe uma relação entre a agenda dos *media* e a agenda pública, sendo a primeira a determinar a segunda, acabou por ser alvo de críticas. Esta hipótese apresentava algumas limitações, particularmente pelo facto de apontar apenas para os efeitos produzidos por uma só agenda: a dos *media* (McQuail e Windahl. 1993: 97).

Alguma investigação posterior apontou outras interacções mais complexas. É o caso do estudo levado a cabo por Rogers e Dearing (1996: 5). Estes investigadores distinguem, antes de mais, três tipos deferentes de agenda:

- A agenda dos *media* – refere-se às prioridades do conteúdo dos *media* em relação a temas e acontecimentos;
- A agenda do público – Os assuntos em destaque na opinião e conhecimento do público (os responsáveis pelo CRC de Bragança valorizavam e valorizam muito este aspecto, sabendo que um dos objectivos da informação regional é criar vínculos com o público);
- A agenda política – apresenta os temas e propostas dos políticos.

Tendo presente que cada uma delas tem importância, Rogers e Dearing (1996: 17-8) analisaram as diferentes interacções entre elas e concluíram que a *agenda-setting* poder ser intencional ou não, ser iniciada tanto pelos *media* como pelos decisores políticos³⁴. Não se deve excluir a possibilidade de o próprio público influenciar a agenda dos *media*, já que alguns meios de comunicação procuram pistas de selecção de conteúdos, avaliando as preocupações correntes do público³⁵. Era o que acontecia e acontece com frequência no CRC de Bragança que tem entre as principais fontes de informação as sugestões enviadas pelos telespectadores transmontanos.

4.6.3. A produção noticiosa – o Newsmaking

Depois de se perceber o processo de selecção noticiosa, importa agora saber como se constrói a notícia (*Newsmaking*). Esta é a fase em que um órgão de comunicação social, no caso em estudo um operador de televisão, transforma determinadas ocorrências em conteúdos noticiosos, através da passagem por uma série

³⁴ Ex.: quando convocam conferências de imprensa para as 8 da noite.

³⁵ Ex.: destaque normalmente dado a qualquer acontecimento que tenha que ver com o Benfica, dado o grande número de adeptos do clube.

de barreiras (*gates*) e filtros, tanto do lado da fonte como do órgão de informação (McQuail e Windahl, 1993: 152).

Antes de mais, temos de definir o que Wolf (2002: 195) designa por “noticiabilidade”: “O conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias”. Para melhor fazer esse trabalho, suporta-se nos valores-notícia, que dão os indicadores sobre quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias.

Tuchman (citada por Wolf, 2002: 188) diz que, apesar do objectivo declarado de qualquer órgão de informação ser fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes, o que acontece é que estes se deparam no seu quotidiano com uma superabundância de acontecimentos que, claramente, não podem ser todos noticiados. Tem inevitavelmente de haver uma filtragem, sendo que esta “implica, pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo”. Mesmo tendo em conta que os jornalistas são capacitados para tal, tem de se fazer, contudo, uma triagem, pois, tal como entende Tuchman, (citada por Wolf, 2002: 189) “como qualquer outra organização complexa, um meio de informação não pode trabalhar sobre fenómenos idiossincráticos. Tem de reduzir todos os fenómenos a classificações elaboradas propositadamente, como os hospitais que “reduzem” as doenças (...)”.

É nesta sequência que se estabelece um conjunto de critérios de relevância, os chamados critérios jornalísticos, que definem a noticiabilidade, ou não, dos acontecimentos. E são muitos os valores-notícia que os jornalistas podem pesar no momento da selecção noticiosa.

Quem melhor terá sistematizado os critérios de noticiabilidade aplicados na selecção ou rejeição de acontecimentos foram Galtung e Ruge. Eles abordam a questão “ (...) listando e descrevendo as principais características do acontecimento que influenciam as probabilidades de ser seleccionado e de passar sucessivamente diversas barreiras (*gates*) (...)” (McQuail e Windahl, 1993: 148).

McQuail e Windahl (1993: 149-150) destacam os seguintes factores-notícia avançados por Galtung e Ruge:

- Intervalo de tempo – é mais provável que se preste atenção a um acontecimento se a sua ocorrência encaixar no período de actividade do *médium* em causa. Os investigadores dizem que “quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio de informação, mais provável será a sua selecção como notícia por esse meio de informação.
- Intensidade ou Valor de Entrada – é mais provável que se repare num acontecimento de grande magnitude ou se o seu significado aumentar repentinamente de forma a atrair especial atenção. Este é, sem sombra de dúvidas, o valor-notícia que tende a agarrar o telespectador, logo é natural que acontecimentos que aqui se encaixem venham, quase sempre, no topo do alinhamento. É aqui que entra um dos ditos jornalísticos mais conhecidos, *bad news is good news*, e a explicação é simples: os espectadores prestam mais atenção, ou só prestam atenção, a algo que os impressione.
- Clareza/Ausência de ambiguidade – quanto menos dúvida houver sobre o significado de um acontecimento, maior a sua probabilidade de ser seleccionado.
- Proximidade cultural ou relevância – quanto mais próximo da cultura e interesses da potencial audiência, maior a probabilidade de tratamento noticioso.
- Consonância – é mais provável a selecção de um acontecimento que corresponda a expectativas ou pré-conceitos existentes do que um que não esteja em conformidade com os mesmos.
- Inesperado – também os acontecimentos mais invulgares e imprevisíveis têm maior probabilidade de serem seleccionados.
- Continuidade – se um acontecimento tiver sido definido como de interesse noticioso, cria-se uma certa dinâmica para continuar a noticiá-lo ou a factos relacionados.
- Composição – os acontecimentos são seleccionados em função da sua colocação num contexto equilibrado, ou seja, o facto é noticiado dependendo da quantidade de uma determinada categoria de acontecimentos que é tratada no noticiário. Assim, pode acontecer que, mesmo que a notícia não se revista de grande interesse, ela tem probabilidade de ser seleccionada para equilibrar a composição global do noticiário, para dar a ideia de que este se pauta por uma informação pluralista.

- Valores socioculturais da sociedade destinatária ou dos *gatekeepers* também influenciam a escolha.

Dizemos que um destes valores³⁶ predomina sobre os outros seria pouco esclarecedor, porque muitas vezes estes factores-notícia se encontrarem sobrepostos. Além disso, há ainda muitas outras coisas, como, por exemplo, a política editorial do órgão de comunicação social, a sua orientação ideológica ou comercial, que tem influência na altura da selecção e produção noticiosa. Galtung e Ruge (citados por Traquina, 2004: 104) dizem que “ (...) um acontecimento será tanto mais noticiável quanto maior número de valores possuir, embora não seja uma regra absoluta”. Também Mauro Wolf (2002: 195-6) defende que os valores-notícia funcionam de uma forma complementar:

Na selecção dos acontecimentos a transformar em notícias, os critérios de relevância funcionam conjuntamente, “em pacotes”: são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia, que “recomendam” a selecção de um facto.

O investigador (*Ibidem*) chama ainda a atenção para o facto de estes critérios não serem tidos em conta apenas na selecção das notícias. Nas palavras de Fernando Correia (2000: 137), “sendo simultaneamente qualidades dos acontecimentos e da sua construção jornalística, os valores-notícia aplicam-se em todas as fases da actividade jornalística, ou seja, na recolha, na selecção, na elaboração e na apresentação da informação”.

Gans (citado por Wolf, 2002: 197) mostra-nos outros aspectos a ter em conta quando abordamos a questão dos critérios de escolha das notícias. Um deles tem a ver com a rapidez que a selecção noticiosa implica. Tudo é sob a enorme pressão do tempo, pelo que os critérios de escolha devem ser fácil e rapidamente aplicáveis, sem tempo para grande reflexão. O estudioso diz ainda que devem ser flexíveis, para se poderem adaptar à infinita variedade de acontecimentos disponíveis, e facilmente racionalizados, pois, no caso de um ter de ser substituído por outro num dos momentos de *gatekeeping*, convém que haja sempre uma boa razão para tal. Além do mais, defende que os critérios têm de ser orientados para a eficiência, “de forma a garantir o necessário

³⁶ De referir que estes valores-notícia avançados por Galtung e Ruge não se esgotam nestes pontos. Simplesmente escolhemos estes por estarem mais bem sistematizados e irem de encontro aos valores correntes do CER de Bragança, objecto do nosso estudo. Noutras publicações, podemos encontrar muitos outros critérios de noticiabilidade, como os que refere Mauro Wolf no seu livro “Teorias da Comunicação” (Wolf, 2002).

reabastecimento de notícias adequadas, com o mínimo dispêndio de tempo, esforço e dinheiro”.

Devemos ter presente que são apenas linhas de orientação para profissionais, os jornalistas, que se baseiam essencialmente na sua experiência. De qualquer modo, não deixa de ser importante que os jornalistas discutam entre si as razões de escolha de determinadas notícias, fundamentadas em critérios válidos. Daí a importância das reuniões de redacção para diariamente agendar os trabalhos jornalísticos e para depois alinhar os mesmos para serem transmitidos num noticiário.

4.6.4. O Jornalista e o Público

O jornalista desempenha um papel chave em todo o processo de selecção e construção da notícia. À partida, ele tem, ou deve ter, a sensibilidade de saber as necessidades do público, dada a sua experiência e os contactos que vai fazendo diariamente com as pessoas. Mauro Wolf (Wolf, 2002: 247) não concorda muito com esta ideia. Para reforçar a sua opinião, cita Schlesinger:

Quando o jornalista tem de pensar no tipo de notícias que é mais importante para o público, serve-se mais da sua opinião acerca das notícias do que de dados específicos sobre a composição, o gosto e os desejos daqueles com quem está a comunicar.

Segundo o autor (2002: 247), não é que o público não esteja no pensamento do jornalista aquando do processo de selecção. Ele diz mesmo que “o julgamento da noticiabilidade de um facto decide-se, perguntando em que medida o público teve conhecimento dele e quando”. Este processo não passa, no entanto, de uma avaliação que é feita, não tendo uma base concreta. Os jornalistas não podem saber sempre aquilo que o público conhece, baseando-se então em avaliações profissionais ou no seu conhecido “faro” para responder às “necessidades” das pessoas (2002: 248). Aliás este instinto tão peculiar à profissão de jornalista acaba também por ser desmontado por Wolf (2002: 250):

O “faro” jornalístico seria, neste caso, não uma capacidade “misteriosa” para captar notícias, mas uma capacidade *standard* (adquirida a partir de parâmetros delimitáveis: os valores/notícia) para agrupar “instantaneamente”, num ponto de equilíbrio, factores bastante diversos.

O que acontece é que estes profissionais não têm assim tanto *feedback* por parte das pessoas, acabando por se recorrer ao suporte cognitivo que vem da organização. Assim, recorre-se a pressupostos, plausíveis, acerca do público, que se vão tornando parte de rotinas produtivas estandardizadas (Wolf, 2002: 248).

No caso da informação regional, pode-se dizer que, não obstante o peso das rotinas jornalísticas e o facto de muito do pensamento dos profissionais se fazer desta maneira, existe um *feedback* significativo por parte do público, já que os jornalistas trabalham para ele e perto dele.

4.6.5. A produção noticiosa no CER de Bragança

Apesar de a região transmontana ser bastante grande, não é difícil conhecê-la, bem como as suas gentes, quando se passa muito tempo no terreno. Depois de algum tempo a desempenhar as funções de repórter no CRC Bragança, depressa se passa a ter um conhecimento profundo de Trás-os-Montes e Alto Douro e isso estende-se às pessoas, às suas necessidades, aos seus problemas, aos seus hábitos e tradições.

Trata-se de um contacto directo diário que faz com que ainda hoje, mesmo depois do fim do “Regiões” Bragança, as pessoas se sintam à vontade para contactarem o CRC transmontano para dar sugestões de reportagem, sendo que grande parte delas, desde que se insiram naquilo que a cultura jornalística entende por notícia, são agendadas e posteriormente noticiadas em espaços como o “Portugal em Directo”.

Os próprios jornalistas, nesta proximidade que se criou com o público, retiram muitas ideias para trabalhos em conversas com as pessoas. O que acontece muito também é que uma reportagem acaba por levar a outras... aqui ainda impera a ideia de que o “faro” jornalístico funciona.

Mesmo no processo de construção da notícia, o público, ainda que indirectamente, está presente, isto porque, apesar de cada profissional ter a sua forma de redigir a notícia, que por isso nunca será o espelho da realidade³⁷, existem regras a seguir. Essas directrizes partem não só da Direcção de Informação e daquilo que está estipulado no Livro de Estilo da RTP, que define alguns métodos de trabalho, mas também daquilo que os jornalistas conhecem do público em geral. Partindo de dados e pesquisas sobre capacidade de compreensão das audiências, há todo um conjunto de

³⁷ Segundo Nelson Traquina (1993: 30), “os jornalistas não são simplesmente observadores passivos mas participantes activos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real, as notícias *acontecem* na conjugação de acontecimentos e de textos”.

cuidados a reter quando se constrói uma notícia. Como diz Wolf (2002: 246), “isso reforça, efectivamente, não só a necessidade de se ser claro e simples, mas também a imagem de pedagogo e de tutor que se atribui à profissão, o que representa, portanto, uma reafirmação da sua utilidade social”. Uma ideia que encontra eco no que é exigido aos jornalistas do CRC Bragança, que têm ao nível da informação regional uma missão, particularmente, didáctica a cumprir.

Nessa medida, tem sido uma preocupação primordial do responsável pela produção noticiosa em Trás-os-Montes e Alto Douro que se desinstitucionalizem as reportagens, procurando-se ouvir mais as pessoas, o cidadão comum, em temas que facilmente resvalariam para um nível institucional, onde só falassem os órgãos institucionais. Alves Mateus (entrevista: 10/01/2006) dá um exemplo concreto: “não vou fazer uma reportagem pelo mero facto de ouvir um Presidente de Câmara, porque ele pode estar a achar muito bem e no ano a seguir perder as eleições porque as populações acharam mal, portanto, eu tenho que ouvir as pessoas”.

Quase que se pode dizer que “ter sempre presente a voz do povo” é o lema do CRC Bragança, uma vez que o espírito é que os profissionais estão ali para servir as pessoas, para as informar, para lhes dar o máximo que lhes puderem dar, dentro daquilo que temos para oferecer.

4.6.6. O “faro” jornalístico no “Regiões Bragança”

Como acontece em todos os programas de televisão, a concepção do “País Regiões de Bragança” deveria ter como ponto de partida produzir qualquer coisa que obedecesse a patamares profissionais de qualidade e que tivesse boas hipóteses de ter sucesso em termos de audiência (McQuail: 296). Para tal, antes de tudo, teria de se partir de um processamento interno da informação. Este era iniciado com as “ideias” para as notícias, seguindo-se as “fontes”, embora muitas vezes ocorresse também o contrário, dado que, a partir de uma determinada altura, quando o público transmontano se apercebeu que aquele programa era para ele, começaram a chegar chamadas, cartas e faxes para o CER de Bragança a sugerir temas de reportagem. De facto, e segundo a primeira responsável pelo programa (Cruz, entrevista: 9/12/2005), tendo em conta que se tratava de uma região com poucos acontecimentos, para fazer cerca de 15 minutos de informação regional diária tinha de se puxar pela cabeça. Além disso, a coordenação tinha uma filosofia: uma história, se for bem contada, mesmo que seja uma coisa

insignificante, pode ser uma obra de arte e, mesmo que seja um pouco longa, não se torna cansativa.

Sendo o “País Regiões” um programa que estava muito próximo das comunidades regionais, não se podia limitar a dar notícias curtas como acontece nos noticiários nacionais, nos quais cada notícia deve ter 1 minuto ou 1 minuto e meio. Neste formato convinha explorar um pouco mais os assuntos, explicá-los melhor às pessoas, afinal era esse um dos seus grandes objectivos. Não se queriam textos muito rebuscados. Em média 2 minutos por peça, podendo-se ultrapassar este tempo se se justificasse. Não havia uma fórmula rigorosa.

Além disso, muitas vezes, de uma pequena história tiravam-se pormenores que a tornavam interessante. Mas caso a notícia fosse construída apenas para “encher” aquele tempo, o chamado “enchido” na gíria jornalística, sempre com o mesmo entrevistado, com uma história monótona, pouco interessante, o jornalista seria chamado à atenção, já que “havia o cuidado de se supervisionarem todos os trabalhos e discuti-los, se dúvidas houvesse, entre a equipa. O jornalista, além de objectivo, tinha também de ser um criativo” (Cruz, entrevista: 9/12/2005).

Como é comum nesta profissão, o trabalho era feito a um ritmo quase frenético, com um espírito de detective que deve caracterizar qualquer bom profissional. Quando os repórteres iam para o terreno já iam com os seus trabalhos definidos, com os contactos estabelecidos. Mesmo assim, isso não os impedia de procurar outros temas, de levar para a redacção mais material que, apesar de não estar agendado, era sempre um bom suporte para garantir uma emissão “recheada” de diferentes assuntos, assegurando o valor da “composição” de que falam Galtung e Ruge. Tanto mais que, como diz Lucínio Ribeiro (entrevista: 18/01/2006), quando os jornalistas se deslocavam para longe, por exemplo para Lamego, Freixo de Espada-à-Cinta, Celorico de Basto, etc., tinham de rentabilizar esse dia. Dificilmente se deslocavam para tão longe para apenas produzirem uma única reportagem, a menos que se tratasse de um assunto de grande relevo que não possibilitasse a concentração noutros trabalhos. Ainda que se investigasse no terreno, os contactos eram um bem essencial e a valorizar, bem como o conhecimento de toda a região e a própria comunicação social regional, que muitas vezes servia como motor de pesquisa para ver os principais destaques noticiosos.

Maria Ricardo Cruz (entrevista: 9/12/2005) diz que o espírito da direcção de informação não era fazer mais uma coisa institucional, mas sim fazer um espaço onde as pessoas se revissem, se identificassem. Qualquer pessoa podia ir a estúdio falar de um

assunto, desde que fosse importante. Ela dá o exemplo do dia em que convidaram um homem, que, no dizer dela, mal sabia falar, para contar o que lhe tinha acontecido quando o levaram para trabalhar em Espanha e por lá foi explorado. Desde que houvesse uma história interessante para relatar, havia espaço para todos. A ideia era dar voz às pessoas.

Esta forma de fazer informação acabou por criar um sentimento de pertença, em tudo semelhante aquele a que se refere Anthony Smith (1991: 16) quando fala de Identidade Nacional e de Nação, conceitos que ele entende como laços de solidariedade entre os membros das comunidades, unidos por memórias partilhadas, mitos e tradições, que podem ou não encontrar expressão nos seus Estados. Trata-se de um espírito que se pode transpor para uma dimensão regional, que cada vez mais expressão tem no contexto global.

A cultura jornalística que se pretendeu “impor” na redacção era de que o importante era esclarecer as pessoas, pois, estando melhor informadas melhor poderiam agir. O importante era que os profissionais tivessem noção de que estavam em Trás-os-Montes, logo, estavam a falar para os transmontanos (Cruz, entrevista: 9/12/2005).

4.6.7. Os Valores-Notícia no “Regiões Bragança”

Os valores-notícia, estruturados a pensar nos noticiários de informação generalistas, podem perfeitamente ser adaptados à realidade regional. Aliás, um deles determina toda a lógica do “Regiões”: o valor-notícia da proximidade.

As notícias são culturalmente próximas, se se referem a acontecimentos que entram na esfera normal de experiência dos jornalistas e do público, os que implicam uma esfera partilhada de linguagem e pressupostos culturais comuns (Wolf, 2002: 203).

Conhecendo o programa, pode-se dizer que qualquer um dos valores-notícia enumerados por Galtung e Ruge³⁸ teve expressão nos alinhamentos do “País Regiões Bragança”. Maria Ricardo Cruz (Cruz, entrevista: 9/12/2005), diz que a grande tendência é sempre pôr um desastre, uma tragédia, sangue em primeiro lugar, o que não é de estranhar, pois se remontarmos aos primórdios do jornalismo, ao tempo das folhas volantes, verificaremos que já naquela época havia um fascínio com os homicídios.

³⁸ Ver páginas 59 e 60.

Muitas das folhas volantes relacionavam-se com homicídios e enforcamentos de assassinos. Muitas tinham relatos, escritos na primeira pessoa, de arrependimentos dos assassinos esperando a morte – alguns desses relatos escritos em verso formando cantigas (Traquina: 98).

Portanto, desde que se legitimou a actividade jornalística que onde há morte há jornalistas. Para Nelson Traquina (2004: 108), “a morte é um valor fundamental para esta comunidade interpretativa (...)”. É por essa razão que as páginas dos jornais e os noticiários de televisão parecem sempre tão negativos.

De qualquer modo, se pedirmos à responsável pelos primeiros anos de emissão do “País Regiões Bragança (Cruz, entrevista: 9/12/2005) “para destacar o critério máximo que presidia à sua selecção noticiosa a resposta será sempre a “Actualidade”. Este terá sido sempre um valor central em todos os noticiários, mas é-o em particular na Era da Neotelevisão. A este propósito Gérard Imbert (1999: 56) refere que hoje em dia tudo pode ser objecto de informação, tudo é digno de atenção, de ser mostrado, contando que seja actualidade. Ele fala mesmo num “Imperialismo da Actualidade” que caracteriza os meios audiovisuais, um “querer ver” sem limites. Esta relação voyeurista com o imediato, que faz com que tudo se torne do domínio público, à partida terá limites no SP de televisão, dado o seu papel para com a sociedade.

Outro “filão” explorado foi a riqueza humana e cultural da região, ou seja, os valores socioculturais, já que os transmontanos são grandes contadores de histórias e falam com o maior à vontade para as câmaras da televisão. Maria Ricardo Cruz (entrevista: 9/12/2005) diz que nunca encontrou esta riqueza e sabedoria humana noutra lugar.

Frequentemente, o acesso aos acontecimentos, já que estamos a falar de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde as vias de comunicação não são as melhores³⁹, bem como a presença ou ausência de facilidades para o registo e a transmissão, por exemplo, a falta de carros de exteriores para a realização de directos, teve um peso bastante significativo na selecção. Mas o efeito de previsibilidade que existe, particularmente na localização dos repórteres e do equipamento em certos lugares⁴⁰, foi uma grande ajuda para o trabalho de produção noticiosa numa região onde não se registam grandes temas de actualidade, que acontecem no próprio dia em que são emitidos. Era feita uma

³⁹ Só para se ter uma ideia, para se ir de Bragança a Miranda do Douro é mais fácil ir por Espanha.

⁴⁰ Por exemplo, a equipa de Vila Real estava estrategicamente naquela zona, para que mais facilmente acesse aos acontecimentos que por ali se iam dando, já que as equipas de Bragança tinha mais dificuldade em dar resposta, embora também se deslocassem muitas vezes para lá.

identificação de acontecimentos por parte dos coordenadores que dependia das crenças sobre o que interessaria à audiência. Fishman (citado por McQuail, 2003: 286) utiliza a designação de “pontos noticiosos” que, segundo ele, são estabelecidos para facilitar a descoberta de “acontecimentos noticiosos” mas que levam, inevitavelmente, à construção de acontecimentos. A este propósito, Maria Ricardo Cruz (entrevista: 9/12/2005) contou-nos que Freixo de Espada-à-Cinta tinha uma tradição que já não era posta em prática há muitos anos: a Queima do Entrudo, que acontecia no Carnaval e que consistia em queimar um caixão com palha e percorrer as ruas com o mesmo. A partir do momento em que os habitantes da vila começaram a ver o programa e perceberam que este podia dar visibilidade à sua cultura telefonavam para o CER, não propriamente para dar conta do evento mas para questionar a responsável se iam ou não fazer a sua cobertura. Diziam eles que se a televisão não fosse até lá, não valia a pena terem o trabalho. Esta história é um reflexo de muitas outras, ou seja, as pessoas tinham orgulho porque a sua terra ia aparecer com uma projecção outrora nunca vista na televisão e, por isso, empenhavam-se em preservar e divulgar os seus hábitos e costumes, que doutra maneira se calhar não se empenhariam.

Situações como esta eram também bastante visíveis nos protestos de rua, que eram sempre maiores quando aparecia a televisão. São os chamados meta-acontecimentos, provocados pela existência do discurso jornalístico. Adriano Duarte Rodrigues (2001: 101) diz que o que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notoriedade.

O meta-acontecimento não é regido pelas regras do mundo natural dos acidentes da natureza que atingem os corpos físicos cósmicos (como os cataclismos ou as inundações). É regido pelas regras do mundo simbólico, pelas regras da enunciação. É um discurso feito acção e uma acção feita discurso (Rodrigues, 2001: 102).

Segundo o autor (2001: 103-4), ao transmitirem um acontecimento, “os *media*, para além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo”. É por isso que ele os considera o lado perverso da informação (2001: 102).

Não obstante essas vicissitudes, resolvem-se muitos problemas com a simples presença de uma câmara de televisão e foi essa uma das grandes noções que o “País Regiões” trouxe à população transmontana: a possibilidade de resolver muitas questões

que de outra maneira demorariam tempos infinitos a ter solução, ou pura e simplesmente cairiam no esquecimento dos poderes locais. Como diz Alfredo Vizeu (2002: 2), “é a “Praça Pública que converte o exercício da publicitação dos factos como possibilidade da prática da democracia.

Com o alargamento do programa para o dobro do tempo de emissão, as notícias de abertura continuaram a ser aquelas que mais facilmente prendiam a atenção do telespectador pelo impacto que produziam. Podemos falar aqui de um valor-notícia de construção que também encontramos na selecção feita por Galtung e Ruge: a amplificação.

A lógica é a seguinte: quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, quer seja pela amplificação do acto, do interveniente ou das supostas consequências do acto (Traquina, 2004: 117).

Aliado a este valor-notícia, os destaques do dia passavam também pela sua relevância. Para melhor percebermos, nada melhor que um exemplo do que muitas vezes sucedia: dada a importância que a agricultura assumia e assume para Trás-os-Montes, sempre que havia uma catástrofe natural, como uma tempestade de granizo, e eram anunciados apoios para os prejuízos, certamente essa seria uma das primeiras notícias do “Regiões”, dada a sua relevância para os agricultores transmontanos.

Ao mesmo tempo, passou a haver o cuidado de ter na “gaveta” as chamadas peças “intemporais”, ou seja, reportagens sobre assuntos da região que podiam ser apresentados em qualquer altura, uma vez que não se tratava de actualidade. O espírito de procurar em todo lado temas que pudessem ser retratados pela televisão, como por exemplo profissões em vias de extinção, os trabalhos dos artesãos, tradições, curiosidades, etc., continuou a ser privilegiado, acabando mesmo por ser ainda mais estimulado para que houvessem sempre trabalhos de reserva para o caso de faltarem notícias do dia para preencher uma emissão. Se até então os valores sócio-culturais já eram um valor-notícia com uma grande projecção, passaram-no a ser ainda mais.

Nessa linha, verificou-se muito a personalização dos temas, seguindo-se uma lógica jornalística muito comum:

(...) Quanto mais personalizado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, pois facilita a identificação do acontecimento em termos “negativo” ou “positivo”. Por personalizar,

entendemos valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o factor pessoa (Traquina, 2004: 118).

Com a personalização cumpria-se mais facilmente o principal objectivo deste programa que era chegar mais perto do público. Era uma forma de agarrar o telespectador, já que é natural que as pessoas se interessem por outras pessoas (*Ibidem*).

Nesta segunda fase, à semelhança do que se fez ainda na altura em que o programa era mais reduzido, no final do “Regiões”, quando havia tempo, utilizava-se um slide onde se forneciam os dados do CER de Bragança, morada, número de telefone e fax, para que mais facilmente os telespectadores se apercebessem que podiam dar o seu contributo para o programa através das suas sugestões. Um suporte muito útil com uma dupla função: acertava-se o final da emissão quando sobrava um minuto para a despedida e estimulava-se a chegada de propostas de reportagem à redacção da RTP Bragança.

Também os outros órgãos de comunicação social regional continuaram a dar uma preciosa ajuda. Tanto os jornais como as rádios locais eram boas fontes para o agendamento de notícias diárias no CER de Bragança. Do mesmo modo, a Agência Lusa dava conta de muitos acontecimentos de última hora, entre outros assuntos.

4.6.8. Os Critérios de Noticiabilidade no “Regiões Nacional”

Com a passagem do “Regiões” para um formato nacional a selecção passou a ser feita de uma forma mais estreita (Mateus, entrevista: 10/01/2006), dado que na emissão deveriam “caber” todas as regiões.

No que se refere aos critérios de escolha das notícias, não havia grandes diferenças em relação a outros jornais de âmbito nacional, como o “Jornal da Tarde” ou “Telejornal”. Nunca esquecendo o seu cariz regional, o que se fazia era puxar para a “cabeça” a actualidade regional e fazer depois todo o alinhamento encadeando os vários assuntos das diferentes regiões consoante a importância das notícias, ou seja, construir o alinhamento começando com o tema mais importante, independentemente de onde viesse, terminando sempre com um assunto mais leve. “Entendia-se que o facto de ser um “Regiões” não tinha que significar que não fosse tratado como um programa nacional. A forma de escolher a notícia para o início e para o fecho era a mesma que era utilizada por um jornal nacional” (Antunes, entrevista: 18/01/2006). Por outras palavras, fazia-se a escolha para a abertura de uma notícia com grande impacto, seguindo-se uma

emissão articulada, quase como se tivesse uma narrativa própria, como nos filmes, de acordo com os interesses do público. O elemento forte do início ir-se-ia distendendo, deixando o telespectador mais tranquilo com o que ia vendo até ao final, que quase sempre era feliz, o mesmo é dizer que era comum que o noticiário acabasse com um “fait-divers”, com histórias ou notícias com imagens agradáveis. Apesar destes elementos, estaria longe de um jornal espectáculo que este tipo de modelo preconiza.

No caso de Bragança, à semelhança dos outros CERs, o coordenador disponibilizava ao responsável pelo “Regiões” nacional, que se encontrava em Lisboa, o material que tinha em agenda, sendo que este último fazia depois a selecção daquilo que lhe interessava para o programa. Segundo Hélder Antunes (*Ibidem*), o alinhamento que ia para o ar dependia muito do que era enviado por cada CER. De qualquer modo, a coordenação de Lisboa também estava atenta para o que se passava nas diferentes regiões e chamava a atenção para assuntos que pudessem ser tratados por cada uma delas. Portanto, apesar do agendamento das notícias ser feito por cada um dos CERs, Lisboa também podia intervir no mesmo e tinha a última palavra a dar no que respeita ao processo de *gatekeeping*.

Hélder Antunes (*Ibidem*) garante que nunca ninguém privilegiou uma só região, havendo o cuidado de dar protagonismo a todas as regiões, não só em termos de tempos, como também em quantidade de peças. Predominava, assim, o valor-notícia “Composição”, já que havia o cuidado de seleccionar os acontecimentos de forma a conseguir um todo equilibrado. Seria mais fácil encontrar temas de relevo nos grandes centros, mas a coordenação do “Regiões” tinha presente a sua filosofia de dar um destaque diário a todos os pontos do país, naquilo que eles tinham de mais relevante, para o melhor ou para o pior. Hélder Antunes (*Ibidem*) vai mais longe ao dizer que, a partir do momento que o “Regiões” perdeu as janelas regionais, a percentagem de peças emitidas de Lisboa e do Porto baixou consideravelmente.

Outro valor em destaque continuou a ser a personalização dos temas, as pessoas. Assim, a escolha das notícias passava inevitavelmente por aquelas que diziam respeito às populações em geral. Alves Mateus (entrevista: 10/01/2006) dá o seguinte exemplo: havia uma decisão de uma Câmara avançar com uma obra que podia afectar 50 famílias que viviam num prédio que podia ir abaixo. Neste caso, não havia qualquer margem para dúvidas: as pessoas sempre em primeiro lugar.

Sempre que havia uma prioridade a estabelecer, apostava-se nos assuntos em que era importante alertar as autoridades para o facto de haver populações que podiam

estar em risco, que precisavam de ajuda, ou que necessitavam deste apoio ou daquele. Até porque, como avança o actual responsável pelo CRC de Bragança (*Ibidem*), “sabemos que muitas vezes se faz, por exemplo, a reportagem do homem que vive debaixo do alpendre e que logo a seguir a esta ser emitida ele já tem um lugar na Misericórdia ou num Lar de Terceira Idade”.

Depois havia os factos que marcavam o dia a dia, como os julgamentos e outros assuntos que faziam a agenda diária de Trás-os-Montes e Alto Douro. O principal interesse, segundo Alves Mateus (*Ibidem*) seria sempre informar as pessoas, ao mesmo tempo que se dava uma componente didáctica às notícias, algo que não é fácil de explorar num “Jornal da Tarde” ou num “Telejornal”. Por exemplo, pode-se noticiar que foi criada uma zona industrial em Macedo de Cavaleiros num jornal nacional. Os portugueses ficam, assim, a saber que existe ali uma nova infra-estrutura, a notícia cumpriu o seu objectivo de dar aos telespectadores o essencial do assunto. Acontece que, particularmente para os transmontanos, é também importante saberem o que se pode lá instalar, como se podem lá instalar. Essa informação adicional, pedagógica até, cabe ao “Regiões” fornecê-la.

Estes exemplos mostram que, de alguma forma, o papel que era exercido pela emissão local do “Regiões” se manteve com o formato nacional. A principal diferença residia, sobretudo, na quantidade de notícias emitidas, sendo que, de alguma forma, se deixou de dar destaque ao acessório para apenas se destacar o que realmente interessa às pessoas.

4.6.9. O Agendamento no “Portugal em Directo”

Em relação aos valores-notícia, pouco terá mudado nos critérios de escolha do “Portugal em Directo”, em relação ao “Regiões Nacional”. De qualquer modo, no programa que actualmente está no ar, o agendamento é primordial, para a organização diária da informação, tal como acontece noutros noticiários. Uma vez que os directos são previamente programados, cada CRC tem de ter em carteira temas para poder propor e destacar a sua zona.

A agenda de serviço é um documento-chave em cada redacção. É aí que se registam os acontecimentos programados que, automaticamente, merecem ser cobertos devido à sua indubitável relevância pública (...). Num certo sentido, a redacção da agenda de serviço corresponde a uma produção de notícias antecipada, com a diferença de aquela se basear no mero conhecimento de que certos factos vão ocorrer e

não na observação do seu decurso. (...) O conteúdo varia, indo dos acontecimentos formais da política (visitas oficiais, coroações, eleições (...), etc.) aos acontecimentos culturais, religiosos, sociais ou desportivos (...) (Golding e Eliot, citados por Wolf, 2002: 237).

O próprio conhecimento da região por parte dos profissionais também ajuda em todo este processo de agendamento. Torna-se, assim, mais fácil programar as intervenções “ao vivo”, criando-se uma maior agilidade no trabalho, pois, o uso da agenda de serviço permite uma maior previsão e organização mais rigorosa. Mauro Wolf (2002: 238) põe, contudo, algumas restrições a esta técnica: “(...) assiste-se ao fenómeno pelo qual as redacções estão, tecnologicamente, cada vez em condições de dar informações em tempo real, mas a propósito de um número de assuntos, temas e indivíduos cada vez mais delimitados antecipadamente”. O investigador é de opinião que tudo isto pode ser um entrave à “abertura” da cobertura informativa, dado que os imperativos organizativos serão cada vez mais fortes do que os propósitos e as preferências dos jornalistas.

Essa questão, à partida, não se colocará neste caso, pois a programação prévia dos directos não é estanque e quando acontece algo de importante à última hora, altera-se o que estava delineado previamente, passando-se a tratar o tema que se sobrepôs, pela sua pertinência, ao anterior. Não quer isto dizer que o assunto seja ultrapassado, até porque poderá ser retomado mais tarde.

Acima de tudo, a ideia, uma vez mais, é fazer uma gestão eficiente dos recursos. Através de uma agenda organizada, é possível com cerca de 10 dias de antecedência marcar os temas a abordar em directo, para assim agilizar toda a programação dos mesmos, gerindo os meios necessários para que, por exemplo, o carro de exteriores se desloque de Norte a Sul do país, ou vice-versa, sem que tenha de sair de Faro para Bragança em poucas horas, a menos que se justifique. São as necessidades técnicas, de que fala Wolf (2002: 240), que tornam o factor “tempo” muito vinculativo e que, por essa razão, tornam a planificação importante.

De qualquer modo, no que respeita ao tratamento das notícias da actualidade, dado que agora não existe a necessidade de preencher 20 minutos de programa, não existe propriamente a preocupação com material de prevenção, que muitas vezes se tinha em carteira. Aproveitam-se as vantagens advindas com a nova RTP, nomeadamente os novos espaços que permitem difundir todas as reportagens produzidas pelo CRC Bragança. É o caso da RTP N, um canal da TV Cabo que, tendo

um cariz significativamente noticioso, acaba por absorver muita da produção noticiosa transmontana. Como diz Alves Mateus (entrevista: 10/01/2006), “nós podemos ter reportagens em carteira, mas o volume dessas reportagens nunca chega a ser aquilo que era em tempos. Hoje entende-se que haja reportagens em carteira apenas para o “Jornal da Tarde”, por exemplo, porque é um jornal que é programado no dia anterior, sendo que no dia seguinte nunca ninguém sabe muito bem o que vai acontecer, e entre as 9 da manhã e as 13 horas há só 4 horas para fazer uma hora de emissão... portanto, é o único programa onde ainda se faz isso”.

A filosofia que impera actualmente no CRC Bragança é que as notícias começam na RTP às 6h30 da manhã com o “Bom Dia Portugal” e, se houver a possibilidade de uma reportagem estar pronta a essa hora para ser emitida é aí que entra. No caso de serem notícias marcadamente regionais, a menos que tenha particularidades que possam interessar ao público em geral, é no “Portugal em Directo” que serão alinhadas. Mas se essa reportagem tiver uma componente lúdica ou recreativa interessante e que cativa nada impede que passe no “Jornal da Tarde” ou no “Telejornal” (*Ibidem*).

Globalmente, as reportagens feitas especificamente para o “Portugal em Directo” são geridas a partir de Bragança. Há ocasionalmente sugestões feitas por Lisboa, como em situações como a seca que afectou o país. O coordenador ou os responsáveis pelo programa podem entender que é necessário fazer um ponto de situação no “Portugal em Directo” e cada CRC produz uma peça sobre o assunto. O resto da informação, mais de 90% será produzido, pelo menos no caso de Bragança, derivando de sugestões dos jornalistas, da agenda, de assuntos que vão chegando à redacção e também da Agência Lusa, a agência noticiosa portuguesa.

5. ANÁLISE DOS ALINHAMENTOS REFERENTES AO MÊS DE SETEBRO DE 2002 E AO MÊS DE JANEIRO DE 2006

O estudo dos programas de informação regional da RTP não ficaria completo sem uma análise dos alinhamentos dos programas que nos propusemos investigar.

Depois de uma pesquisa teórica que nos levou a conhecer melhor os domínios sobre os quais nos estamos a debruçar, a saber o serviço público, a RTP, a sua programação regional, o agendamento e a produção das notícias, é importante reflectirmos sobre os dados que recolhemos nos alinhamentos do mês de Setembro de 2002, do “Regiões” Bragança, e os alinhamentos do mês de Janeiro de 2006, do “Portugal em Directo”. Para melhor orientarmos o nosso trabalho, teremos como fio condutor as seguintes categorias de análise:

- ASSUNTOS – esta variável é de extrema importância neste estudo, uma vez que, é ela que nos vai dizer o tipo de notícia que é explorado em cada um dos programas, ou seja, a forma como foi coordenado o agendamento dos temas. De início pensámos conceber esta categoria como “Valores-Notícia”, mas, depois de uma primeira abordagem, percebemos que seria muito complicado fazer a categorização desta forma, tendo em conta que muitos dos assuntos tratados dizem respeito a mais do que um critério de noticiabilidade. Optámos, assim, por uma análise temática, através da qual ficaremos a saber se os acontecimentos explorados vão de encontro ao que se entende por informação de proximidade, o valor principal de um noticiário desta natureza⁴¹.

Para tal, também aqui estabelecemos uma categorização, neste caso por temas, para encaixar cada uma das peças produzidas (Apêndice 3). Não foi uma tarefa fácil, dado que, além da enorme diversidade de assuntos focados ao longo de um mês de programa, muitos deles levantam dúvidas quanto ao seu ângulo de abordagem⁴². Tentámos, por isso, encontrar categorias o mais abrangentes

⁴¹ Entendemos que os resultados obtidos através desta categoria temática, individualmente ou depois de cruzados com outras categorias, mais facilmente nos poderão dar também uma ideia dos valores-notícia privilegiados nestes programas.

⁴² Por exemplo, algumas notícias que dão conta de feiras tratam de uma temática que tem uma clara vertente económica. Optámos, no entanto, por criar uma outra categoria (“Feiras”), por entendermos que nem todas as feiras e mostras tinham implícitas uma vertente económica, como foi o caso da “Feira das Florestas e do Ambiente”, que teve lugar em Murça, apresentada no “Regiões de Bragança”, no dia 13 de Setembro de 2002.

possível e, partindo do objecto da notícia, estabelecer a categorização de cada um dos tópicos.

- LOCALIZAÇÃO – é a partir desta variável que poderemos verificar se a pluralidade foi ou não respeitada pelo SP de televisão e encontrar respostas para a nossa pergunta de partida.

Enquanto “Regiões Bragança”, era desejável que o programa servisse toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, tal como foi afirmado pelos seus responsáveis. Enquanto “Portugal em Directo”, sabendo-se que o fim das janelas regionais não foi pacífico, e dadas as críticas de polarização do programa nas grandes cidades do litoral, esta categoria é primordial para verificar se realmente é assim que as coisas se passam.

Para uma melhor categorização no que respeita a este último formato, optámos por dividir o país, tal como o tinha feito a RTP no tempo das janelas regionais, nas seguintes regiões: Bragança, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Évora, Faro, Madeira e Açores. Incluímos, ainda, nestas categorias o “Douro” e o “Alto Tâmega”, já que no “Regiões” encontrámos muitas reportagens referentes à região duriense e do Alto Tâmega, e uma outra designada por “Geral”, que, tal como o nome indica, diz respeito a notícias genéricas que são do interesse todo o país, no caso do “Portugal em Directo”.

No que respeita à área de cobertura que nos interessa primordialmente no nosso trabalho, “Bragança”, inclui toda a região transmontana e localidades limítrofes pertencentes aos distritos de Viseu, Guarda, Porto e Braga. Assim, cada vez que nos referirmos à região de Bragança, estaremos a falar de toda a área que é coberta pelos profissionais que se encontram sedeados nas duas capitais de distrito transmontana: Bragança e Vila Real.

- NOTÍCIAS DE ABERTURA – é neste ponto que verificaremos quais são os destaques de cada programa, ou seja, os concelhos e regiões que protagonizam cada emissão, bem como as temáticas que são entendidas como mais importantes a realçar, sendo também determinante para obtermos respostas para as nossas dúvidas iniciais.
- DIRECTO/ENTREVISTAS DE ESTÚDIO – esta categoria diz directamente respeito à contextualização de que alguns assuntos são alvo nos noticiários, neste caso regionais. Optámos por dividir esta categoria em duas partes porque, tal como foi referido no historial de cada um dos programas, ao passo que o

“Regiões Bragança” desenvolvia muitos dos temas em estúdio, convidando para o efeito especialistas ou testemunhas relacionadas com as diferentes temáticas abordadas, o “Portugal em Directo”, privilegia os directos no decorrer das suas emissões para melhor abordar o assunto que é destacado em cada dia de emissão. Este formato determina um maior protagonismo das regiões representadas ao vivo em cada uma das emissões, pelo que é exigido um tratamento equilibrado e equitativo entre elas. Os dados que obtivermos da análise deste ponto logo nos dirão se assim é.

Ao estabelecer esta categorização, procurámos sempre que elas respeitassem as qualidades que Bardin (2004: 113 e 114) defende que devem possuir as boas categorias:

- A exclusão mútua – Cada elemento não pode existir em mais de uma divisão, para que não existam ambiguidades na altura de fazer os cálculos;
- A homogeneidade – Um único princípio de classificação deve governar a sua organização;
- A pertinência – o sistema de categorias deve reflectir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens;
- A objectividade e a fidelidade – as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises;
- A produtividade – um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos.

Estas qualidades são particularmente importantes para o momento da codificação, uma vez que estabelecemos como regra de enumeração a frequência, onde se parte do princípio que todos os itens a analisar têm o mesmo valor. Trata-se de um modo de contagem que, segundo Bardin (2004: 102), postula que “a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparição”.

Transversal a todas estas categorias, o “Tempo” será uma variável determinante no momento da leitura dos dados, uma vez que, ao ser cruzado com as restantes,

revelar-se-á fundamental para obtermos elementos importantes para a nossa análise. É esta “peça chave” que nos vai dizer a relevância de determinados assuntos e regiões, tendo em conta a distribuição do tempo.

No final, o que se pretende fazer é inferir a partir dos “efeitos de superfície” de uma “estrutura profunda”, os processos de produção (Bardin, 2004: 207), pelo que nos vamos apoiar numa análise do discurso, ou antes numa análise crítica do discurso⁴³, uma vez que esta nos pode oferecer modos de olhar para as notícias “mais detalhados, mais sistemáticos e mais explícitos do que o simples comentar, parafrasear ou analisar o conteúdo das notícias” (van Dijk, 2005: 16).

5.1. ASSUNTOS EM DESTAQUE NA INFORMAÇÃO REGIONAL DA RTP

Proporcionar uma informação rigorosa, independente e pluralista constitui uma das obrigações do SP, tal como vem consignado na Lei da Televisão (Lei nº 32/2003 de 22 de Agosto, art. 46, 2 – b – Lei da Televisão). Este não é, aliás, o único ponto da legislação relativa ao SP onde se trata a questão do tratamento noticioso. A explicação é simples, a informação é um elemento essencial à formação cívica dos cidadãos. António Fidalgo (1996: 1) chama a atenção para o facto de o grau de cidadania de um povo também se medir pela percentagem dos leitores de jornais e pelas taxas de audiência dos telejornais: “quanto maior o peso dos programas de informação, quantos mais jornais vendidos, tanto maior será a consciencialização sócio-política de um povo e, correspondentemente, maior a sua capacidade de participação e de decisão”.

Esta ideia, no nosso entender, pode-se aplicar à informação regional, pois, quanto mais souberem do que se passa à sua volta, melhor os cidadãos poderão agir e perceber que, neste mundo cada vez mais dominado pelo global, eles também têm uma palavra a dizer. Esse papel é tão mais importante quanto mais assistimos à reemergência do papel da comunidade. O interesse pelas identidades e pelas culturas particulares cresce em proporção com a crescente procura de informação regional.

⁴³ Van Dijk (2005: 19) define a análise crítica do discurso como “um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postas em prática, e igualmente o modo como são reproduzidas e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político.

É um novo elo de ligação que se estabelece entre as pessoas e o médium que é a televisão, pelos conteúdos regionais que ela transmite. Será que a RTP conseguiu, e consegue, desempenhar esse papel com os seus programas de informação regional?

Podemos começar por responder a essa questão, analisando os assuntos em foco durante o mês de Setembro de 2002 no “Regiões Bragança” e no mês de Janeiro de 2006 no “Portugal em Directo”.

“Regiões Bragança” - Setembro de 2002

Se atentarmos na grelha de temas destacados ao longo deste período, uma primeira leitura dir-nos-á que este programa se pautou por efectivamente diversificar os conteúdos, algo desejável num serviço prestado pela televisão pública. Mas a análise seria incompleta se não verificássemos a frequência com que cada um dos assuntos aparece nos diferentes alinhamentos, ou seja, o modo como são distribuídos pelo programa, ao longo de todo o mês. É ainda fundamental cruzar esta variável com o tempo dispensado a cada uma das peças.

A actualidade, no sentido dos assuntos que estão na ordem do dia, é o grande valor-notícia privilegiado pelo programa no mês de Setembro do ano de 2002. A comprová-lo está o destaque dado à “Educação”, o que se explica pelo facto de nos estarmos a referir a um período que marca o início do ano lectivo por volta da segunda metade do mês. De todos os temas, foi a “Educação que capitalizou mais tempo de emissão. O “Regiões” dedicou-lhe, ao longo de sete dias, vinte reportagens e uma entrevista de estúdio, que representaram mais de 45 minutos.

Além de actual, este é sem dúvida um tema muito caro aos transmontanos que de ano para ano vêm encerrar cada vez mais escolas por falta de alunos. Dentro desta temática encontramos peças que vão desde a cobertura dos problemas que enfrentam os educadores de infância da região, às situações das escolas primárias e dos pólos escolares que, entretanto, se foram criando para agrupar os alunos dos estabelecimentos de ensino das aldeias com poucos alunos, aos apoios na compra de material escolar, às condições de algumas escolas, ao ensino superior. De Vila Real a Bragança, entre aldeias, vilas e cidades de Trás-os-Montes, foi feito um ponto de situação acerca das condições de ensino para o ano lectivo de 2002/2003.

Apesar de estar implícita nas reportagens referentes à “Educação”, optámos por colocar a “Desertificação” numa categoria à parte, uma vez que as suas consequências também se reflectem noutros sectores da vida transmontana. Neste mês, esta categoria não foi alinhada com muita frequência no “Regiões”. As consequências deste flagelo para Trás-os-Montes mereceram, contudo, um grande destaque numa das emissões de Setembro, tendo sido apresentadas duas peças e uma entrevista de estúdio dividida em duas intervenções ao longo do programa do dia 25, totalizando 11m 43.

Entre as grandes marcas de Trás-os-Montes está a sua “Cultura”. Este tema foi uma das grandes apostas da coordenação do programa, principalmente, para o final de alguns dos alinhamentos do “Regiões Bragança”, pois, são quase sempre peças leves que ajudam no valor da “Composição” que se pretende em cada noticiário, bem como no reforço dos “Valores Sócio-Culturais”. Trataram-se assuntos como dois festivais de música, o Museu do Ferro, em Torre de Moncorvo, duas exposições, o património histórico, a importância da língua portuguesa na Galiza, as Jornadas Culturais de Balsamão, em Macedo de Cavaleiros, e o lançamento de um livro.

Foram, no entanto, as tradições que mais se destacaram dentro desta categoria. Como zona periférica que é, Trás-os-Montes continua a alimentar muitos hábitos e costumes, que constituem uma das suas maiores riquezas culturais. Neste ponto, tendo em conta que vivemos numa sociedade onde muitas tradições se têm vindo a diluir no seio da cultura global, a televisão de SP cumpriu o seu papel de zelar para que a nossa identidade se preserve. Segundo Jorge Pedro Sousa (2002: 5), a informação regional e a sua função de produção simbólica comunitária é o papel que mais contribui para a integração, sociabilização e aculturação dos membros da comunidade, uma vez que agudiza o sentimento de pertença. A este nível pode também ser um veículo de resistência às pressões globalizadoras, mas também um veículo de projecção do local no global, de “glocalidade” (Garcia, 2002). Da mesma forma, João Carlos Correia (1998: 158) defende que “a definição de um campo jornalístico regional deve ter em conta que a identidade de regiões comporta a necessidade de mecanismos de produção simbólica que contemplem o reforço do sentimento de pertença”. É, nesse sentido, que a informação regional se pode constituir uma alternativa à informação privilegiada pelos meios de comunicação de massa, homogeneizadora e sensacionalista. No fundo, o que se pretende é estabelecer uma relação mais personalizada com a audiência, procurando-se a “personalização” das notícias.

Além da sua importância na defesa das tradições e no reforço de certos valores, o “Regiões Bragança”, tal como havia referido Maria Ricardo Cruz (entrevista: 9/12/2005), socorria-se desta riqueza para colmatar os problemas de falta de notícias, servindo-se para tal de algum material em “stock”. O mesmo fizeram os coordenadores que se lhe seguiram. Reportagens como “o artesão de Jales”, a “gaita mirandesa”, ou “os alfaiates”, tratam de algumas tradições antigas, algumas em vias de extinção, que podem ser feitas de um modo “intemporal”, ou seja, escritas sem referências precisas em relação à data em que são produzidas, e apresentadas em qualquer altura. De qualquer modo, o valor-notícia da actualidade também está presente nos alinhamentos do mês de Setembro, com reportagens como a “Queimada das bruxas em Vinhais” e outras directamente relacionadas com tarefas da agricultura daquela época, como por exemplo, uma segada e uma desfolhada à moda antiga em Vinhais e Vila Pouca de Aguiar, respectivamente, e a “Pisa das Uvas em Murça”.

No seu todo, a “Cultura” esteve representada em dezoito reportagens, capitalizando cerca de 40 minutos de emissão.

O desporto local, nomeadamente o futebol, é muito importante para as gentes da região. Além do mais, trata-se de um assunto que raramente é focado pelos noticiários televisivos nacionais, apenas quando se atingem resultados inesperados ou, por alguma razão, suscitam curiosidade⁴⁴. Nada melhor que as afinidades por um clube desportivo para fazer mobilizar massas e acentuar o espírito de pertença comunitário a uma dada localidade.

No nosso país, o desporto tem um papel social crucial não só na consolidação do vínculo nacional, mas também na (re)produção das próprias identidades locais e regionais. Pensamos que não se pode duvidar do papel que as modalidades desportivas têm ao nível da formação de uma ideia de nação, nomeadamente as mais populares. Estas são formas de participação activa, que não encontramos em muitas outras dimensões sociais (Lopes, 2003: 89).

O “Regiões Bragança” pode ter contribuído para reforçar ainda mais esses sentimentos, tendo em conta o destaque dado a esta temática. O futebol foi, sem sombra de dúvidas, privilegiado nas opções desportivas dos alinhamentos do mês de Setembro, pois, também neste caso estamos a falar de uma modalidade que estava em início de

⁴⁴ Foi o caso da notícia referente ao patrocínio nas camisolas dos jogadores do Grupo Desportivo de Bragança por uma casa de alterne da cidade, assunto que suscitou a curiosidade das emissões dos noticiários nacionais (“Regiões Bragança”: 2/09/2002).

época, embora fizessem também parte da agenda do programa desportos como o hóquei em patins, futsal, entre outras modalidades amadoras, que só começariam a prática em Outubro.

Dado que o desporto rei era disputado sempre ao fim-de-semana, a coordenação do “Regiões Bragança” teve de encontrar um ponto de equilíbrio para fazer a sua cobertura, pois, nessas alturas encontrava-se apenas uma equipa ao serviço, eventualmente duas quando a equipa da delegação de Vila Real também estava destacada, e, além disso, seria muito complicado acompanhar todos os jogos de todas as equipas transmontanas. A opção foi passar a fazer os resumos apenas das equipas mais bem posicionadas, na altura na 2ª Divisão B, zona Norte e Liga de Honra, o Grupo Desportivo de Bragança, o Sport Clube de Vila Real e o Chaves. Criou-se, assim, o hábito de todas as segundas-feiras apresentar aos amantes do futebol as reportagens sobre os jogos do fim-de-semana, o que justifica que o “Desporto” seja outro dos temas mais destacados, totalizando cerca de 35 minutos de emissão ao longo do mês de Setembro, distribuídos por quinze peças em oito dias. Durante este período, apenas três reportagens saíram do âmbito do futebol, sendo uma dedicada aos Caminheiros de Vila Real, outra a um troféu de perícias em Chaves e outra a uma regata no Douro.

Tratando-se de uma zona com graves carências económicas, a coordenação do programa encontrou na “Economia” uma temática a explorar, um assunto que vai de encontro às expectativas das pessoas da região que tinham na televisão de SP uma forma de se manterem a par das dificuldades e possibilidades do sector económico de Trás-os-Montes e Alto Douro. O desemprego é uma realidade nesta zona, pelo que os problemas laborais eram um dos temas em foco, mas, acima de tudo, as reportagens tentavam mostrar alternativas, sendo que muitas delas passavam (e passam) pelo turismo, quase sempre apontado como grande possibilidade para o desenvolvimento da região. Projectos turísticos no Douro e no Alto Tâmega, bolsas de emprego foram algumas das esperanças de crescimento de Trás-os-Montes e Alto Douro que, juntamente com outras notícias, preencheram mais de 30 minutos de emissão, totalizando quinze peças em sete dias. Para tal número, terá contribuído em muito o destaque dado pelo “Regiões Bragança” aos temas do Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, dedicando no dia 27 de Setembro mais de 50% da emissão ao sector empresarial da região.

Directamente ligado à economia da região transmontana está a agricultura, actividade a que se dedica uma grande percentagem da população e que é a sua principal fonte de rendimento. É um assunto que podemos encontrar em cinco alinhamentos do mês em análise, onde se focam questões que faziam a actualidade da altura como alguns problemas na produção da maçã em Carrazeda de Ansiães e as vindimas. A produção de vinho teve mesmo um maior destaque nas emissões do mês de Setembro. Num total de sete reportagens que nós incluímos no tema “Agricultura”, quatro são-lhe dedicadas, bem como uma entrevista de estúdio com o Presidente da Casa do Douro. A proximidade do Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, que iria acontecer nos dias 26, 27 e 28 de Setembro, determinou também que se falasse mais neste assunto, uma vez que seria também tema de destaque do evento. Ao todo, a “Agricultura” teve 20m 45 de emissão durante cinco dias.

De facto, o “Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro” esteve na génese de um vasto conjunto de notícias emitidas durante o mês e deu primordial destaque a valores como a “actualidade”, a “continuidade” e a “relevância”. Tratando-se de um evento que já não acontecia há alguns anos, que se tem revestido de alguma importância para o debate sobre o futuro desta região, e por isso incontornável em termos de cobertura noticiosa, directa ou indirectamente esteve em destaque no mês de Setembro no “Regiões”. Concretamente, esta categoria teve maior projecção nos dias do Congresso, sendo que no total foram transmitidas sete peças sobre esta iniciativa, dois directos e uma entrevista de estúdio, capitalizando quase 30 minutos.

Foi também neste mês que teve lugar o “Congresso de Vilar de Perdizes”, um outro evento que projecta a região a uma escala nacional. Esta iniciativa foi reportada em duas notícias e uma entrevista, somando mais de dez minutos de emissão, divididos em dois dias.

Num mês ainda de Verão acontecem ainda algumas festas religiosas nas localidades transmontanas, como a “Procissão do Triunfo”, em Lamego, e a “Senhora do Naso”, em Miranda do Douro, duas grandes celebrações na região. Poderíamos mesmo dizer que esses acontecimentos são de tal importância para as pessoas que foram alinhados logo a seguir à notícia de abertura do “Regiões” do dia 9 de Setembro. De qualquer modo, é de salientar que, em termos de temas de actualidade, se tratava de um noticiário “pobre”, e a falta de outros assuntos terá ditado esse destaque.

O programa celebrou ainda os 103 anos de uma idosa e os dias dedicados ao ambiente, como a “Semana da Mobilidade em Chaves” e o “Dia Europeu sem carros em Vila Real”. Mais uma vez foram a actualidade e os valores sócio-culturais a serem privilegiados pelos responsáveis do programa, que destinaram 9m 35 às “Celebrações, Festas e Homenagens”. O valor “Composição” verifica-se aqui, uma vez mais, dado que algumas destas peças cumpriram a função de equilibrar o todo do noticiário, aparecendo no final para “aliviar” o telespectador do eventual “peso” dos assuntos anteriores.

O “Ambiente” foi um dos tópicos que também se caracterizou pela actualidade e pela relevância para Trás-os-Montes e Alto Douro. Todas as sete notícias se referem a um só assunto, um problema que tem vindo a ganhar destaque de ano para ano pelas piores razões: a água. Quase sempre é pela falta do líquido precioso que o tema ganha relevância, mas também se reportaram assuntos relacionados com a sua falta de qualidade. Os sete trabalhos foram transmitidos em quatro dias, contabilizando 14m 6, concentrados mais nos primeiros dias de Setembro, uma altura em que normalmente o calor ainda se faz sentir.

Tendo em conta que estamos a focar o nosso estudo numa região muito isolada do resto do país, em que as próprias localidades vizinhas se encontram longe umas das outras, os “Transportes e Acessibilidades” despertam sempre o interesse dos telespectadores transmontanos e, por consequência, dos responsáveis por este programa. Só em quatro dias registaram-se cinco reportagens, uma entrevista no exterior e uma entrevista de estúdio sobre este tema, ultrapassando os 23 minutos de emissão. As ligações aéreas e ferroviárias mereceram especial destaque, principalmente pelas novidades que o aeródromo de Bragança passou a oferecer aos utentes e a possibilidade de uma ligação da linha do TGV entre Portugal e Espanha, próxima da capital transmontana.

Com uma ligação muito particular a esta temática está uma outra: as “Construções”. Apesar de se tratar de uma variável mais abrangente, no programa em estudo, dos cinco assuntos classificados neste registo, dois deles referem-se, às acessibilidades, mais concretamente a obras no IP4, na zona de Vila Real, a via principal que atravessa Trás-os-Montes. Cumpriu-se, desta forma uma das principais funções da informação regional, na perspectiva de Jorge Pedro Sousa (2002, 5), que

entende que deve ter, acima de tudo, uma função informativa e utilitária, o mesmo é dizer que deve ser, antes de mais, um útil veículo de informação.

Duas reportagens da actualidade juntaram-se, assim, à reconstrução das bodegas de Urros, ao encerramento das casas do Parque Natural de Montesinho para obras, à construção da Barragem de Rabal e à remodelação das Termas de Alfaião. Em cinco dias dedicaram-se a este tema cerca de 10 minutos.

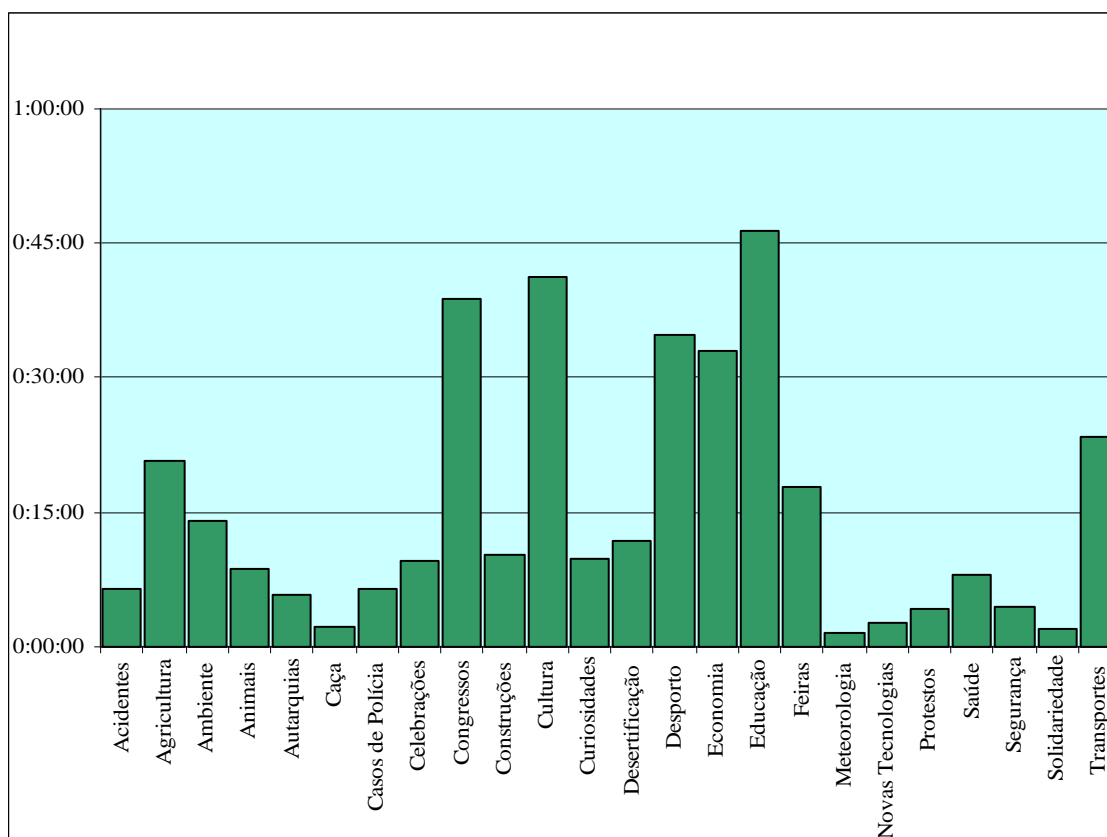
O que a região tem de melhor é dado a conhecer nas muitas “Feiras e Mostras” e que se vão fazendo ao longo do ano. Os produtos regionais são um dos seus grandes atractivos, pelo que se multiplicam este tipo de iniciativas para os promover dentro e fora de Trás-os-Montes e Alto Douro. Este facto justifica que no mês de Setembro o “Regiões Bragança” tenha incluído nos seus alinhamentos seis peças que retratam desde a feira da maçã e do vinho de Carrazeda de Ansiães, à mostra gastronómica de Amarante, à feira das cebolas de Chacim, passando ainda por uma feira de antiguidades, uma feira de florestas e ambiente e a “Expoflávía”, somando quase 18 minutos de emissão.

Também os assuntos de maior impacto encontram expressão na actualidade do “Regiões Bragança” do mês de Setembro de 2002, embora não tenham grande expressão, se tivermos em conta a preponderância de temas de relevo para a sociedade, como a economia e a educação. Encontramo-los distribuídos por várias categorias temáticas, sendo que os “Acidentes” e os “Casos de Polícia” são aos mais tratados pelos profissionais deste programa. No que respeita à primeira categoria, neste mês, registaram-se quatro acidentes de viação em quatro dias diferentes, acumulando na emissão de Setembro um total de 6m 22. No que respeita aos casos de polícia, foram também alinhados quatro assuntos, tendo-lhe sido dedicados aproximadamente o mesmo tempo: 6m 25.

Ligadas ao valor notícia que na era do sensacionalismo ganha mais visibilidade nos noticiários de âmbito nacional, a “Intensidade ou Valor de Entrada”, poucas mais notícias há a registar no “Regiões” de Setembro de 2002. Não quer isto dizer que não encontremos este critério de noticiabilidade noutros trabalhos, mas não de uma forma tão vincada como a nomenclatura da temática sugere logo à partida. Na categoria “Protestos” encontramos uma polémica num estaleiro de Valdígem, em Lamego, e uma manifestação de pais, em Chaves, somando pouco mais de 4 minutos, e, no ponto

referente a “Problemas Sociais”, uma reportagem retrata os problemas de um homem carenciado, também em Chaves, com cerca de 2 minutos.

Gráfico 1 - Temas “Regiões Bragança



Com um destaque semelhante estiveram temas como a “Saúde”, os “Animais” e as “Curiosidades, que não chegaram aos 10 minutos de emissão em Setembro.

Embora seja um tema que dá sempre que falar, em particular devido à falta de médicos, neste caso, das quatro reportagens transmitidas, que ultrapassaram os 8 minutos, apenas uma dava conta da insuficiência de clínicos em Mogadouro. Privilegiaram-se mais os investimentos previstos para o sector em 2003 e algumas actividades com ele relacionadas.

No que respeita aos “animais”, justifica-se o alinhamento desta categoria pelo papel que o gado desempenha no sector sócio-económico da região, sendo isso visível nos concursos que se realizam e nos prejuízos que, por vezes, algumas espécies representam para a agricultura.

As curiosidades, como em qualquer outro noticiário, também no “Regiões” ajudavam a descomprimir, a suavizar o programa mais para o final do alinhamento.

Assuntos relativos às “Autarquias”, “Caça”, “Meteorologia”, “Novas Tecnologias”, “Problemas Sociais” e “Segurança” não tiveram grande expressão neste “Regiões”, sendo que alguns deles nem chegam a somar 6 minutos de emissão. A actualidade terá ditado, uma vez mais, esses números.

“Portugal em Directo” – Janeiro de 2006

Também o “Portugal em Directo” se pautou pela diversidade dos assuntos tratados, recebendo, no entanto, uns mais destaques do que outros, tal como aconteceu no “Regiões”.

Se no “Regiões Bragança” a “Cultura” era um dos temas mais destacados, no actual programa de informação regional da RTP é mesmo o tema mais destacado, no que respeita ao número de notícias emitido. Em treze dias foram dedicadas mais de 2 horas de emissão, na sua maioria, à região de Lisboa, entre peças e directos que retratavam o seu património histórico, os seus museus, entre outros assuntos.

Bragança, comprovando uma vez mais a sua riqueza cultural, é também aqui representada através de exposições, música tradicional, tradições, teatro e incentivo à leitura. Só a região do Porto não foi contemplada nesta categoria

Só no dia 17 de Janeiro de 2002, o alinhamento do “Portugal em Directo” foi constituído por um terço de notícias culturais. Verifica-se, assim, uma preocupação em chegar às raízes de Portugal, às marcas que ajudam a construir a identidade nacional e regional. Mais do que a própria actualidade, foram os valores sócio-culturais a presidir à selecção destes alinhamentos.

Nesta categoria, ao contrário do “Regiões” Bragança, de Setembro de 2002, as tradições têm pouca representatividade nos alinhamentos do mês de Janeiro de 2006, do “Portugal em Directo”. Talvez pela falta de acontecimentos desta natureza na actualidade da altura, apenas duas reportagens a incidir sobre velhos hábitos e costumes que todos os anos se realizam, neste caso o cantar de reis no Alentejo e a festa dos rapazes, em Ousilhão, Vinhais. Pouco espaço para uma temática que o “Regiões Bragança” sempre valorizou nos seus programas, juntando um pouco o útil ao

agradável: revalorizar as tradições para que não se perdessem, criando um sentimento de pertença pela mediatização dos seus valores e, ao mesmo tempo, encontrar nestas notícias uma forma de “encher” o programa, na falta de outros assuntos. Como o actual formato destinado à informação regional não tem problemas em termos de agendamento de temas, acaba por privilegiar as notícias imediatas, em detrimento daquilo que vulgarmente se chama, no meio jornalístico, de “enchido”, mantido em “stock” para uma eventual falha.

O destaque dado à “Economia” mostra que o critério da relevância foi tido em conta, dado que o sector económico é o motor de cada região. No total foram emitidos vinte e cinco trabalhos que incidiram nesta temática, com mais de 1h 30 de informação, distribuídos por directos, reportagens e “off 2⁴⁵”. As regiões de Lisboa e do Porto são as que têm mais representatividade, o que pode ser explicado pelo facto de ser no litoral Norte e na zona da Grande Lisboa que está concentrado o sector empresarial do país. Coimbra também merece algum destaque, pelas mesmas razões, bem como o Algarve. As notícias mais genéricas, que afectam os cidadãos em geral, e que marcaram a actualidade da altura, como as novas medidas para o sector da restauração, com o fim dos galheteiros, ou os incentivos ao comércio tradicional, bem como o aumento dos combustíveis, também têm alguma expressão nesta categoria.

No que concerne às regiões mais afectadas pela interioridade e pouco desenvolvidas economicamente, como Bragança, Évora e Castelo Branco, são destacadas em reportagens que representam algumas possibilidades para a região, como os investimentos no sector mineiro, o novo Parque de Exposições de Badajoz, o turismo em Constância e em Vidago, ou uma nova empresa que valoriza as madeiras nobres de Vinhais.

No dia 4 de Janeiro foi emitida a primeira e única reportagem da Ilha da Madeira, que dava conta da apresentação do Urbcom em Stª Maria, no Funchal.

Apesar de tratarem da realidade económica de cada uma das regiões, o facto é que cada uma destas peças e/ou directos demarca bem a grandeza de umas e a pequenez de outras. Quer queiramos quer não, é inevitável olhar para Trás-os-Montes, para a Beira Interior e para o Alentejo como zonas quase esquecidas de Portugal, onde o facto

⁴⁵ O essencial de uma notícia, apresentado pelo pivot, ilustrado com imagens.

de se criar um pequeno projecto turístico, ou uma pequena empresa, representa uma novidade e uma tábua de salvação.

A categoria “Construções” encontra-se no topo dos temas agendados no mês de Janeiro, em termos de tempo de emissão. Ainda que tenham sido tratados menos assuntos em relação à “Cultura” e “Economia”, as dezassete notícias relativas a obras, totalizaram cerca de 2h 30 de emissão, em nove dias. Apesar de Lisboa se destacar no número de assuntos tratados, cinco reportagens sobre os problemas nas habitações da capital, o Porto acabou por somar mais tempo de emissão, já que quase 44 minutos foram distribuídos por dois temas, com quatro intervenções em directo. Bragança voltou a ter assuntos em evidência como um prédio que só traz problemas na Régua, a construção de novas barragens em Trás-os-Montes e a remodelação das termas de Chaves. A região de Évora deu conta da necessidade de avançar com o complexo desportivo, para receber o estágio da Selecção e as obras do Programa Polis. Já Faro, ainda que só tenha agendado um tema, este foi destacado com duas intervenções em directo, debruçando-se sobre o porto de recreio da capital algarvia.

A actualidade terá ditado o agendamento da maioria das notícias incluídas nesta categoria.

Entre os assuntos de grande relevância para os portugueses está a “Saúde”, o que poderá explicar o realce dado pelo “Portugal em Directo” a esta temática. Poderíamos até dizer que foi o tema que mais tempo esteve em antena em Janeiro, não fosse o facto de ter sido exactamente esse o assunto escolhido para ser o destaque do mês, ao ser-lhe destinada uma emissão completa do programa. A coordenação do programa optou por destacar os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC), considerados de vanguarda, dos melhores e maiores do país, com valências que estão ao nível das melhores unidades hospitalares do mundo. A ideia foi mostrar aos telespectadores como funciona uma unidade hospitalar. Foram cerca de 50 minutos de emissão, ou seja, o tempo destinado a um “Portugal em Directo”, com ligações em directo para os diferentes serviços do HUC.

Exceptuando o programa temático, o “Portugal em Directo” alinhou dezasseis notícias no domínio da saúde, em doze dias, quase 1h 45. Foram alinhados temas de informação geral, dado serem importantes alertas e contributos para uma vida saudável para a população em geral, como a vacinação contra a meningite, informações sobre a

deficiência postural e alimentação. Em cada uma das regiões deu-se conta de notícias do dia, alguns deles alarmantes, relativos ao aparecimento de algumas doenças, como a tuberculose em Bragança, assunto que depois teve continuidade noutra programa, e o botulismo em Viana do Castelo, a campanhas de sensibilização, ao fecho de alguns serviços, à construção de novos hospitais, a novos equipamentos, destacando-se ainda o hospital Júlio de Matos em grande parte do programa do dia 25 de Janeiro, com três reportagens e duas intervenções em directo.

O “Portugal em Directo” mostrou, uma vez mais, ter uma grande carga social ao atribuir, no mês de Janeiro, mais de uma hora de emissão à categoria “Solidariedade”. Projectos de apoio a famílias carenciadas, associações de deficientes, iniciativas de solidariedade social foram algumas das notícias que mostraram o lado mais humano das regiões portuguesas, transmitindo mensagens de ajuda e de igualdade entre os cidadãos.

Neste ponto, nem sempre se seleccionaram as notícias com base em assuntos do dia, sendo muitas vezes agendadas pela ligação que existiam entre as temáticas, como no caso do programa dos dias 2, 6, 13, 23 e 27.

Na mesma linha de raciocínio, o “Portugal em Directo” deu ainda destaque às “Comunidades Estrangeiras”, ainda que com um peso menos significativo. Em quatro reportagens, cerca de 8 minutos, o noticiário regional mostrou como se celebrou o Natal das imigrantes dos países de leste, novas possibilidades para os investidores chineses e um projecto de integração destinado às populações imigrantes e às minorias étnicas. Nesta categoria, notou-se mais a influência da actualidade no agendamento dos temas.

Apesar do mês de Janeiro não ser, normalmente, muito relevante em termos de actualidade ao nível da “Educação”, foram emitidas onze reportagens e um directo, dividido nas habituais intervenções, nesta categoria temática. O programa deu protagonismo aos alunos de algumas escolas, mostrando as suas iniciativas ao nível da prevenção ambiental, rodoviária, entre outros projectos. Também a falta de condições e de alunos foram abordadas neste mês, totalizando o conjunto dos trabalhos quase uma hora de emissão.

Sendo uma das missões do SP, o “Portugal em Directo” acabou por cumprir parte dessa função didáctica, precisamente na temática referente à “Educação”.

Particularmente em tempo de crise, por todo o país há manifestações de desagrado, provocadas pelas mais variadas situações. São notícias que muitas vezes encontramos nos blocos informativos nacionais, que são alinhadas mais pela sua intensidade do que propriamente pelo assunto em causa que despoletou o protesto. No caso do “Portugal em Directo”, se a ideia é aproximar a informação dos cidadãos e um dos seus principais valores é a “personalização”, aproveita-se este espaço para que as pessoas possam fazer ecoar os seus protestos.

Assim foi no mês de Janeiro, durante o qual se agendaram dez notícias, dois “off 2” e um directo, que se debruçaram, acima de tudo, sobre manifestações sobre os serviços de saúde, problemas laborais e a segurança, somando quase 40 minutos de emissão.

O “Ambiente” e as “Feiras” tiveram uma projecção semelhante. No caso da primeira categoria, uma vez mais se cumpriu a função didáctica do programa, dado que quase todos os trabalhos incidiram primordialmente em chamadas de atenção para os problemas ambientais e para as respectivas acções de sensibilização e protecção do ambiente.

Tal como o “Regiões”, o “Portugal em Directo” não deixou de anunciar as feiras que decorrem um pouco por todo o país e que se revestem de grande importância para as comunidades onde se realizam, sendo agendadas como temas de actualidade.

Mas nem só sobre as questões ambientais se fizeram alertas. Há certos problemas que a própria evolução da natureza acarreta e que podem pôr em causa a vida na Terra. Uma vez mais, o agendamento dos temas foi de encontro às expectativas do público, que espera que a televisão possa resolver situações como o perigo de derrocadas nas encostas de Santarém, bem como no Miradouro da Nazaré e no Forte de S. Miguel. Juntamente com o sismo que abalou Lisboa e o Algarve, estas notícias preencheram mais de meia hora de emissão.

Sendo um dos objectivos da informação regional criar laços com o telespectador, o “Portugal em Directo” esteve presente em momentos de celebração, festa e homenagem. Começou o mês pelas celebrações do ano novo em Alijó e em São Miguel, o dia de reis em Setúbal e não faltou à festa em honra de S. Sebastião, em Vila Real. Acompanhou também as comemorações dos aniversários de algumas instituições

importantes como o “Ateneu”, em Coimbra, e a “Quercus”, em Castelo Branco, bem como os oitocentos anos de Idanha-a-Nova. Entre outras celebrações, a maioria delas teve lugar em Castelo Branco, o programa dedicou a esta categoria mais de 36 minutos, distribuídos por treze reportagens.

Foi uma forma de aliviar a tensão que alguns temas mais sérios possam ter causado, ajudando a uma melhor composição dos alinhamentos.

Com menos de 20 minutos de emissão ao longo do mês de Janeiro, registámos assuntos que vão desde a “Agricultura”, “Animais”, “Justiça” à “Meteorologia”.

No caso da agricultura, o “Portugal em Directo” deu preponderância aos produtos regionais como o vinho, o azeite, a pêra rocha do Oeste. Houve uma preocupação em dar a conhecer as produções características de cada região, bem como algumas novidades que foram introduzidas no mercado, informações que podem dar um contributo importante para o desenvolvimento regional, se tivermos em conta a projecção do *medium* televisão.

Já as reportagens referentes à meteorologia, ou seja, ao tempo que se fazia sentir na altura, justificavam-se pelo imediatismo do tema. Por essa altura, o país enfrentava uma vaga de frio que fez que nevasse em locais tão improváveis como Lisboa, Alentejo e Algarve. Um frio fora do comum contribuiu para que os responsáveis pelo programa procurassem também algumas explicações para o facto.

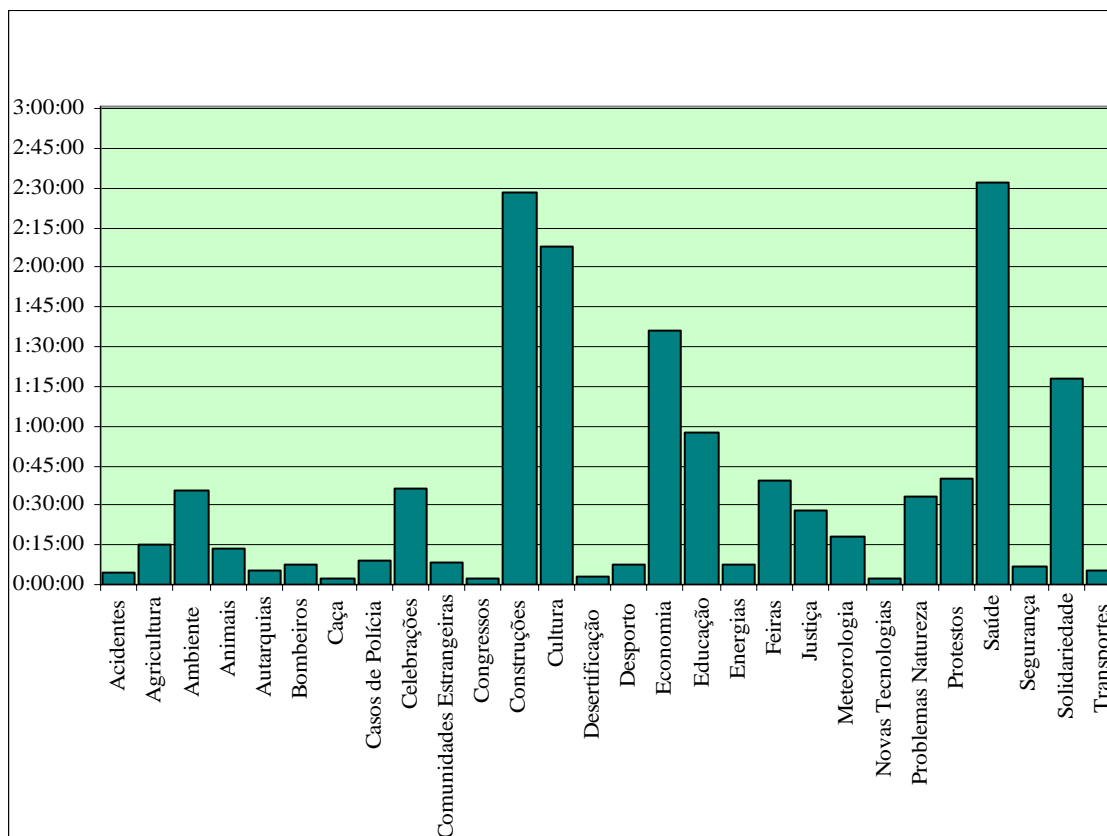
Notícias de impacto, com um carácter marcadamente sensacionalista, por envolverem sangue, confusões, polícia, não são dos temas mais salientes no “Portugal em Directo”. A sua filosofia de “puxar os telespectadores para cima”, de lhes mostrar o que o país tem de melhor, o seu lado positivo, comprova-se neste mês, ao se fazer a opção de não incluir notícias espectáculo negativas. A este nível, desvia-se dos domínios da neotelevisão.

Os “Acidentes”, ponto onde se contabilizam duas reportagens, não chegam a representar, no mês de Janeiro, 5 minutos de programa e, além de não envolverem mortos, um deles até é mostrado como tendo um final feliz, já que uma menina de 12 anos havia sobrevivido a uma queda num poço.

Quanto aos “Casos de Polícia”, são apresentadas quatro reportagens e um “off 2”, totalizando quase 10 minutos de emissão.

A actualidade terá sido, de novo, determinante na escolha dos temas, bem como a relevância de alguns destes assuntos para as populações regionais.

Gráfico 2 - Temas “Portugal em Directo”



Temas como “Autarquias”, “Bombeiros”, “Caça”, “Congressos”, “Desertificação”, “Desporto”, “Energia”, “Segurança” e “Transportes” também não apareceram com frequência no programa, não chegando a soma das notícias de nenhum deles aos 10 minutos.

Bragança (s)em destaque?

Depois desta análise dos assuntos destacados no “Regiões Bragança”, são visíveis alguns traços da neotelevisão no programa. São temas próximos, enraizados no dia-a-dia do público, denotando um claro discurso sedutor. Orlando Raimundo, citado por Carlos Camponez (2002: 117), considera que “a “lei da proximidade” em jornalismo surge precisamente da preocupação de conquistar as boas graças do público, através de invisíveis cadeias de cumplicidade”.

Os telespectadores são, assim, tratados com uma certa deferência pelos emissores, já que é para eles que o SP disponibiliza este serviço, tornando-se objecto do discurso noticioso, na medida em que aparecem representados nos noticiários, através de entrevistas de rua, reportagens sobre o quotidiano das pessoas e assuntos que lhes dizem directamente respeito, algo que no tempo da paleotelevisão era quase inexpressivo.

A Paleo-TV queria ser uma janela que da mais remota província mostrava o imenso mundo. A Neo-TV independente (partindo do modelo estatal de Jogos sem Fronteiras) aponta as telecâmaras sobre a província e mostra ao público de Piacenza a gente de Piacenza, enquanto um apresentador de Piacenza diz piadas ordinárias sobre as mamas de uma senhora de Piacenza que aceita tudo para ser vista pelos de Piacenza enquanto ganha uma panela de pressão. É como olhar com o óculo voltado do outro lado (Eco, 1993: 149).

O mesmo é visível no “Portugal em Directo”. Este programa acaba também por dar relevância a assuntos que estão directamente ligados a cada uma das regiões, papel anteriormente desempenhado pelas janelas regionais. De qualquer modo, este novo formato acaba por salientar, ainda que o possa fazer inadvertidamente, as grandes diferenças que existem ao longo do país, nomeadamente entre o litoral e o interior, ao juntar todos as notícias regionais num só bloco. O típico e tradicional de Trás-os-Montes pode ser muito sedutor para aqueles que vivem na confusão das grandes cidades que, não deixam, no entanto de olhar com uma certa sobranceria para lugares como este, pensando neles como pitorescos para passar uns dias, não imaginando que também existem pólos de desenvolvimento nesses locais.

Ao mesmo tempo, a “personalização” dos temas, característica da neotelevisão e tão destacada na informação regional da RTP, por forma a criar uma relação de maior proximidade com o público, pode levar-nos, erradamente, a crer que são os telespectadores a dominar o discurso televisivo, dado que lhes é aberto o acesso a este meio que é a televisão, algo impensável na Era da paleotelevisão. Por outro lado, van Dijk (2005, 76), diz que “embora as pessoas comuns possam usar a imprensa, não têm regra geral influência directa nos conteúdos das notícias, nem são usualmente os actores centrais nos relatos noticiosos”.

No nosso entender, apesar do protagonismo que, por vezes, os cidadãos possam assumir nas reportagens televisivas, é importante não perder de vista o facto de serem os

jornalistas que controlam o discurso dos *media* que, por sua vez, podem também eles ser controlados por grupos de elite e instituições, mesmo sem se darem conta disso. Estes sim, segundo van Dijk (2005: 76), têm a possibilidade de controlar o acesso aos meios de comunicação social através de reuniões, relatórios, conferências de imprensa ou comunicados à imprensa, tornando-se, assim, muitas vezes, mais poderosos do que os próprios *media*.

Podemos encontrar nesta ideia uma explicação para a representatividade, acima da média, do campo económico, nos dois programas em estudo nesta tese, mesmo tratando-se de um sector vital para a vida dos portugueses, que tem vindo a atravessar uma fase menos boa, e com grandes implicações para a vida social. A mesma explicação serve para o destaque dado à categoria “Congressos”, no “Regiões Bragança”, bem como às “Construções”, no “Portugal em Directo”, não sendo, porém, de parte a relevância dos temas tratados para o público.

Ainda assim, constatámos que, no geral, ambos os programas se pautam pela observância de valores como a diversidade e a identidade cultural, tendo em conta o destaque atribuído a temas como a “Cultura”, a “Educação”, a “Saúde”, sendo coerentes com aquilo que é exigido a um operador de SP ao nível da informação regional: “a divulgação de temas com interesse para regiões e comunidades locais específicas (Lei nº32/2003, artigo 48º, 3- b – Lei da Televisão).

No que respeita à região em estudo, Bragança, não se encontra uma grande discrepância entre os assuntos tratados no “Regiões” e no “Portugal em Directo”. As notícias do momento são algo de incontornável nos dois programas, sendo que são elas que acabam por ditar algumas diferenças em termos de frequência de determinadas temas, por exemplo ao nível da categoria “Educação”, uma vez que a nossa análise se debruça sobre duas épocas do ano diferentes: Setembro e Janeiro. A mesma razão explica o facto de determinados assuntos se encontrarem num alinhamento e não noutra. Não é o caso do desporto que, no “Portugal em Directo” não encontra qualquer expressão o que, no caso dos telespectadores transmontanos, habituados a ter uma vasta informação nesta área, e tendo presente os vínculos que este tipo de assuntos provoca nas comunidades, pode dar-lhe argumentos para por em causa a representatividade de notícias do seu interesse neste novo formato.

5.2. LOCAIS EM DESTAQUE NA INFORMAÇÃO REGIONAL DA RTP

“Procurar um equilíbrio da programação no sentido de corresponder aos usos, tradições e interesses das populações das diferentes regiões do país” é um dos deveres consignados à RTP, pelo Contrato Geral de Concessão de Serviço Público de Televisão (Cláusula 6ª - Obrigações da programação de serviço público, 1. e)).

No caso da informação regional em particular, e tendo em conta a categoria em estudo neste ponto, a ideia é que a cobertura noticiosa seja feita de uma forma global na área que lhe está destinada, o que, no caso de Trás-os-Montes, nem sempre é uma tarefa simples. A situação complica-se ainda mais quando está em causa a cobertura do território nacional, a um nível localizado.

“Regiões Bragança” - Setembro de 2002

A área de cobertura do “Regiões Bragança”, além dos distritos de Bragança e Vila Real, chegava também a concelhos localizados nas zonas de transição como Amarante, no distrito do Porto, Celorico de Basto, no distrito de Braga, e alguns concelhos do distrito de Viseu, como Lamego, Tarouca, São João da Pesqueira, Resende, Moimenta da Beira... (Mapa 1).

Nem sempre era fácil esse trabalho, uma vez que havia locais que se encontravam mais próximos de outras regiões, acabando mesmo alguns assuntos por, muitas vezes, serem noticiados por outros CER's, principalmente quando os televisores desses locais recebiam os seus sinais, pelo que grande parte do volume noticioso era feito nos dois principais distritos transmontanos (*Ibidem*).

Isso explica o facto de a maior parte do volume noticioso do mês de Setembro de 2002 do “Regiões Bragança” se encontrar distribuído por concelhos de Bragança e de Vila Real. As próprias capitais de distrito são também o principal palco dos acontecimentos deste período, o que se poderia explicar apenas pelo facto de ser nas grandes cidades, neste caso transmontanas, que se verifica um maior número de acontecimentos de actualidade, dado se encontrarem aí os principais serviços, o sector económico, estabelecimentos de ensino secundário e superior, eventos culturais... Mas, mesmo assim, há uma grande discrepância entre a cobertura noticiosa do concelho de Bragança e o concelho de Vila Real. Ao passo que o primeiro apresenta trinta e nove

reportagens neste mês, o segundo contou com menos de metade nas notícias, quinze, no “Regiões.

Embora se tenha realçado o esforço em não fazer grandes distinções entre as localidades transmontanas (Cruz, entrevista: 9/12/2005), estes números, ainda que relativos apenas a um mês de emissão, levam-nos a concluir que, pelo facto do CER estar sediado em Bragança, com um volume de profissionais bastante superior ao da delegação da RTP em Vila Real, era inevitável que a agenda do programa acabasse por privilegiar os acontecimentos próximos, pela facilidade em chegar até eles em tempo útil. O critério de Galtun e Ruge “Intervalo de Tempo”⁴⁶, juntamente com a própria actualidade, acabou por pesar, pelo menos durante o mês em estudo.

As discrepâncias entre Bragança e Vila Real são também evidentes no volume de temas tratados em cada um dos distritos. A soma de peças realizadas nos concelhos vila realenses mostra que foram feitas, no total, cinquenta e quatro reportagens e três entrevistas alargadas⁴⁷, divididos por dez municípios, já dez concelhos brigantinos tiveram destaque em setenta e quatro notícias, duas entrevistas de estúdio e dois directos. Também no que respeita ao tempo, Bragança esteve em vantagem, com cerca de 30 minutos a mais de emissão (2h 44m 46s).

Além da actualidade e da proximidade terá sido o número de repórteres a ditar essa diferença de números bastante significativa. Apesar de existirem distâncias significativas a percorrer em cada um dos distritos, muitas delas causadas pelas más acessibilidades que caracterizam toda esta zona de Portugal, o que torna o próximo longe, nem por isso deixaram de se fazer doze reportagens em Miranda do Douro, que dista cerca de uma hora de Bragança, e catorze em Chaves que, embora esteja um pouco mais perto de Vila Real, cerca de uma hora, está a cerca de duas horas de Bragança, e muitos dos trabalhos foram feitos pelos jornalistas que se encontravam na sede do CER.

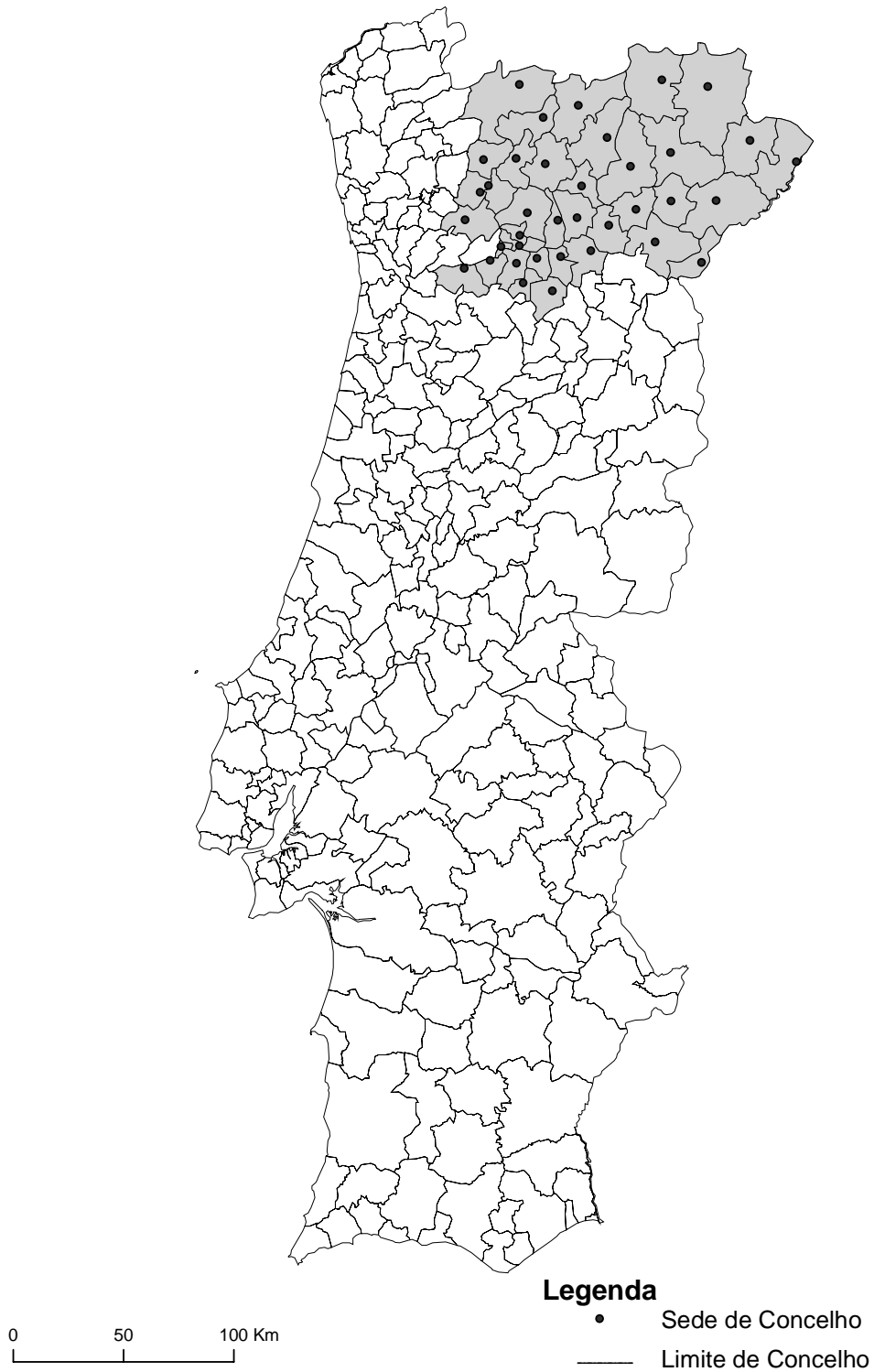
No que respeita aos dois distritos pode-se dizer que não obstante alguns destaques a algumas localidades, no geral, tentou-se fazer uma cobertura uniforme de toda a região transmontana, chegando-se mesmo ao distrito do Porto, com uma notícia sobre Amarante, e de Viseu, com duas notícias sobre Lamego e Tarouca. Houve ainda espaço para uma peça sobre Espanha, sendo de destacar também o volume significativo de temas que dizem respeito à região no geral, catorze trabalhos e duas entrevistas de

⁴⁶ Ver página 59.

⁴⁷ Apesar de não termos incluído na categoria Vila Real seis reportagens relativas ao Douro e uma relativamente ao Alto Tâmega, por tratarem das duas regiões no geral e não uma localidade em particular, optámos por contabilizá-las neste ponto, uma vez que foram feitas na zona de cobertura de Vila Real.

estúdio que trataram assuntos como as acessibilidades, questões económicas, a educação, que interessavam a todos os transmontanos.

Mapa 1 – Área de Cobertura do “Regiões” Bragança



“Portugal em Directo” - Janeiro de 2006

Dado que se tratava de uma janela regional, que emitia apenas para uma região do país, só pudemos analisar a distribuição noticiosa do “Regiões Bragança” pela sua área de cobertura, Trás-os-Montes. Quanto ao “Portugal em Directo”, tratando-se de um formato nacional, a sua área de cobertura acaba inevitavelmente por ser alargada a todo o continente e ilhas, pelo que não nos centraremos tanto a estudar a frequência do programa por todos os concelhos de Portugal, mas sim nas regiões que categorizámos para esse efeito. Salientaremos apenas a disposição das reportagens pelos municípios transmontanos, já que é toda a sua área que constitui o elemento a comparar nesta investigação.

Numa breve análise, podemos dizer que, no que respeita às notícias da região bragançana destacadas no “Portugal em Directo”, se notou uma ampla cobertura dos concelhos transmontanos. Só Bragança e Chaves apresentaram uma frequência ligeiramente superior em relação a outros concelhos, o primeiro por se tratarem de notícias de actualidade, o segundo por ter sido escolhido para ser tema de destaque de um dos programas. Não se tratou, no entanto, de uma diferença de tratamento que possamos considerar significativa e que se possa dever a razões de proximidade do Centro Regional Comum (CRC).

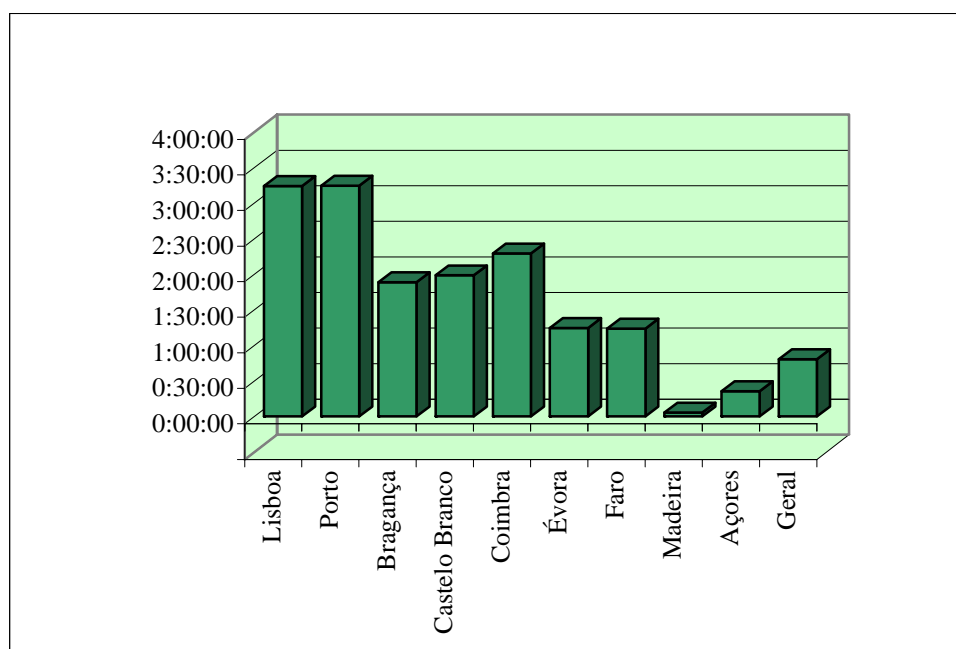
Quanto às regiões no seu todo, ao analisarmos a frequência com que Bragança aparece representada no “Portugal em Directo”, verificamos que são poucos os programas onde esta não apresenta notícias⁴⁸. Comparativamente a outras regiões como Coimbra, exceptuando o programa que lhe é inteiramente dedicado, onde contabilizámos nove emissões em que não agenda nenhum tema, as notícias sobre os acontecimentos de Trás-os-Montes são alinhadas com bastante assiduidade no “Portugal em Directo” do mês de Janeiro de 2006.

De facto, as regiões de litoral como Faro, Coimbra e Porto, nem sempre fazem parte dos alinhamentos do programa, mas nem por isso são prejudicadas pelo facto, dado que são locais que mais depressa agendam assuntos de relevância nacional, encontrando uma maior projecção nos noticiários de informação geral.

⁴⁸ A região de Bragança apenas não é destacada nos programas dos dias 18, 25 e 31 de Janeiro de 2006, sendo que esta última data foi destinada ao programa temático que este mês foi dedicado a Coimbra.

Mas, se em termos de frequência Trás-os-Montes sucede a Lisboa, a região com mais temas apresentados (quarenta e três), o mesmo não se pode dizer em termos de tempo de emissão. Quando contabilizada esta última variável, o Porto acaba por se salientar, logo a seguir à capital. Ao passo que a capital do Norte do país apresenta mais de 3 horas de informação neste mês, Bragança conta com cerca de 2 horas. O mesmo se pode dizer de Coimbra que em Janeiro totaliza 2h 17m 34s (Gráfico 3). De qualquer modo, trata-se de uma situação excepcional, dado que 50 minutos deste tempo foi a média que calculámos para o programa temático sobre os Hospitais da Universidade de Coimbra.

Gráfico 3 - Tempo por Região



Confirmamos, assim, neste ponto uma das nossas teses, que defendia que com um programa regional com um formato nacional os centros de decisão como Lisboa e Porto acabariam por ser os seus protagonistas. É um facto que nos referimos apenas a um mês de emissão, mas também não é menos verdade que existe uma grande discrepância no que respeita ao tempo das notícias alinhadas, o que nos permite tirar esta conclusão com alguma segurança. Além disso, as dezanove notícias que incluímos na categoria “geral”, que ocuparam um espaço significativo do “Portugal em Directo”, cerca de 48 minutos, foram quase todas elas realizadas, para não dizer todas, pois não

temos dados que nos permitam afirmar isso com precisão, por Lisboa, o que reforça ainda mais a nossa teoria.

Bragança (s)em destaque?

Na categoria “Locais em Destaque na Informação Regional da RTP” podemos dizer que Bragança se encontra, de alguma forma, em evidência. Primeiro, teve uma projecção como nunca com o “Regiões”, programa que deu voz aos transmontanos que, pela primeira vez, sentiram nas suas “mãos” o poder da televisão e o que a “caixinha mágica” podia fazer por eles. Actualmente, marca presença no “Portugal em Directo”, um programa com dimensão nacional que mais facilmente pode fazer ecoar as suas palavras e imagens por todo o Portugal, dada a frequência com que apresenta notícias neste novo formato.

Apesar de ter de dividir o protagonismo com mais oito regiões, Bragança foi a presença mais assídua no programa do mês de Janeiro, ao alinhar em média duas reportagens por dia.

A frequência com que é representada no “Portugal em Directo” não é, no entanto, equivalente ao tempo de emissão, onde perde para as regiões onde se encontram as duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto. Esta situação pode, contudo, explicar-se pelo facto de a agenda do programa não ser necessariamente igual de mês para mês, pois, a distribuição de directos pelos diferentes pontos do país, o pilar do novo formato regional, tem de ter sempre em conta a disponibilidade logística, de recursos humanos e de temas em cada região.

5.3. NOTÍCIAS DE ABERTURA NA INFORMAÇÃO REGIONAL DA RTP

A actualidade é uma marca incontornável na abertura de qualquer noticiário televisivo, mesmo dos regionais. Schlesinger (1993: 181) diz que “quanto mais imediatas mais quentes são as notícias. São “frias” e “velhas” quando já não podem ser utilizadas durante o dia noticioso em questão”.

O critério seguinte é a importância que o tema assume para o *gatekeeper*, que para fazer essa avaliação poderá ter em conta critérios tão diferentes como a “amplitude”, a “relevância”, os “valores sócio-culturais”, entre outros.

É logo no início que se “agarra” o telespectador ao ecrã, pelo que a escolha da notícia que fica à cabeça do alinhamento de cada emissão nos pode revelar muito da forma como é feito o agendamento do programa.

“Regiões Bragança” - Setembro de 2002

Apesar da pouca frequência de assuntos de impacto nas notícias do mês de Setembro de 2002, o certo é que os mesmos são quase sempre destaque na abertura do “Regiões Bragança”. Quase sempre que a região assistiu a um sinistro, a um caso de polícia, ou a um protesto, principalmente se se tratassem de temas com alguma gravidade, eram alinhados para a cabeça do programa. Foi o caso de dois acidentes de viação, um no dia 5 e outro no dia 9, dos quais resultaram vítimas mortais. Ainda assim, é de referir que os restantes assuntos desses dias se enquadravam mais no âmbito dos “fait divers”, temas mais leves como curiosidades, celebrações, pelo que esse destaque seria incontornável.

Já no que respeita aos casos de polícia, nem sempre esta lógica funcionou. Apesar de os assaltantes de telemóveis e os actos de vandalismo contra uma paragem de autocarros terem merecido honras de notícia de abertura, o assunto que nos parece ter mais impacto nesta categoria não teve o mesmo destaque. No dia 20 de Setembro, foi alinhada uma notícia que dava conta do atropelamento de um polícia em Bragança por um condutor que se recusou a ser identificado após ter cometido uma infracção, um caso de grande amplitude, que facilmente prenderia o telespectador, mas que só foi apresentado depois de duas reportagens sobre as vindimas no Douro. Ao analisarmos bem as primeiras notícias, podemos verificar que terá pesado mais o critério relativo à relevância que o assunto tem para o telespectador, já que nos estamos a debruçar sobre uma região marcada pela agricultura, neste caso o cultivo do vinho na região duriense, que nesta altura estava embrenhada nas vindimas e que estava a ser alvo das atenções dos inspectores do trabalho.

Ao contrário do que acontece nas televisões privadas onde impera o sensacionalismo nos noticiários generalistas, na informação regional da RTP, o apelo ao público, a sedução dos telespectadores, passou por lhes falar sobre os temas que lhes interessavam. Esse elo de ligação foi criado logo na notícia de abertura, quando lhes foi apresentada a situação do sector da saúde na região, o número de escolas que ia fechar no ano lectivo que se avizinha, os problemas da falta de água que todos os anos afligem

os transmontanos, os meios de comunicação alternativos numa região onde as acessibilidades são fracas, os problemas que terão que enfrentar com o alastramento da desertificação e o Congresso de Trás-os-Montes de Alto Douro, que mobilizou a região pelo menos durante os três dias em que teve lugar.

“Portugal em Directo” - Janeiro de 2006

Apesar do início do “Portugal em Directo” ser marcado pelas promoções das notícias de cada região, através de um repórter no local que dá uma ideia daquilo que o telespectador poderá ver ao longo do programa, tal como acontece em qualquer noticiário, também neste programa a notícia de abertura marca o destaque da actualidade, ou seja, a notícia do dia.

Hoje em dia, dada a crise económica que atravessa Portugal, as notícias de cariz económico são quase incontornáveis em qualquer noticiário nacional, sendo, no entanto, o tema também mais destacado pelo “Portugal em Directo”, o que explica o facto de terem sido as notícias relativas ao sector económico a abrir mais vezes o programa. Tratando-se, porém, de um noticiário regional, seria natural que olhasse mais para o desenvolvimento económico regional, o que não aconteceu. Das quatro notícias apresentadas relativas a este assunto, duas diziam respeito a Lisboa, “a falência do MARL” e “o fim da Ayer”, ao passo que as restantes eram de âmbito geral, debruçando-se sobre o “comércio tradicional”.

O facto de o mercado abastecedor de Lisboa ter recuperado da falência técnica, podendo assim continuar a ajudar o Banco Alimentar Contra a Fome, é uma boa notícia para os portugueses (tema alinhado no dia 2 de Janeiro). Justifica-se que venha à frente de uma notícia relevante como o facto de terem aparecido dois casos de tuberculose numa escola de Bragança, uma vez que essa notícia foi emitida também nos noticiários generalistas. Mas se olharmos para o alinhamento do dia 5 de Janeiro, não podemos deixar de levantar algumas dúvidas, pois, à cabeça encontramos também notícias que categorizámos como “saúde” e “economia”. A questão é que desta vez optou-se por abrir o “Portugal em Directo” com um “off 2” sobre uma intoxicação em Vila das Aves e não com notícias que dão conta da importância das minas da Panasqueira e de Aljustrel para as economias das suas regiões e até mesmo do país. O critério podia ter sido semelhante, pois a relevância dos temas também é semelhante, mas não foi.

Por outro lado, é certo que a loja Ayer marcou a moda em Portugal, mas será que o seu encerramento, em Lisboa, onde tantas outras lojas e marcas de roupa se destacam, é tão importante ao ponto de se pôr esta informação à frente de outras que poderiam ser mais relevantes para a generalidade dos telespectadores, como por exemplo, as manchas de óleo no mar, junto à ilha do Pico? Além disso, a notícia refere-se a um espaço que não é acessível à maioria dos portugueses. Apesar de se tratar de um assunto que eventualmente possa dar conta das dificuldades neste sector, no nosso entender, não passava de uma curiosidade que poderia ser encaixada mais para o final do programa, ao invés de ser constituída como notícia de abertura.

Apesar do alinhamento do mês de Janeiro de 2006 do “Portugal em Directo” não se pautar muito por notícias polémicas, de carácter sensacionalista, os “protestos” e os “casos de polícia” foram outra das categorias em destaque nas aberturas do programa.

No caso do primeiro tema, é muito comum que se chamem para o topo de um alinhamento assuntos de impacto, principalmente quando se trata de dar voz aos cidadãos, às suas reivindicações. Trata-se de uma marca da neotelevisão na informação regional, cuja marca é o facto de se centrar essencialmente no destinatário. Como diz José Sánchez Noriega (1999: 35 e 36), o público não é apenas espectador para ser também actor. Ele chama, no entanto, a atenção, para o narcisismo que esta presença do público nos conteúdos da comunicação acarreta. O sujeito comum torna-se vedeta.

Apesar das vicissitudes que isso pode acarretar, como os meta-acontecimentos, o SP regional não pode deixar de ouvir os protestos dos portugueses quando estão em causa problemas laborais, de segurança e do serviço de saúde, assuntos a que se referiam as notícias de abertura que incluímos nesta categoria.

Para o destaque dado aos “casos de Polícia” imperou, sobretudo, a actualidade. A “rusga em Sabrosa”, a primeira e única notícia em que Bragança abre o “Portugal em Directo”, no dia 12 de Janeiro, dá conta do desmantelamento de uma rede que se dedicava à prostituição. No dia 17, o homem que se havia barricado em casa depois de ter alvejado um polícia, que foi abertura em todos os noticiários nacionais, entregou-se às autoridades, o que mereceu um pequeno apontamento de abertura no programa com um “off 2”. Duas informações que servem para tranquilizar os telespectadores, dado que mostraram que havia sido reposta a normalidade nessas localidades.

A “saúde” aparece três vezes a abrir o “Portugal em Directo” de Janeiro. Incluímos nesta análise o programa temático, o último do mês de Janeiro, dedicado aos Hospitais da Universidade de Coimbra e a já referida intoxicação em Vila das Aves.

Além destes assuntos, é destacado, no dia 10, o “Sítio do Coração”, uma notícia do dia, que dava conta do lançamento, por parte da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, do “Bio Login”, um sistema de identificação de entrada no portal do coração. Trata-se de um dado importante para os telespectadores, mas, uma vez mais, se nos levantam dúvidas. Depois de termos visto algumas notícias com um grau de intensidade maior fazerem a abertura do “Portugal em Directo”, verificamos que neste dia não foi esse o critério a ter em conta, pois, assuntos como o encerramento de mais uma empresa, desta vez em Oliveira do Hospital, o mega-julgamento de cento e doze pessoas por falsificação de vinho do Porto em Lamego, o sismo em Lisboa e no Algarve, ou a revolta dos habitantes de Covelães, em Montalegre, por causa dos prejuízos causados pelos cavalos que andam por lá à solta, ficaram para segundo plano neste alinhamento. Há uma hipótese que fica desta primeira análise, a que vamos tentar dar resposta até ao final do nosso estudo: muitas vezes não existe uma linha orientadora clara na escolha das notícias, o que pode resultar do facto de se optar por dar predominância à região de Lisboa no momento da selecção.

Esta ideia persiste quando verificamos que a categoria “solidariedade” aparece a abrir dois programas e, uma vez mais, uma das notícias se refere à região de Lisboa, debruçando-se a outra sobre um debate que decorreu em Faro sobre o suicídio.

Encontramos uma situação semelhante, quando os temas de abertura são as “celebrações”. No dia 20 de Janeiro, a cidade de Lisboa comemorou os cem anos do liceu Pedro Nunes, uma instituição de ensino de referência, mas será que a sua importância justifica que passe à frente de notícias que dão conta que os municípios transmontanos pagam a água mais cara do país, os protestos da população de Silves contra o encerramento de um serviço do centro de saúde local?

Lisboa destaca-se ainda numa das duas notícias de abertura que incluímos na categoria “ambiente”, sobre a recolha de pinheiros de natal para devolver à natureza. Uma acção de sensibilização sem dúvida importante para os telespectadores, mas que no nosso entender se encontra ao nível de outros temas alinhados como o facto de não ter sido detectado mais nenhum caso de tuberculose no rastreio feito numa escola, onde

havia sido detectados dois casos, ou o novo sistema de tratamento de lamas residuais que pode facilitar as operações de limpeza de fossas assépticas e o transporte de resíduos. Já no que respeita ao destaque dado às questões que envolvem o abastecimento de água no Algarve, faz sentido, tendo em conta o todo do alinhamento e o valor deste bem precioso no quotidiano algarvio.

“Bombeiros”, “segurança” e “educação” foram outras categorias que contabilizaram uma notícia de abertura. Nestes casos, de uma forma geral, são temas que, dado o conjunto de cada um dos alinhamentos e os critérios que, nestas circunstâncias se têm em conta, bem como as expectativas das populações, principalmente quando em causa está a sua segurança e bem estar, são pertinentes para dar início ao programa.

Para irmos de encontro às hipóteses apresentada, fizemos uma análise ainda mais pormenorizada, onde verificámos quais as regiões onde os destaques são mais evidentes e, neste aspecto, os números não deixam margem para dúvidas: as notícias sobre a capital abrem sete vezes o “Portugal em Directo” e as notícias classificadas como “geral” abrem quatro vezes a emissão do mês de Janeiro. Segue-se Faro, que apesar de ter tido pouco destaque em termos de frequência de temas e de tempo, acaba aqui por se destacar em relação às outras regiões, ao ter três notícias de abertura neste alinhamento.

O Porto, mesmo sendo a segunda região que mais se salienta neste programa, apenas contabiliza duas notícias no início do programa, tal como Évora.

Bragança e Coimbra ficam-se com uma notícia de abertura, ao passo que Castelo Branco, Açores e Madeira não foram nunca tema de abertura do “Portugal em Directo”.

Bragança (s)em destaque?

No “Regiões Bragança” são chamados para o topo do programa os assuntos que assumem uma maior amplitude ou relevância para a região, sendo a condução do alinhamento feita à semelhança de um noticiário nacional, em que o início é mais sério, aliviando-se a tensão mais para o final.

Quanto ao “Portugal em Directo”, esse critério já não é tão visível. Nem sempre as notícias de maior impacto abrem a emissão. Neste mês, relativamente aos temas

agendados, não conseguimos definir propriamente um padrão que guie os responsáveis na sua escolha.

Já em relação às regiões em destaque, deparámo-nos com uma situação diferente. Depois da descrição e análise dos dados, concluímos que, neste mês, o Sul ganha preponderância em relação ao Norte, no que respeita a notícias de abertura, ficando Bragança em segundo plano. Embora esse dado dependa muito dos acontecimentos que têm lugar em cada região em cada mês, e sabendo que a região transmontana não se pauta muito por acontecimentos significativos de actualidade, ainda assim, não deixa de ser significativa a forma como a região de Lisboa se salientou uma vez mais, quando existiam notícias de outras regiões que poderiam ter sido evidenciadas.

O argumento pode sempre ser o de que a capital e a zona envolvente são locais em que, além de terem um maior fluxo de acontecimentos, essa informação tem de ser salientada pelo facto de também terem um maior número de telespectadores. Mas facilmente se pode contra-argumentar que, por isso mesmo, Lisboa tem permanentemente espaço nos noticiários generalistas. Se a ideia é dar voz às regiões que não a têm, era importante que se repensassem os destaques dados neste programa, dado que existe um claro desequilíbrio entre a cobertura noticiosa junto dos centros de decisão e o interior.

5.4. A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TEMAS NA INFORMAÇÃO REGIONAL DA RTP

“A rádio anuncia, a televisão mostra e a imprensa explica”. Esta consagrada frase acaba por sintetizar as diferenças, a identidade e a complementaridade dos *media* tradicionais (Correia, 2006: 34). De facto, uma das características da informação televisiva é o facto de passar um conjunto de informações diárias, catalogadas como sendo as mais importantes, de uma forma breve, ou seja, aquilo que se entende por “essencial” da notícia, que, por vezes, levam o telespectador a ter uma visão da realidade superficial, alheia às causas e consequências, uma visão fragmentada que transforma, perversamente, a aparente abundância de informação numa subinformação, que “nos empanturra de factos mas nos faz perder o fio das ideias (Correia, 2006: 99). Bourdieu (2001: 3), que demonstra ter uma visão não muito favorável acerca deste *médium*, acredita mesmo que “(...) não se pode dizer grande coisa na televisão (...)”.

Para dissipar algumas destas ideias e um melhor esclarecimento de certos temas, tal como defende Felisbela Lopes (1999: 128), “os espaços de contextualização são importantes para a compreensão daquilo que as imagens relatam, pois se, por um lado, eles reduzem a velocidade da mediatização dos factos, por outro, permitem uma outra inteligibilidade daquilo que acontece”.

No caso dos dois programas em estudo, encontramos essa função, fundamentalmente, na entrevista de estúdio e no directo.

“Regiões Bragança” – Setembro de 2002

Como referimos no capítulo referente à história do “Regiões Bragança”⁴⁹, com o aumento do tempo do programa para o dobro, um dos recursos utilizados pela coordenação do programa para colmatar a falta de notícias que se fazia sentir na região transmontana foi recorrer a uma melhor contextualização dos temas. Assim, mais do que produzir reportagens com um tempo de duração maior, o que nuns casos até se podia justificar, mas que noutros casos se podia tornar cansativo, os responsáveis pela emissão desta janela regional optaram por introduzir mais entrevistas de estúdio, com uma frequência quase diária. Mas com a posterior redução para cerca de 20 minutos de programa, com o ajustamento das rotinas de produção, que permitiu que depressa se arranjassem formas para agendar diariamente vários assuntos, aos poucos, as entrevistas passaram a ser menos frequentes. É por essa razão e pelo facto de no mês em estudo, Setembro, se seguir a um período de férias do “Regiões”, que nunca era emitido em Agosto, pelo que havia várias peças em stock, que não contabilizámos tantas entrevistas de estúdio como seria de esperar. Mas, ao mesmo tempo, registámos alguns directos, uma outra forma de contextualizar a notícia que raramente era utilizada na região transmontana por esta emissão da RTP.

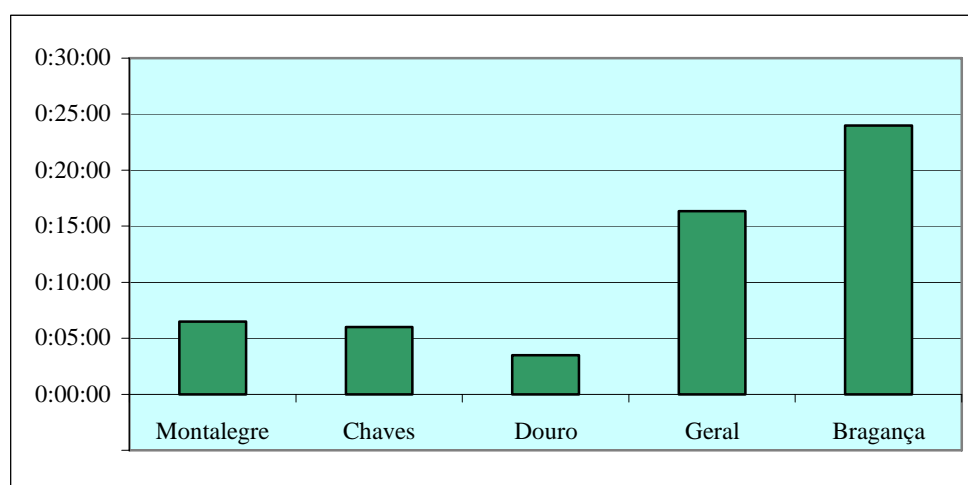
Assim, em vinte e um dias de “Regiões”, verificámos que os espaços de contextualização começaram com uma entrevista em Vilar de Perdizes, a propósito do “Congresso de Medicina Popular”, alinhada no programa do dia 6 de Setembro, na qual, durante cerca de 6 minutos se exploraram as novidades do evento na edição do ano de 2002. Seguiu-se uma outra, no dia 19, com um responsável da CP, a propósito da linha do Douro, com pouco mais de 3 minutos.

⁴⁹ Ver página 41.

Quanto às entrevistas de estúdio propriamente ditas, seis ao todo, começaram a ser realizadas a partir do dia 20 e, uma vez mais, todas elas se prenderam com temas da actualidade. A primeira, dizia respeito à “Expoflávía”, a feira de actividades económicas do Alto Tâmega, um evento que, à semelhança do que acontecia com outros na região, este programa promovia sempre com a presença do responsável em estúdio.

Em tempo de vindimas, falou-se também nas instituições durienses que regulam o sector vinícola. No dia 23 de Setembro o Presidente da Casa do Douro foi entrevistado sobre o assunto, num programa que já antevia o Congresso de Trás-os-Montes e falou, durante cerca de 4 minutos, essencialmente, de agricultura. Todos os temas apresentados nos dias seguintes foram dentro do contexto do evento que se avizinhava, sendo o programa do dia 24 dedicado às acessibilidades e o do dia 25 à desertificação.

Gráfico 4 – Tempo “Espaços de Contextualização” Trás-os-Montes e Alto Douro



No dia seguinte teve lugar o Congresso, que além de uma entrevista de estúdio sobre o ensino universitário em Bragança, mereceu ainda a realização de um directo a partir do local onde se debatia o futuro de Trás-os-Montes. O mesmo se passou no segundo dia do evento.

Como no fim-de-semana não havia programa, o balanço do Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro foi feito no dia 30 de Setembro, uma segunda-feira, fazendo-se uma nova contextualização com uma entrevista de estúdio com o Presidente da Comissão Executiva do evento, que durou à volta de 4 minutos.

Depois desta análise fica claro que nesta região, isolada do resto do país, para que se proceda a uma devida contextualização dos factos, recorrendo a directos ou a entrevistas, no exterior ou de estúdio, é necessária alguma antecipação no agendamento dos acontecimentos, pois, se assim não for, toda a logística envolvida na sua produção, como os contactos com os intervenientes e a deslocação de carros de exteriores, com as respectivas equipas técnicas, vindos do Porto ou Lisboa, é posta em causa.

“Portugal em Directo” - Janeiro de 2006

Durante os vinte dias de emissão do mês de Janeiro de 2006, o “Portugal em Directo” fez jus ao seu nome. Exceptuando o dia 11 de Janeiro, em que apenas houve um directo a partir de Viseu, quase a abrir o programa, todos os outros dias foram marcados por duas intervenções ao vivo a partir de uma determinada região do país⁵⁰.

Atendendo a que os directos de cada emissão, no seu todo, costumam durar mais de 20 minutos, eles constituem o ponto alto do programa, a par das notícias da actualidade regional. No fundo, preenchem cerca de metade do tempo de duração de cada “Portugal em Directo”, o que significa que as regiões e os temas contemplados por estas intervenções ao vivo ganham uma grande projecção.

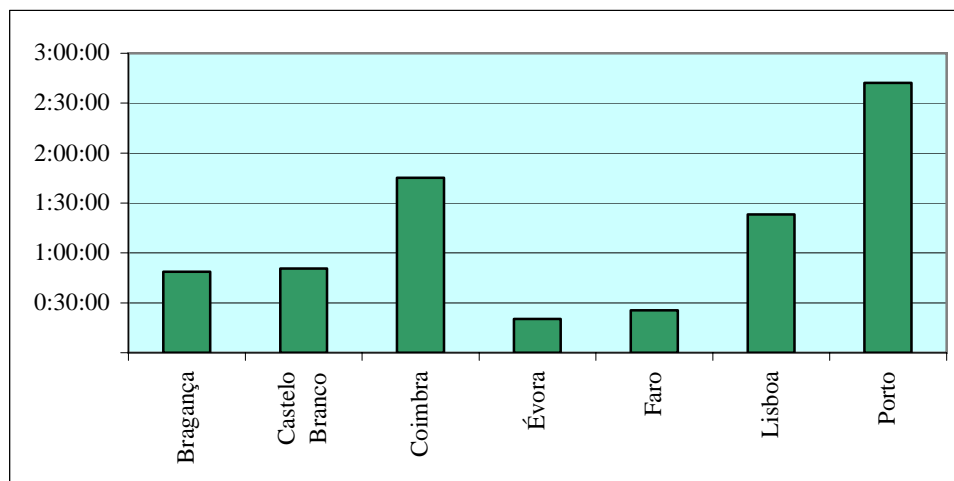
Assim, apesar de Coimbra ter merecido um programa repleto de directos no último dia de Janeiro, havendo ainda registado mais dois destaques ao longo do mês, totalizando quase duas horas de directos, o Porto é a região que mais se evidencia nesta categoria, ao capitalizar quase três horas, em dezasseis intervenções, a partir de oito lugares diferentes.

Neste campo, Lisboa não se evidenciou tanto, embora somasse mais um directo em relação à média que é destinada a cada região, ou seja, no total teve três temas evidenciados ao vivo, além de dois falsos directos, que ultrapassaram 1 hora e 20 minutos. A região lisboeta consegue, desta forma, mais cerca de meia hora de emissão em directo do que Castelo Branco e Bragança, que, neste mês, só agendaram dois directos cada uma. Devido à neve, a região transmontana assinalou o facto com um falso directo, quase inexpressivo, dado que durou cerca de um minuto.

⁵⁰ Poderíamos até dizer que foram três intervenções, caso não tivéssemos optado por excluir do nosso estudo as promoções iniciais, já que todas incluem directos a partir dos locais em destaque.

As zonas do país que se destacaram menos em Janeiro nesta categoria foram Évora e Faro, que apenas protagonizaram um directo cada, repartido por duas intervenções. A Madeira e os Açores não agendaram qualquer reportagem feita ao vivo.

Gráfico 5 – Tempo “Directos” por Região



Neste mês, mereceram uma maior contextualização temas como as construções, a cultura e a solidariedade. Mas este terá sido, acima de tudo, o mês da saúde, pois, além dos Hospitais da Universidade de Coimbra, também o futuro da saúde em Trás-os-Montes e o Hospital Júlio de Matos mereceram especial atenção do “Portugal em Directo”.

Os novos projectos e obras em curso um pouco por todo o país somaram quase 2 horas de emissão em directo, dando a ideia de um Portugal que anda para a frente e que se está a renovar. Mas também a sua riqueza cultural, da qual fazem parte os bordados de Castelo Branco, os materiais expostos no Museu do Vidro da Marinha Grande, um sector que já teve melhores dias, e o Mosteiro de Alcobaça, fizeram parte dos temas agendados para directos, somando um pouco mais de uma hora de intervenções ao vivo. Os apoios sociais, tanto a famílias carenciadas como a deficientes, estiveram em destaque na região do Porto, agendando quase uma hora, repartida por três assuntos transmitidos em directo.

A “economia”, apesar de ser dos temas mais privilegiados no “Portugal em Directo”, não registou reportagens ao vivo na mesma proporção. Apenas duas notícias mereceram esse destaque, uma vez mais na zona do Porto, onde está concentrada uma

boa parte da indústria portuguesa. Os restantes temas abordados em directo não chegaram aos 30 minutos cada, ao longo do mês de Janeiro.

Desta análise salienta-se o facto de os temas imediatos não terem sido destacados em directo, o que contraria Schlesinger (1993: 181), quando o autor refere que “o tipo puro de imediatismo é a transmissão ao vivo”. Tal, explica-se pelo facto de as intervenções ao vivo desta envergadura exigirem um agendamento prévio, por forma a permitir a mobilização dos carros de exteriores e dos respectivos profissionais ao longo do mês por todo o país. A contextualização de alguns acontecimentos no momento em que têm lugar fica, assim, dificultada, perdendo-se informações adicionais em relação a determinados assuntos de grande relevância para os telespectadores.

De qualquer modo, notou-se uma preocupação em salientar notícias, não pela sua carga dramática, mas pela utilidade que a informação pode ter para o público, pela sensibilização que pode trazer e até pelas esperanças que pode acalantar. O conhecimento da riqueza cultural do país é também privilegiado e, ao contrário do que acontecia no “Regiões Bragança”, a “Cultura” não é remetida para o final do programa, sendo muitas vezes mesmo tema de destaque em vários directos.

No geral, é feita uma contextualização pela positiva, pelas possibilidades que estão ao nosso dispor, que podemos usufruir e que às vezes estão mesmo ao nosso lado.

Bragança (s)em destaque?

É um facto que durante o “Regiões” raramente se agendavam directos, pois não era fácil ter acesso a um carro de exteriores para o efeito. Ainda assim, sempre que o tema o justificava, a coordenação do programa levava a estúdio um convidado, para que fosse disponibilizada, aos transmontanos, uma informação completa, se entendermos a entrevista tal como Edgar Morin a define (citado por Jaspers, 1998: 149): “qualquer comunicação pessoal suscitada com o objectivo de informar”. Jaspers (1998: 149) corrobora deste ponto de vista e defende que ela “deve ser inteiramente dirigida para um único objectivo: fazer emergir uma informação, esclarecê-la e mediatizá-la”. Foi assim durante o Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a “Expoflávnia” e com as vindimas no Douro.

Além disso, em cerca de 20 minutos de emissão, e com um fluxo noticioso reduzido, havia a possibilidade de fazer reportagens mais alargadas, ou então desdobrar o assunto em várias notícias, de maneira a “oferecer” ao público diferentes perspectivas.

Com o “Portugal em Directo”, apesar de já não ter cerca de 20 minutos de programa só para a região, como acontecia no tempo das janelas regionais, em Janeiro foram tratados dois assuntos com reportagens ao vivo, indo de encontro à média de directos que é suposto ser agendada por mês (Mateus, entrevista: 10/01/2006), algo que não aconteceu noutras regiões, que tiveram um protagonismo inferior.

Além disso, pelo impacto que geram ao nível televisivo, mesmo tendo de dividir o espaço noticioso com outras zonas do país, actualmente, este novo formato, com as emissões ao vivo, permite dar a Trás-os-Montes uma projecção nacional que, no tempo do “Regiões” acontecia apenas a uma escala local e quase sem intervenções em directo a partir dos lugares onde aconteciam as notícias.

É, no entanto, de referir que, uma vez mais, um agendamento que devia distribuir de uma forma equilibrada as possibilidades de contextualização de determinados assuntos por todos os pontos do país, em Janeiro, acabou por dar mais ênfase às duas grandes regiões, Porto e Lisboa.

6. CONCLUSÃO

É consensual que, desde que foi criada, a televisão revolucionou o nosso mundo, sendo ainda hoje o meio de grande relevância social. Muitas obras académicas já se debruçaram sobre a caixa mágica, mas a sua projecção é tal que não só nunca é um assunto esgotado, como também suscita sempre interesse cada vez que surge um novo estudo sobre o seu impacto na sociedade.

Entre as várias discussões que este *médium* possa suscitar, surge com frequência a questão do Serviço Público. Também esta temática é um poço inesgotável de polémica, embora muitos acreditem que continua a ser (ou devia ser), no caso de Portugal, o fiel da balança no espectro da televisão portuguesa, numa altura em que muito se fala na qualidade do produto televisivo.

A estes dois pontos polémicos e apaixonantes, entendemos que seria pertinente juntar um outro, cada vez mais actual, e que está a despertar a comunidade intelectual: a informação de proximidade. A emergência do local na era do global é uma realidade a que já ninguém está alheio. Há como que um despertar das identidades regionais que vai acontecendo a par do fortalecimento do papel da comunicação na nossa sociedade. Importava, por isso, analisar como o nosso Serviço Público de TV, a cargo da RTP, lida com esta nova realidade.

A razão que nos levou a realizar este estudo acabou por se revelar também o maior obstáculo ao nosso trabalho. Quando pensámos em nos debruçar sobre a informação de proximidade veiculada pela RTP, tivemos em conta o facto de ser um assunto ainda pouco explorado, não havendo muita literatura sobre o mesmo.

Pelo interesse que pode revestir para os estudos nesta área e para o próprio trabalho desenvolvido pela televisão de SP na informação regional, contávamos que a RTP, como instituição pública que é e, no nosso entender, parte interessada, nos facilitasse a consulta do seu acervo documental para a prossecução deste estudo. Não encontrámos, no entanto, a abertura esperada por parte de algumas instâncias da Radiotelevisão Portuguesa. Felizmente, também nos deparámos com profissionais conscientes da importância deste trabalho, pelo que acabámos por levar a nossa investigação adiante com a sua colaboração.

As dificuldades maiores que sentimos aconteceram no momento em que tivemos de fazer uma reconstituição histórica dos programas de índole regional transmitidos pela televisão pública, desde os seus primórdios. A RTP não dispõe de uma obra onde esses elementos se encontrem compilados, pelo que tivemos de ser nós a unir algumas peças soltas que fomos encontrando, sob pena de podermos estar a incorrer em omissões ao nível da cronologia histórica dos programas e da sua respectiva nomenclatura. Neste campo, não pudemos contar com o testemunho oral de profissionais, pois, a grande maioria que esteve na sua génese já não se encontra na empresa.

Mas os testemunhos dos jornalistas valeram-nos na hora de retratar os aspectos mais marcantes da informação de proximidade mais recente, a partir da criação das janelas regionais. Sem documentos específicos sobre esses programas, a não ser os alinhamentos, estes conseguidos com grande dificuldade, e, ainda assim, referentes apenas a um mês de emissão de cada programa, conseguimos, contudo, levar a cabo a análise comparativa de dois programas de informação regional, tema central desta tese.

Esta chamada de atenção é fulcral, pois, o facto de nos terem limitado o acesso a fontes, como os alinhamentos das diferentes edições dos noticiários regionais, nomeadamente os dois que estiveram em destaque neste estudo, impediu-nos de realizar uma investigação com outra profundidade. Isto porque, ao centrarmos o nosso estudo num só mês, não nos permite confirmar cabalmente algumas regularidades, como por exemplo, se as duas grandes regiões de Portugal, Lisboa e Porto, são ou não centrais noutras emissões, de outros meses, se Bragança tem ou não destaque, entre outras coisas.

É importante salientar, que numa televisão que conta com os profissionais de todo o país para levar a cabo um noticiário regional, quando faz o agendamento, é confrontada com condicionantes que podem mudar, muitas vezes a sua lógica. Jornalistas e operadores de imagem que vão de férias, que entram em licença de maternidade, ou que por uma razão ou outra não podem desempenhar as suas funções num certo período de tempo podem determinar que a regular marcação de trabalhos sofra alterações. Também a actualidade e a carteira de assuntos em agenda não é estanque, podendo mudar de mês para mês, de região para região. Limitações como estas não são tão visíveis no Porto ou em Lisboa, onde, além de terem um quadro de pessoal bem maior e de serem melhor equipados ao nível técnico, pela sua grande dimensão têm também um maior fluxo noticioso, que lhes permite colmatar alguma

falha ou espaço em branco deixado por outra zona do país, onde não se verifiquem essas condições.

Não precisaríamos de estar a reforçar estas vicissitudes, presentes nas rotinas de produção jornalística, se pudéssemos cruzar um mês de cada programa, com outros que foram ou vão acontecendo ao longo do ano. Poderíamos encontrar padrões na construção dos alinhamentos, que remeteriam essas questões para um segundo plano. Não foi isso que aconteceu, pelo que, mesmo assim, preocupámo-nos em fazer uma investigação que fosse para além do óbvio

Feitas as devidas advertências dos aspectos a ter em conta na leitura dos dados desta tese e, antes de tirar as conclusões finais, procuraremos sintetizar o percurso que desenvolvemos até chegarmos aqui.

Tendo em conta que a nossa investigação se centra na análise comparativa de dois noticiários regionais do SP de televisão, começamos pela história do SP, seguindo-se uma breve caracterização no actual cenário televisivo, na chamada era da neotelevisão. Apesar de vários académicos já se terem debruçado sobre o SP, este continua a ser um conceito difícil de definir. Apesar das dúvidas que, por vezes, suscita, os investigadores continuam a defender a sua permanência, mesmo quando se apresentam argumentos para a sua extinção, ao lado multiplicação de canais num cenário de mercado concorrencial televisivo. Apesar das especificidades de cada país, a literatura indica alguns caminhos que podem ser seguidos, sendo a tónica posta na alternativa que pode constituir às televisões comerciais.

A história da RTP, a televisão pública portuguesa, é bem elucidativa do que se deve e não se deve fazer neste campo, sendo também fulcral para entendermos em que lógicas se foi construindo a informação de proximidade do SP. Ainda que se possam fazer muitas críticas à televisão pública portuguesa, que durante muito tempo se pautou por ser controlada pelo Estado, de uma forma mais ou menos consistente, ela acabou sempre por levar a cabo, ao longo dos anos, a sua missão de divulgar temas com interesse para regiões e comunidades locais específicas. Não sabemos se o terá feito nos noticiários generalistas, uma vez que não era sobre eles que incidia este trabalho, mas desde cedo, pelo menos desde 1965, que a Radiotelevisão Portuguesa apresenta na sua grelha de programação, inicialmente com menos regularidade do que agora, noticiários de informação regional.

Aos poucos, as notícias das regiões foram ganhando espaço no SP de televisão, sendo que a conjuntura política vivida em Portugal, nos anos noventa, do século XX, e a própria conjuntura europeia com a criação de televisões regionais em vários países, ajudou a que se revolucionasse a forma de fazer informação de proximidade na RTP.

Em 1997 criaram-se as janelas regionais, um meio de apresentar as notícias completamente diferente do que tinha sido feito até então. Um projecto inovador, que trouxe algumas novidades, nomeadamente no que diz respeito à relação que se criou com o público. De facto, a “personalização” das notícias passou a ser a marca dominante desta nova forma de fazer notícias, sendo uma das características mais marcadas da neotelevisão.

Apesar deste modelo não ter durado mais do que seis anos, procuraram-se manter os laços com o público nos programas que se lhe seguiram. A projecção das notícias regionais é que passou a ser feita de forma diferente. Foi este o nosso ponto de partida para este trabalho e foi esta a tese que procurámos confirmar na análise empírica.

É incontornável o facto de que o “Regiões” constituía, dentro da RTP, uma janela pública sobre a região transmontana, bem como sobre outros pontos do país, que durante 15 minutos, ou mesmo já com o dobro do tempo, abria um foco sobre os seus problemas, as suas alegrias, as suas marcas, as suas instituições... Aquele período de tempo era efectivamente só para cada uma das regiões, o que lhes dava um protagonismo como antes nunca tinham tido.

Com os programas que se lhe seguiram, nomeadamente o “Portugal em Directo”, que nos interessa aqui comparar, a situação passou a ser bastante diferente. Inicialmente, quando nos propusemos fazer esta tese, e ainda tínhamos uma ideia muito superficial do novo formato, à primeira vista tudo nos levava a crer que Bragança tinha perdido projecção com o fim do “Regiões”, ao ter de dividir o tempo de antena, com as restantes regiões. Se, em alguns pontos assim foi, noutros não podemos dizer o mesmo.

A zona de Trás-os-Montes não se pauta por uma grande diversidade de acontecimentos e, tal como testemunharam alguns responsáveis pela informação noticiosa transmontana era complicado apresentar diariamente um conjunto de notícias para preencher um noticiário local. Mesmo assim, esse nunca foi um obstáculo que pusesse em causa as janelas regionais, nem sequer foi o argumento apresentado para o seu fim, e sim os problemas económicos que a RTP atravessava na altura.

Com o “Portugal em Directo”, os responsáveis acreditam que as regiões têm uma maior projecção, uma vez que a emissão é nacional, logo, tem mais visibilidade. Isto acaba por ser verdade se, efectivamente, todas elas forem tratadas de uma forma equilibrada no momento de coordenar os alinhamentos. Mas nem sempre assim foi no mês em estudo. Existem questões logísticas e de imediatismo que não permitem fazer todos os meses um agendamento similar e que acabam por ditar o destaque de uma em detrimento de outra num dia, ou num mês.

Em termos de frequência no “Portugal em Directo”, em Janeiro, Bragança acabou por responder ao estabelecido, com uma entrada média de duas reportagens por emissão e dois directos neste mês.

Os temas destacados pelo programa enquadram-se na mesma linha que havia sido definida no tempo do “Regiões, procurando responder aos anseios das populações, destacando assuntos que são do seu interesse. Nesta categoria em análise não tínhamos nada a salientar, não fosse o facto de o “Portugal em Directo” não ter dado qualquer destaque ao “Desporto”, um tema em tempos central no “Regiões Bragança”, e de grande relevância para as gentes transmontanas, especialmente pelo facto de que todas as semanas serem transmitidos apontamentos sobre os principais jogos de futebol transmontanos, criando, assim, um vínculo com os seus telespectadores. No final da leitura dos alinhamentos de Janeiro, também nos apercebemos que as assimetrias entre litoral e interior são mais vincadas neste novo formato. Isso é bem visível nos temas classificados como “Economia”, nos quais se verifica que, ao passo que as Lisboa, Porto, ou Faro, apresentam notícias onde está bem patente o seu desenvolvimento económico, quando se fala de Trás-os-Montes, são visíveis as suas carências, as suas fragilidades e as poucas oportunidades que existem a este nível. Não queremos com isto dizer que há uma deliberação por parte da coordenação do programa em escolher notícias com uma visão negativa de regiões como Bragança, Évora ou Castelo Branco, até porque se verificou exactamente o contrário. Há mesmo um esforço em mostrar as possibilidades de cada região, ao invés de mostrar os seus constrangimentos. A questão é que, ao se alinharem todas as zonas do país num mesmo espaço televisivo, se realçam as suas diferenças, algo que não acontecia com as janelas regiões, quando emitiam para o seu próprio território, onde só era vista a sua realidade, não havendo elementos que permitissem fazer comparações.

As disparidades entre Bragança e as grandes regiões começaram a notar-se quando analisámos as notícias de abertura. Nesta categoria, em Janeiro, houve um claro

predomínio de Lisboa, o que se pode dever ao facto de ser um grande centro, onde há mais factos passíveis de ser alinhados dentro da actualidade, se for esse o critério. Ao analisarmos apenas um mês de emissão, não nos foi possível, contudo, identificar uma regularidade para as notícias de abertura, pois, as “regras” que terão levado a umas escolhas não foram seguidas noutros dias de emissão. Bragança só abriu uma vez o “Portugal em Directo” em Janeiro, perdendo, assim, espaço numa categoria em que muitos telespectadores decidem se vão ou não continuar a ver as notícias.

Nos espaços de contextualização, num programa que, supostamente faz um tratamento equilibrado de todo o país, neste mês em análise, isso não foi visível quando o Porto agendou oito directos em Janeiro. Exceptuando questões de logística e de recursos humanos, não encontramos uma outra explicação para esta disparidade, já que a grande maioria dos directos não trata temas imediatos, pelo que podiam ter sido agendados para outra altura.

De qualquer modo, é de salientar que os directos foram utilizados para dar a conhecer instituições, serviços, património, construções, o futuro da saúde... temas tratados sob um prisma positivo, de dar soluções, saídas a um país mergulhado numa profunda crise. Uma projecção que, com o “Regiões” Bragança era incipiente, dado que raramente eram efectuadas reportagens ao vivo em Trás-os-Montes. Com o novo formato notou-se um esforço em descentralizar os meios que até então se encontravam concentrados em Lisboa e no Porto. Só a Madeira e os Açores não agendaram qualquer directo no mês de Janeiro.

De facto, não é facilmente perceptível o papel das ilhas neste programa, pelo menos durante Janeiro, porque, se a ideia deste programa é mostrar o que se passa nos arquipélagos, por exemplo, às comunidades que vivem no continente, esse objectivo não foi atingido, principalmente no caso da Madeira, que só apresentou uma reportagem neste mês. Os Açores registaram um número mais significativo, nove peças, mas que se torna inexpressivo ao lado de outras regiões do continente.

O “Tempo”, variável transversal a toda esta análise, é um elemento incontornável e, se dúvidas havia, a sua soma não deixa qualquer margem para incertezas: Porto e Lisboa são as grandes protagonistas do “Portugal em Directo”. Mas, mesmo com menos cerca de uma hora de emissão no programa de Janeiro, e depois de todos os argumentos que davam a região como sendo pobre ao nível de acontecimentos, Bragança, ao lado de Castelo Branco, outra zona de interior, consegue competir com

Coimbra, que, em Janeiro, teve uma emissão completa dedicada aos Hospitais da Universidade coimbrã.

Fazendo uma reflexão final sobre os dados obtidos em Janeiro, não podemos dizer que a região bragançana perdeu protagonismo no seio de um programa com a projecção do “Portugal em Directo”. No fundo, continuam a ser tratados assuntos numa perspectiva de criar uma maior proximidade com o telespectador, fazendo-se uma cobertura equilibrada de toda a zona transmontana, tal como acontecia no “Regiões” local e, mesmo que o tempo de emissão diário, seja mais reduzido, nomeadamente quando não há directos a partir de Trás-os-Montes, esse facto acaba por permitir criar uma agenda que vai mais de encontro ao que os jornalistas entendem por notícia. Neste mês, Bragança ganha mesmo destaque sobre outras regiões como Évora e Faro, ao nível de tempo total de emissão.

Não obstante, entendemos que é preciso repensar a primazia que é dada a Lisboa e ao Porto, regiões que facilmente marcam a agenda dos noticiários generalistas e que no “Portugal em Directo” retiram, de certa maneira, espaço às zonas menos influentes do país que precisam de programas desta natureza para se afirmarem no quadro nacional. Só assim faz sentido privar Bragança, Castelo Branco e Évora, os locais mais afectados pela interioridade, de uma janela sobre o seu mundo, para lhes dar protagonismo a um nível nacional e chamar sobre si as atenções num cenário de igual para igual.

Estas conclusões não são encaradas por nós como um ponto final de um estudo, mas sim como um ponto de partida para uma investigação que está longe de ser terminada, que pretendemos consolidar futuramente noutras dimensões de análise.

Investigadores como João Carlos Correia⁵¹ têm insistentemente referido a importância de espaços de resistência no seio do jornalismo que passam pela comunicação regional, pelas formas concretas de proximidade em relação aos cidadãos e aos espaços públicos onde eles se movem. Ao longo deste trabalho de investigação, à margem da recolha dos dados que nos interessavam, fomos consolidando essa ideia. Ao mesmo tempo, ficou a vontade de conhecer melhor o público, tantas vezes mencionado

⁵¹ Ver Correia, João Carlos (1998), *Jornalismo e Espaço Público*, Col. “Estudos em Comunicação”, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

nesta dissertação, mas que não pudemos conhecer a fundo, uma vez que delimitámos o nosso estudo à produção de programas de índole regional por parte da RTP.

De facto, é de público que se fala quando é referido o SP de televisão, pelo que é importante saber o que ele pensa deste *médium* que faz parte das suas vidas e das informações que lhe faz chegar todos dias acerca do se passa à sua volta. É uma hipótese de trabalho que será interessante desenvolver num estudo futuro.

Esta tese mostra que se registou uma evolução significativa na produção de notícias regionais e que se têm vindo a estreitar os laços entre o emissor (RTP) e o receptor (público). A televisão de SP público dá, assim, mostras de seguir uma tendência generalizada um pouco por todo o mundo: a aposta na informação de proximidade. Trata-se, contudo, de um passo ainda muito pequeno, se pensarmos que por todo o globo proliferam as televisões regionais. Há, por isso, um longo percurso ainda a percorrer para que as especificidades de cada região ganhem espaço no meio televisivo e que não passem só pelo SP de televisão, que, neste domínio, tem cumprido, de alguma forma, o seu papel.

BIBLIOGRAFIA

Achille, Yves (1994), *Les Télévisions Publiques en Quête D’Avenir*, Presses Universitaires de Grenoble.

Anderson, Benedict (1997), *Comunidades Imaginadas – reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, Fondo de Cultura Económica, México.

Arons de Carvalho, Alberto (2002), *Valerá a Pena Desmenti-los*, Miverva, Coimbra.

Arons de Carvalho, Alberto *et al* (2003), *Direito da Comunicação Social*, Editorial Notícias, Lisboa.

Bardin, Laurence (2004), *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa.

Blumler, Jay G. (ed.), (1993), *Television e Interes Publico*, Bosch Comunicacion, Barcelona.

Blumler, Jay e Hoffman-Riem, Wolfgang (1993), “Buevas Funciones para la Televisión Pública”, *in* Jay Blumler (ed.), *Television e Interes Publico*, Bosch Comunicacion, Barcelona.

Bourdieu, Pierre (1997), *Sobre a Televisão*, Celta, Oeiras.

Bustamante, Enrique (2003), *A Economia da Televisão – as estratégias de gestão de um media*, Campo das Letras, Porto.

Burgelman, Jean Claude e Perceval, Peter (1995), “Belgium : The Politics of Public Broadcasting”, *in* Marc Raboy (ed.), *Public Broadcasting For The 21st Century*, University of Luton, England.

Cádima, Francisco Rui (1995), *O Fenómeno Televisivo*, Círculo de Leitores, Lisboa.

Cádima, Francisco Rui (1996), *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa.

Cádima, Francisco Rui (1999), *Desafios dos Novos Media*, Editorial Notícias, Lisboa.

Camponez, Carlos (2002), *Jornalismo de Proximidade*, Minerva, Coimbra.

Cebrián Herreros, Mariano (1998), *Información Televisiva – Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación*, Editorial Síntesis, Madrid.

Coelho, Pedro (2003), *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público – um estudo sobre a situação portuguesa* (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Nova de Lisboa.

Correia, Fernando (2000), *Os Jornalistas e as Notícias*, Caminho, Lisboa.

Correia, Fernando (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Caminho, Lisboa.

Correia, João Carlos (1998), *Jornalismo e Espaço Público*, Col. “Estudos em Comunicação”, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Cortès, José Angel (1999), *La Estrategia de la Seducción - La Programación en la Neotelevision*, Eunsa.

Eco, Umberto (1993), *Viagens na Irrealidade Quotidiana*, Difel, Lisboa.

Fairclough, Norman (1990), *Language and Power*, Longman, London and New Iorque.

Fairclough, Norman (2003), *Analysing Discourse – textual analysis for social research*, Routledge, London.

Fidalgo, Joaquim (2003), “De que é que se fala, quando se fala em serviço público de televisão?”, in Pinto, Manuel (dir.), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Col. “Comunicação e Sociedade”, Universidade do Minho.

Giddens, Anthony (1998), *Consequência da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras.

Hearst, Stephen (1993), “La Regulación de la Televisión en Gran Bretaña”, in Jay Blumler (ed.), *Television e Interes Publico*, Bosch Comunicacion, Barcelona.

Hoffmann-Riem, Wolfgang (1995), “Germany: The Regulation of Broadcasting”, in Marc Raboy (ed.), *Public Broadcasting For The 21st Century*, University of Luton, England.

Hultén, Olof (1995) “Sweden: Broadcasting and The Social

Project”, in Marc Raboy (ed.) *Public Broadcasting For The 21st Century*, University of Luton, England.

Imbert, Gérard (dir), (1999), *Televisión y Cotidianidad: la función social de la televisión en el nuevo milenio*, Instituto de Cultura y Tecnología Miguel de Unamuno, Departamento de Humanidades y Comunicación, Universidade Carlos III de Madrid.
(www.uc3m.es/uc3m/inst/mu/digital_indice-sk)

Jespers, Jean Jacques (1998), *Jornalismo Televisivo – princípios e métodos*, Minerva, Coimbra.

Le Paige, Hugues (1997), *Une Minute de Silence*, Editions Labor, Bruxelles:.

Lopes, Felisbela (1999), *O Telejornal e o Serviço Público*, Minerva, Coimbra.

Lopes, Felisbela (2000), “Os Conteúdos do Serviço Público de Televisão: pistas para a elaboração de uma grelha de televisão”, in Pinto, Manuel (dir.), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Col. “Comunicação e Sociedade”, Universidade do Minho.

Maffesoli, Michel (2000) *O Tempo das Tribos*, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro.

Martins, Moisés (2003), “Prefácio”, In Pinto, Manuel (dir.), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Col. “Comunicação e Sociedade”, Universidade do Minho.

Mattoso, José (1998) *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa.

Mazzoleni, Gianpietro (1993), “Existe un Problema de Valores Vulnerables en Italia?”, in Jay Blumler (ed.), *Television e Interes Publico*, Bosch Comunicacion, Barcelona.

McQuail, Denis (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

McQuail, Denis; Windahl, Sven (1993), *Modelos de Comunicação – para o estudo da comunicação de massas*, Editorial Notícias, Lisboa.

Noriega, José Luis Sánchez (1999), “Rituales de seducción en la neo-televisión”, in Imbert, Gérard (dir) *Televisión y Cotidianidad: la función social de la televisión en el nuevo milenio*, Instituto de Cultura y Tecnología Miguel de Unamuno, Departamento de Humanidades y Comunicación, Universidade Carlos III de Madrid.

Pinto, Manuel (dir), (2003), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público*, Universidade do Minho, Col. “Comunicação e Sociedade”.

RTP (2001), *Livro de Estilo*, Radiotelevisão Portuguesa.

Raboy, Marc (ed.), (1995), *Public Broadcasting For The 21st Century*, University of Luton, England.

Rodrigues, A. D. (1999), *As Técnicas da Comunicação e da Informação*, Editorial Presença, Lisboa.

Rodrigues, Adriano D. (2001), *Estratégias da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa.

Rogers , Everett M. e Dearing, James W. (1996) *Agenda-Setting*”, Sage Publications.

Santos, Cristina Rebelo (2002), *TV Regional e Região Norte – uma contextualização à proximidade regional*, Publismai, Porto.

Saperas, Enric (2000), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Edições Asa, Porto.

Scannell, Paddy (1995), “Britain: Public Service Broadcasting, from National Culture to Multiculturalism”, in Marc Raboy (ed.), *Public Broadcasting For The 21st Century*, University of Luton, England.

Shlesinger, Philip (1993), “Os Jornalistas e a Máquina do seu Tempo”, in Nelson Traquina (ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Comunicação & Linguagens, Veja.

Shimizu, Shinichi (1995), “Japan: Public Broadcasting as a National Project”, in Marc Raboy (ed.), *Public Broadcasting For The 21st Century*, University of Luton, England.

Smith, Anthony (1991), *National Identity*, Penguin Books, England.

Sousa, Helena; Santos, Luís (2003), “RTP e Serviço Público - Um percurso de inultrapassável dependência e contradição”, in Pinto, Manuel (dir.), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Col. “Comunicação e Sociedade”, Universidade do Minho.

Teves, Vasco Hogan (1971), *Vamos Falar de Televisão*, Editorial Verbo.

Thompson, John B. (1995), *The Media and Modernity – a social theory of the media*, Polity Press, Cambridge.

Traquina, Nelson (ed.), (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Comunicação & Linguagens, Veja.

Traquina, Nelson (1993), “As Notícias”, in Traquina, Nelson (ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Comunicação & Linguagens, Veja.

Traquina, Nelson (2004), *A Tribo Jornalística – uma comunidade transnacional*, Editorial Notícias, Lisboa.

Vala, Jorge (1989), “A análise de conteúdo”, in Santos Silva, Augusto (org). *Metodologia das Ciências Sociais*, Ed. Afrontamento, 3ª Ed.

Van Dijk, Teun A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia – estudos na análise crítica do discurso*, Col. “Comunicação e Sociedade, Campo das Letras, Porto.

Vasconcelos, António Pedro (2003). *Serviço Público Interesses Privados – O que está em causa na polémica da RTP*, Oficina do Livro, Lisboa.

Wolf, Mauro (2002), *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, Queluz de Baixo.

Artigos:

Cádima, Francisco Rui (s/d), “Televisão, serviço público e qualidade”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

(www.fcsh.unl.pt/cadeiras/http/artigos/Televisão,%20serviço%20publico%20e%20qualidade.pdf)

Castañares, Wenceslao (s/d), “La televisión y sus géneros: una teoría imposible?”, “Cuadernos de Información y Comunicación”, nº 3, Universidad Complutense de Madrid.

(<http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ab8.htm>)

Fidalgo, António (1996), *O consumo de informação. Interesse e curiosidade*, Universidade da Beira Interior.

(www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.html)

Garcia, Xosé Lopez (2002), *Repensar o Jornalismo de Proximidade para fixar os media locais na sociedade global*, Separata da Revista *Comunicação e Sociedade* 4.

Sousa, Helena (2006), *Políticas da Comunicação no novomilénio: Crises, Impasses e Fracturas*, Universidade do Minho.

Sousa, Jorge Pedro (2002), *Comunicação Regional e Local na Europa Ocidental – situação geral e os casos portugueses e galego*, Universidade Fernando Pessoa.

(www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental-html)

Vizeu, Alfredo (2002), *Telejornalismo, Audiência e Ética*, Universidade Federal de Pernambuco.

(www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf)

Legislação e Contratos:

Contratos de Concessão do Serviço Público de Televisão celebrados em 2003.

Lei da Televisão - Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto

Decreto-lei 411/90, de 31 de Dezembro

Relatórios:

Anuários da RTP desde 1965 a 1994.

Programa “Fénix” de Reestruturação da RTP, 2003

Serviço Público de Televisão – Grupo Informal de Reflexão Apela a Moratória

Jornais:

Programação da RTP, *Jornal de Notícias*, 15 de Março de 1974.

Programação da RTP, *Jornal de Notícias*, 16 de Março de 1974.

Programação da RTP, *Jornal de Notícias*, 16 de Setembro de 1975.

Programação da RTP, *Jornal de Notícias*, 1º Trimestre de 1978.

Programação da RTP, *Jornal de Notícias*, 4 de Maio de 1979.

Programação da RTP, *Jornal de Notícias*, 1º Trimestre de 1982.

“A sanguessuga fiscal”, artigo de Eduardo Moura, *Jornal de Negócios Online*, 5 de Setembro de 2005.

“Empresas passam a pagar taxa de contribuição para RTP”, artigo de Daniel Vaz, *Jornal de Negócios Online*, 2 de Setembro de 2005.

Petições:

“Pelo Regresso do Regiões Local!”

(www.petitiononline.com/regiões/petition.html)

Entrevistas:

Maria Ricardo Cruz – Jornalista e Coordenadora da RTP Porto (Ex-coordenadora do “País Regiões Bragança”) – 9 de Dezembro de 2005.

Lúcinio Ribeiro – Repórter de Imagem da RTP Porto (Ex-repórter de imagem do CER de Bragança, que chegou a exercer funções de Responsável Técnico Operacional, em substituição de outro profissional) – 18 de Janeiro de 2006.

Hélder Antunes – Jornalista e Coordenador da RTP Lisboa (Ex-coordenador do “Regiões Nacional”) – 18 de Janeiro de 2006.

Alves Mateus – Jornalista e Coordenador da RTP Bragança (Actual coordenador do CRC Bragança) – 10 de Janeiro de 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ALINHAMENTOS REFERENTES AO “REGIÕES BRAGANÇA” – JANEIRO DE 2003⁵²

NOTÍCIAS	REGIÃO	TEMA	TEMPO
02-09-2002			
Assalto Telemóveis	Vila Real	Casos de Polícia	0:01:11
Minas de Jales	V.P. Aguiar	Economia	0:02:00
Feira da Maçã e do Vinho	Carrazeda de Ansiães	Feiras	0:02:26
Mostra Gastronómica	Amarante	Feiras	0:01:45
Futebol	Chaves	Desporto	0:02:22
Futebol	Vila Real	Desporto	0:02:32
Associação Futebol	Vila Real	Desporto	0:01:35
Casa Alterne Patrocina GDB	Bragança	Desporto	0:01:58
Festival Intercéltico Sendim	Miranda do Douro	Cultura	0:01:35
03-09-2002			
Água Imprópria	Mirandela	Ambiente	0:02:04
Fonte Mergulho Frieira	Bragança	Ambiente	0:02:14
Obras IP4	Geral	Construções	0:01:49
Aérodromo	Bragança	Transportes	0:02:02
Concurso Raça Mirandesa	Miranda do Douro	Animais	0:01:59
Caminheiros	Vila Real	Desporto	0:02:31
Malhada à Antiga - Cela	Chaves	Cultura	0:02:38
Festival Intercéltico Sendim	Miranda do Douro	Cultura	0:01:32
04-09-2002			
Falta de Médicos	Mogadouro	Saúde	0:01:54
Problemas Laborais	Chaves	Economia	0:02:36
Homem Carenciado	Chaves	Solidariedade	0:01:58
Posto Móvel GNR	Torre de Moncorvo	Segurança	0:02:39
Projectos	Miranda do Douro	Economia	0:01:40
Investimentos Azibo	Macedo de Cavaleiros	Economia	0:01:47
Fraga do Puio - Picote	Miranda do Douro	Curiosidades	0:01:38
Aldeia de Solteirões - Pinhal do Douro	Carrazeda de Ansiães	Curiosidades	0:02:08

⁵² Os espaços sombreados dizem respeito a tempos médios calculados por nós, tendo por base o tempo total do programa em causa e a média que se costumava disponibilizar às entrevistas de estúdio, directos e reportagens.

05-09-2002			
Acidente de Tractor	Bragança	Acidentes	0:01:30
Unidades Hoteleiras	Douro	Economia	0:03:50
Bodegas Urrós	Mogadouro	Construções	0:01:30
Vinho Lhengua Mirandesa - Sendim	Miranda do Douro	Agricultura	0:01:53
Castanheiro Parque Douro Internacional	Miranda do Douro	Curiosidades	0:02:13
Museu do Ferro	Torre de Moncorvo	Cultura	0:01:36
Segada em Moimenta	Vinhais	Cultura	0:03:34

06-09-2002			
Água	Bragança	Ambiente	0:01:51
Água - Izeda	Bragança	Ambiente	0:01:49
Corte Verbas	Alijó	Autarquias	0:02:00
Trânsito Cortado IP4	Geral	Construções	0:01:22
Congresso Vilar de Perdizes	Montalegre	Congressos	0:02:34
Entrevista - Congresso Vilar de Perdizes			0:06:30
Ervas Medicinais	Vinhais	Curiosidades	0:02:12
Bufo Real	Miranda do Douro	Curiosidades	0:01:42

09-09-2002			
Acidente Algoso	Vimioso	Acidentes	0:01:46
Procissão de Triunfo	Lamego	Celebrações	0:01:40
Sr ^a do Naso	Miranda do Douro	Celebrações	0:02:05
Congresso Vilar de Perdizes	Montalegre	Congressos	0:02:35
Futebol	Chaves	Desporto	0:02:24
Futebol	Bragança	Desporto	0:02:50
Festival Música Tradicional	Macedo de Cavaleiros	Cultura	0:03:35

10-09-2002			
Problemas Água	Mirandela	Ambiente	0:01:51
Falta Água Lamadarcos	Chaves	Ambiente	0:02:25
Ministro Educação	Vila Real	Educação	0:01:56
Educadores de Infância	Bragança	Educação	0:02:01
Apoio Livros Escolares	Alfândega da Fé	Educação	0:01:44
Guia Alojamento Estudantes	Vila Real	Educação	0:02:09
Silos - Residência para Estudantes	Bragança	Educação	0:02:08
Feira Antiguidades	Macedo de Cavaleiros	Feiras	0:01:58

11-09-2002			
Polémica Estaleiro - Valdigem	Lamego	Protestos	0:01:59
Feira das Cebolas - Chacim	Macedo de Cavaleiros	Feiras	0:02:10
Casas IGAPHE	Bragança	Autarquias	0:01:47
Aldeias da 4 ^a Geração	Geral	Agricultura	0:03:15
Turismo Rural	Alto Tâmega	Economia	0:02:12
Sinalização Turística	Douro	Economia	0:01:40
Marco Pombalino - Barqueiros	Mesão Frio	Cultura	0:01:50
Exposição Pintura	Murça	Cultura	0:01:40

12-09-2002			
Lobos Atacam Rebanhos - Paradela	Miranda do Douro	Animais	0:02:25
Gado Espanhol - Montesinho	Bragança	Animais	0:02:10
Casas Inacabadas	Alijó	Autarquias	0:01:58
10 Anos a Recibos Verdes	Vila Real	Economia	0:02:22
Bolsa de Emprego	Carraceda de Ansiães	Economia	0:01:58
Jovens Colocam Pneus na Estada	Torre de Moncorvo	Segurança	0:01:52
Artesão Jales	V.P. Aguiar	Cultura	0:01:41
Gaita Mirandesa - Barrocal	Miranda do Douro	Cultura	0:02:35

13-09-2002			
Quebra Produção Maçã	Carraceda de Ansiães	Agricultura	0:01:59
Feira Florestas e Ambiente	Murça	Feiras	0:01:27
Pólo Escolar	Alfândega da Fé	Educação	0:01:52
Ensino Superior Periférico	Vila Real	Educação	0:03:08
Galego/Português	Espanha	Cultura	0:02:18
Alfaiates	Bragança	Cultura	0:03:37
Idosa Faz 103 anos	Bragança	Celebrações	0:01:45

16-09-2002			
Balanço Escolas	Geral	Educação	0:02:02
Pré-primárias	Geral	Educação	0:02:28
Plenário Educação Infância	Bragança	Educação	0:01:55
Escola do Rodo	Peso da Régua	Educação	0:01:26
Acidente Camião	Vila Real	Acidentes	0:01:36
Homem Desaparecido	Vila Real	Casos de Polícia	0:01:45
Futebol	Chaves	Desporto	0:01:17
Exposição Congresso	Bragança	Cultura	0:01:54
Queimada das Bruxas	Montalegre	Cultura	0:02:33

17-09-2002			
Investimentos Saúde 2003	Geral	Saúde	0:02:50
Saúde	Bragança	Saúde	0:01:53
Telescola	Alijó	Educação	0:02:05
Concurso de Gado - Talhas	Macedo de Cavaleiros	Animais	0:02:03
Semana da Mobilidade	Chaves	Celebrações	0:01:57
Troféu Perícias	Chaves	Desporto	0:01:22
Regata Varandas do Douro - Caldas de Aregos	Resende	Desporto	0:02:46
Programa Multimédia Douro	Alfândega da Fé	Nov.Tecnologias	0:01:43

18-09-2002			
Ministro da Educação	Alfândega da Fé	Educação	0:02:03
Escola em Garagem - Escavedas	Peso da Régua	Educação	0:02:10
Distribuição Material Escolar	Boticas	Educação	0:02:14
Jornadas Maria Pia	Bragança	Saúde	0:01:31
Off 2 - Canal UTAD	Vila Real	Nov. Tecnologias	0:00:58
Casas do Parque de Montesinho Encerradas	Bragança	Construções	0:02:06
Conselho de Caça	Vinhais	Caça	0:02:20
Desfolhada - Tourencinho	V.P. Aguiar	Cultura	0:02:31

19-09-2002			
TGV Porto/Zamora	Geral	Transportes	0:02:57
CP Régua/Pocinho	Geral	Transportes	0:03:24
Entrevista - CP Linha Douro			0:03:11
Falta Água - Ribeira da Fraga	Valpaços	Ambiente	0:01:52
Barragem Rabal	Bragança	Construções	0:02:08
Termas Alfaião	Bragança	Construções	0:01:23
Patrocínios GDB	Bragança	Desporto	0:02:01

20-09-2002			
Vindimas Douro	Douro	Agricultura	0:01:53
IDICT Fiscalização Vindimas	Douro	Agricultura	0:03:37
Polícia Atropelado	Bragança	Casos de Polícia	0:01:35
Manifestação Pais	Chaves	Protestos	0:02:13
Expoflávia	Chaves	Feiras	0:02:04
Entrevista Estúdio - Expoflávia			0:06:00
Jornadas Culturais Balsamão	Macedo de Cavaleiros	Cultura	0:02:11

23-09-2002			
Congresso Trás-os-Montes	Geral	Congressos	0:02:14
Dossier Agricultura	Geral	Agricultura	0:02:48
Dossier Vindimas	Douro	Agricultura	0:01:50
Entrevista Estúdio - Pres. Casa do Douro			0:03:30
Acidente/Varanda Destruída - Granja Nova	Tarouca	Acidentes	0:01:30
Dia Europeu Sem Carros	Vila Real	Celebrações	0:02:08

24-09-2002			
Paragem Autocarro Vandalizada	Murça	Casos de Polícia	0:01:54
Enxurrada - Stª Valha	Valpaços	Meteorologia	0:01:34
Congresso Acessibilidades	Geral	Transportes	0:02:47
Entrevista Estúdio - Acessibilidades			0:07:30
Futebol	Chaves	Desporto	0:02:27
Futebol	Vila Real	Desporto	0:03:12

25-09-2002			
Desertificação	Geral	Desertificação	0:02:56
Entrevista Estúdio - Desertificação			0:06:00
Incentivo Jovens Casais	Murça	Desertificação	0:02:47
Rede Escolar	Geral	Educação	0:01:51
Pólos Escolares	Torre de Moncorvo	Educação	0:02:42
IPB/Universidade	Bragança	Educação	0:01:59

26-09-2002			
Congresso Trás-os-Montes	Bragança	Congressos	0:01:30
Directo Congresso	Bragança	Congressos	0:05:00
Durão Barroso - Ensino Universitário	Bragança	Educação	0:00:34
Entrevista Estúdio - Ensino Universitário			0:06:00
Ministro Ensino Superior	Bragança	Educação	0:02:00
Secretário Estado Transportes	Bragança	Transportes	0:02:10
Dossier Turismo	Geral	Economia	0:02:12

27-09-2002			
Congresso Trás-os-Montes	Bragança	Congressos	0:01:48
Directo Congresso	Bragança	Congressos	0:05:00
Pólos Industriais	Bragança	Economia	0:01:07
Visão dos Empresários	Geral	Economia	0:02:26
Pólo Industrial Vila Real	Vila Real	Economia	0:03:12
Júlio Meirinhos	Miranda do Douro	Economia	0:02:15
Entrevistas Rua	Bragança	Congressos	0:01:47
Hotelaria/Restauração	Bragança	Economia	0:01:42

30-09-2002			
Congresso - Presidente da República	Bragança	Congressos	0:02:22
Balanço Congresso	Bragança	Congressos	0:02:24
Entrevista Estúdio	Bragança	Congressos	0:04:00
Caras do Congresso	Bragança	Congressos	0:01:00
Lançamento Livros Congresso	Bragança	Cultura	0:01:06
Futebol	Chaves	Desporto	0:02:47
Futebol	Vila Real	Desporto	0:02:50
Pisa das Uvas	Murça	Cultura	0:02:44

APÊNDICE 2

ALINHAMENTOS REFERENTES AO “PORTUGAL EM DIRECTO” – JANEIRO DE 2006⁵³

NOTÍCIAS	REGIÃO	TEMA	TEMPO
02-01-2006			
Falência Marl	Lisboa	Economia	0:01:42
Banco Alimentar Contra Fome	Geral	Solidariedade	0:01:23
Tuberculose Escola	Bragança	Saúde	0:01:55
Vacinação Meningite	Geral	Saúde	0:02:16
Desertificação Alcoutim	Faro	Desertificação	0:02:56
Protesto Pescador Aveiro	Porto	Protestos	0:01:48
1ºDirecto - Gabinete Mediação Familiar - Braga	Porto	Justiça	0:11:20
Natal de Leste	Coimbra	Comunid. Estrangeiras	0:01:42
Ano Novo Alijó	Bragança	Celebrações	0:02:39
1º Banho Ano - S. Miguel	Açores	Celebrações	0:02:57
2ºDirecto - GMF			0:11:11
Vídeo Denúncia ⁵⁴			0:03:05
Abrigo Animal	Castelo Branco	Animais	0:02:49
800 Anos Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Celebrações	0:03:17
Museu Quimiparque	Lisboa	Cultura	0:03:03

03-01-2006			
Água Algarve	Faro	Ambiente	0:02:40
Off 2 sobre redução consumo água Algarve			0:01:10
Vox Pop			0:01:19
Fendas Bairro Alto	Lisboa	Construções	0:02:22
Vereadores	Lisboa	Construções	0:03:24
Inglesinhos	Lisboa	Construções	0:01:56
1ºDirecto - Troço A11 Barcelos	Porto	Construções	0:12:32
Manifestação Centro Saúde Azambuja	Lisboa	Protestos	0:03:00
Frio Escola Quintã de Jales - V.P. Aguiar	Bragança	Educação	0:02:22
Encontro Jovens Aldeia Valverde - Fundão	Castelo Branco	Ambiente	0:03:16
2ºDirecto - A11			0:10:07
Foto Denúncia			0:01:05
Experiência Anoneiras Sta. Maria	Açores	Agricultura	0:02:47
Azeite Numão - Freixo de Numão	Castelo Branco	Agricultura	0:02:54

⁵³ Os espaços sombreados dizem respeito a tempos médios calculados por nós, tendo por base o tempo total do programa em causa e a média que se costumava disponibilizar às entrevistas de estúdio, directos e reportagens.

⁵⁴ Nem sempre este espaço tem a célula referente ao tempo preenchida, o que se explica pela falta de denúncias por parte dos telespectadores.

04-01-2006			
Off 2 - Cordão Humano	Porto	Protestos	0:01:04
Prédio Régua	Bragança	Construções	0:02:31
Apresentação Urbcom Sta. Maria - Funchal	Madeira	Economia	0:03:22
1º Directo - Fábrica Cutelaria Guimarães	Porto	Economia	0:10:13
Etar Vila Franca	Lisboa	Construções	0:02:54
Cães atacam gado - Faial	Açores	Animais	0:02:14
Lontras bebés - Parque Biológico Gaia	Porto	Animais	0:01:45
2º Directo Guimarães			0:10:35
Foto Denúncia			
Aumento preços rodoviária Beja	Évora	Transportes	0:02:50
Loja Investidor Chinês Vila do Conde	Porto	Comunid. Estrangeiras	0:02:00
Quadros Falsos	Faro	Cultura	0:01:52
Era uma vez - Histórias Infantis Julieta Franco	Geral	Cultura	0:02:30

05-01-2006			
Off 2 - Intoxicação Aves - Vila das Aves	Porto	Saúde	0:01:25
Minas Panasqueira	Castelo Branco	Economia	0:02:42
Minas Aljustrel	Évora	Economia	0:01:47
Crise Caldas da Rainha	Lisboa	Economia	0:01:28
Boca (Crise Caldas da Rainha)			0:00:20
Barreiras Santarém	Lisboa	Problemas Natureza	0:01:57
1º Directo - Barreiras Santarém			0:11:45
Silo Alfama	Lisboa	Transportes	0:02:43
Acordo CML	Lisboa	Autarquias	0:01:29
Cartaz Mirandela	Bragança	Protestos	0:01:53
2º Directo Santarém			0:12:02
Foto Denúncia			0:00:51
Petróleo Algarve	Faro	Economia	0:02:32
Residência Universitária	Açores	Educação	0:02:45
Apelo à Leitura Alijó	Bragança	Cultura	0:02:45

06-01-2006			
Fim Ayer	Lisboa	Economia	0:03:14
Expo Noivos	Lisboa	Economia	0:04:30
Estudantes UBI apoiam Bombeiros	Castelo Branco	Solidariedade	0:02:17
Problemas Cerci	Évora	Solidariedade	0:02:13
Off 2 - Museu do Vidro Marinha Grande	Coimbra	Cultura	0:00:24
1º Directo - Museu do Vidro			0:12:00
Greve Aeroportos	Geral	Protestos	0:01:53
Aeródromo Mogadouro	Bragança	Desporto	0:02:03
Manchas óleo Pico	Açores	Ambiente	0:01:57
2º Directo Marinha Grande			0:10:39
Foto Denúncia			0:01:04
Assaltos em Castelo de Paiva	Porto	Casos Polícia	0:02:07
Faro em BD	Faro	Cultura	0:01:59
Dia de Reis Setúbal	Lisboa	Celebrações	0:01:57
Cantar de Reis Alentejo	Évora	Cultura	0:02:30
Expo Chaves	Bragança	Cultura	0:02:05

09-01-2006			
Pinheiros de Natal	Lisboa	Ambiente	0:03:24
Ucranianos Hospital Covilhã	Castelo Branco	Comunid. Estrangeiras	0:02:26
Rastreio	Bragança	Saúde	0:01:54
Tir Bio	Geral	Ambiente	0:03:03
Bordados	Castelo Branco	Cultura	0:02:43
1º Directo - Bordados			0:10:39
Montaria ao Javali	Castelo Branco	Caça	0:02:03
Contagem Grous Alentejo	Évora	Ambiente	0:03:50
2º Directo			0:10:32
Foto Denúncia			
Protesto Moradores Matosinhos	Porto	Protestos	0:01:54
Caretos Ousilhão	Bragança	Cultura	0:02:02
Feira de Velharias	Évora	Feiras	0:02:46

10-01-2006			
Sítio do Coração	Geral	Saúde	0:01:46
Carrinha Saúde Mértola	Évora	Saúde	0:02:36
Empresa Confeccões Oliveira do Hospital	Coimbra	Economia	0:01:55
Julgamento Vinho Porto Lamego	Bragança	Justiça	0:01:46
1º Directo - Obras Requalificação Espinho	Porto	Construções	0:11:24
Prémios Recria	Lisboa	Construções	0:03:41
Sismo em Lisboa e Algarve	Geral	Problemas Natureza	0:02:23
Videovigilância	Faro	Segurança	0:02:10
2º Directo Espinho			0:09:37
Fotodenúncia			
Mercado Sardoal	Castelo Branco	Feiras	0:02:19
Prejuízos Cavalos Montalegre	Bragança	Animais	0:02:24
Bombeiros Chelas	Lisboa	Bombeiros	0:02:44

11-01-2006			
Off 2 - Manifestação Viseu	Coimbra	Protestos	0:00:23
Directo Viseu			0:16:13
Centro Saúde	Faro	Saúde	0:03:11
Deficiência Postural	Geral	Saúde	0:06:29
Deficiência Postural Prismas			0:02:29
Fim dos Galheteiros	Geral	Economia	0:02:26
Manifestação Ecco Sta. Maria da Feira	Porto	Protestos	0:01:57
Madeiras Vinhais	Bragança	Economia	0:02:06
Protecção Florestas Abrantes	Castelo Branco	Ambiente	0:02:44
Crianças Floresta - Guarda	Castelo Branco	Educação	0:03:00
Margens Douro - Espanha	Bragança	Cultura	0:02:13
Foto Denúncia			

12-01-2006			
Rusga Sabrosa	Bragança	Casos Polícia	0:01:33
Desaparecimento Documentos IEFP	Bragança	Casos Polícia	0:01:42
Manifestação Alcoa - Casal do Marco	Lisboa	Protestos	0:01:37
Off 2 - Mosteiro Alcobaça	Lisboa	Cultura	0:00:43
1º Directo - Mosteiro Alcobaça			0:09:12
Falta Areia na Graciosa	Açores	Construções	0:02:26
Marégrafo Cascais	Lisboa	Cultura	0:03:15
Avaliação UBI	Castelo Branco	Justiça	0:02:27
2º Directo Alcobaça			0:13:13
Vox Pop Alcobaça			0:01:54
Foto Denúncia			0:00:39
Botulismo em Viana	Porto	Saúde	0:02:20
Novo Vinho	Açores	Agricultura	0:02:12

13-01-2006			
Debate Suicídio	Faro	Solidariedade	0:04:16
Parquímetros Mértola	Évora	Solidariedade	0:02:26
Saúde Trás-os-Montes	Bragança	Saúde	0:03:43
1º Directo Saúde Trás-os-Montes			0:11:12
Cartaz Mirandela	Bragança	Protestos	0:02:46
Empresa Cerâmica	Coimbra	Economia	0:02:00
2º Directo Trás-os-Montes			0:13:06
Ateneu	Coimbra	Celebrações	0:02:51
Falso Directo - 1a Feira Esotérica Oeiras	Lisboa	Feiras	0:05:25

16-01-2006			
Esquadra Torres Novas	Lisboa	Protestos	0:02:33
Parque Badajoz	Évora	Economia	0:02:09
Luz Viseu	Coimbra	Energias	0:02:07
Posto Enfermagem Covilhã	Castelo Branco	Saúde	0:01:54
1º Directo - Ourivesaria Gondomar	Porto	Economia	0:11:33
Chá	Geral	Saúde	0:03:30
Palácio Ajuda	Lisboa	Cultura	0:02:04
2º Directo Gondomar			0:09:11
Foto Denúncia			
Miúdos Académico Viseu	Coimbra	Desporto	0:02:44
Menina cai num poço	Faro	Acidentes	0:01:50
Apicultura Penamacor	Castelo Branco	Congressos	0:02:24
Neve	Bragança	Meteorologia	0:01:40
Falso Directo Neve			0:01:07

17-01-2006			
Off 2 - Sobral Monte Agraço	Lisboa	Casos Polícia	0:01:14
Bombeiros Minde	Coimbra	Bombeiros	0:02:23
Hemeroteca	Lisboa	Cultura	0:02:47
Museu Óbidos	Lisboa	Cultura	0:01:59
Museu Relógio Serpa	Évora	Cultura	0:03:10
1º Directo Associação Deficientes Vizela	Porto	Solidariedade	0:10:29
Operação Stop Arganil	Coimbra	Educação	0:02:30
Caso Trás-os-Montes	Bragança	Meteorologia	0:01:42
Ambiente Abrantes	Castelo Branco	Ambiente	0:02:24
2º Directo Vizela			0:08:15
Foto Denúncia			0:00:44
Energia Algarve	Faro	Economia	0:02:38
Macrobiótica	Geral	Saúde	0:02:43
Abóboras Monsanto	Castelo Branco	Cultura	0:02:35
Poesias Alentejanas	Évora	Cultura	0:02:08

18-01-2006			
Comércio Tradicional	Geral	Economia	0:03:41
Empregadas Patroas Arcos	Porto	Economia	0:02:31
Quercus	Castelo Branco	Celebrações	0:02:52
Cirurgia Subaquática	Açores	Animais	0:02:30
Turismo Constância	Évora	Economia	0:02:37
Guerra da Chanfana	Coimbra	Feiras	0:02:13
1º Directo - Guerra da Chanfana			0:09:09
Novo Troço A11	Porto	Construções	0:01:53
Metro Mondego	Coimbra	Autarquias	0:02:08
Luvras Tiago Monteiro Bombeiros Albergaria	Porto	Celebrações	0:02:11
2º Directo Vila Nova Poiares			0:09:06
Matemática ao Sábado	Porto	Educação	0:02:30
Exposição Reciclagem	Évora	Educação	0:02:14

19-01-2006			
Recepção Rúben	Faro	Celebrações	0:03:43
Hospital	Évora	Saúde	0:02:08
Lamego vai ter Teatro	Bragança	Cultura	0:02:36
Ponte	Açores	Construções	0:01:35
Investimento Pilhas Montemor-o-Velho	Coimbra	Economia	0:01:56
Ikea	Porto	Economia	0:02:00
1º Directo - Projecto Realojamento Paços Ferreira	Porto	Solidariedade	0:09:35
Painéis Solares Freixo de Espada-à-Cinta	Bragança	Energias	0:01:51
Lixolândia Constância	Évora	Ambiente	0:03:37
Doença Pinheiros Tróia	Lisboa	Ambiente	0:02:41
2º Directo Paços de Ferreira			0:08:07
Foto Denúncia			
Off 2 - Combustíveis	Geral	Economia	0:00:57
Portugueses Combustíveis			0:01:41
Música Tradicional Galandum Galundaina	Bragança	Cultura	

20-01-2006			
100 Anos Pedro Nunes	Lisboa	Celebrações	0:03:02
Pancadaria na Feira Popular	Lisboa	Casos Polícia	0:02:48
Autarcas	Bragança	Autarquias	0:02:03
Off 2 - Contrato Vidago	Bragança	Economia	0:00:28
1º Directo – Proj. Mulheres Desempregadas Braga	Porto	Solidariedade	0:08:55
Imagiologia Abrantes	Castelo Branco	Saúde	0:02:17
Manifestação Silves	Faro	Protestos	0:02:58
Vedação Cascais	Lisboa	Justiça	0:01:17
2º Directo			0:09:08
Foto Denúncia			0:00:47
Batismo de Vão Alunos Pinhel	Castelo Branco	Educação	0:03:22
Falso Directo 2º Salão Inter.Cavalo Desp. Santarém	Lisboa	Feiras	0:05:26
S. Sebastião Vila Real	Bragança	Celebrações	0:02:26

23-01-2006			
Comércio Tradicional	Geral	Economia	0:02:00
Gado morre em Vimioso	Bragança	Animais	0:02:10
Escola sem Alunos	Bragança	Educação	0:03:05
1º Directo - Escolas sem alunos Guarda	Castelo Branco		0:16:19
Play Gym	Geral	Educação	0:02:03
Rancho Cadeira Rodas Stª Maria de Lamas	Porto	Solidariedade	0:02:24
Idosos Póvoa Sta. Iria	Lisboa	Solidariedade	0:03:11
2º Directo Guarda			0:13:11
Foto Denúncia			0:01:18
100% Cool	Évora	Segurança	0:02:49
Santuário Alcácer do Sal	Lisboa	Cultura	0:02:38
Homenagem Eugénio de Andrade	Castelo Branco	Celebrações	0:02:24

25-01-2006			
Bombeiros	Évora	Bombeiros	0:02:36
Serviços Reabilitação Hospital Júlio de Matos	Lisboa	Saúde	0:03:34
Doentes Casa das Tílias			0:02:44
1º Directo Júlio de Matos			0:13:36
Sítio Nazaré	Lisboa	Problemas Natureza	0:02:42
Forte S. Miguel	Lisboa	Problemas Natureza	0:02:06
Internet no Interior (Sertã)	Castelo Branco	Novas Tecnologias	0:02:24
Mais Júlio de Matos			0:02:41
2º Directo			0:12:30
Foto Denúncia			0:01:24
800 Anos Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Celebrações	0:03:08

26-01-2006			
Reabertura Esquadra	Évora	Segurança	0:02:09
Escola Proíbe Tabaco	Bragança	Educação	0:02:01
Inundação	Lisboa	Acidentes	0:02:31
Cheias Montemor	Coimbra	Meteorologia	0:03:00
Barragem	Bragança	Construções	0:02:17
1º Directo - Porto Recreio	Faro	Construções	0:12:21
Demolição Outlet Grijó	Porto	Construções	0:02:37
Cinemas Vila Franca em Extinção	Lisboa	Cultura	0:01:56
Teatro sem Dinheiro	Faro	Cultura	0:02:37
Autocarro do Teatro	Faro	Cultura	0:02:07
2º Directo			0:13:09
Foto Denúncia			0:01:03
Concerto Mozart	Castelo Branco	Celebrações	0:02:48

27-01-2006			
Projecto Cegos	Lisboa	Solidariedade	0:03:07
Projecto Origens	Coimbra	Comunidad. Estrangeiras	0:02:11
Ordenamento Território Algarve	Faro	Ambiente	0:03:21
Estágio Selecção	Évora	Construções	0:02:51
Polis Portalegre	Évora	Construções	0:02:20
1º Directo Pólis Portalegre			0:09:42
Comércio Justo	Castelo Branco	Solidariedade	0:02:25
Off 2 - Feira da Caça Macedo	Bragança	Feiras	0:00:18
Feira do Fumeiro Montalegre	Bragança	Feiras	0:02:22
2º Directo Portalegre			0:10:36
Foto Denúncia			0:01:29
EDP Cacém	Lisboa	Energias	0:03:50
Azeite Mirandela	Bragança	Agricultura	0:02:12

30-01-2006			
Caixamat	Geral	Educação	0:01:51
Teatro Carrazeda de Ansiães	Bragança	Cultura	0:02:00
Neve Alentejo	Évora	Meteorologia	0:02:42
Neve Algarve	Faro	Meteorologia	0:02:35
Frio Monsanto	Castelo Branco	Meteorologia	0:02:27
Pesquisa Antártida	Geral	Meteorologia	0:03:15
Termas Chaves	Bragança	Construções	0:02:40
1º Directo -Termas Chaves			0:12:42
Pêra Rocha Oeste	Lisboa	Agricultura	0:02:30
Camião Óbidos	Lisboa	Agricultura	0:02:21
2º Directo Chaves			0:10:37
Foto Denúncia			0:01:18
Água Azambuja	Lisboa	Economia	0:01:34
Cross das Amendoeiras	Faro	Desporto	0:02:39

31-01-2006			
Directo - Serviço de Urgência	Coimbra	Saúde	
Directo			
Directo - Bloco de Cirurgia - Operação			
Directo - Unidade de Cuidados Intensivos			
Directo - Medicina Nuclear			
Directo			
Directo - Bloco Cirúrgico Central			
Directo - Chegada Helicóptero			
Directo			
Directo			
Directo - Sala de Emergência			
Falso Directo			
Directo - Mais uma Cirurgia			
VMER			
Falso Directo - Unidade de Motorização de Epilepsia			
Falso Directo - Parte Farmacológica			
Directo Administração			0:50:00

APÊNDICE 3

TEMAS EM ANÁLISE: CATEGORIAS

ACIDENTES – Entram nesta categoria acidentes de viação, quedas e actos involuntários dos homens.

AGRICULTURA – Apesar de ser uma categoria que muitas vezes é analisada no âmbito do sector económico, dada a sua importância que assume nomeadamente para Trás-os-Montes, optámos por estudá-la à parte. Incluímos neste item todas as questões ligadas à produção agrícola e os próprios produtos regionais resultantes dessa produção.

AMBIENTE – Neste ponto, incluímos todas as reportagens que dizem respeito ao equilíbrio do planeta em que vivemos. Assim, sempre que estão em causa elementos do nosso ecossistema como em a água, a floresta, espécies em vias de extinção, o ordenamento do território, o tratamento de resíduos, serão tidos em conta neste nível do nosso estudo.

ANIMAIS – Os animais, nomeadamente aqueles que são classificados como sendo raças autóctones, complementam, de alguma forma, a importância que a agricultura assume no nosso país. Só não os incluímos na mesma categoria porque nem só destas espécies se faz a informação regional. Neste ponto de análise estão também incluídos temas como a biologia marinha e a protecção de animais.

AUTARQUIAS – Tendo em conta que o nosso estudo se debruça sobre a informação regional, destacamos aqui tudo o que diz respeito aos órgãos de poder local e às suas decisões.

BOMBEIROS – Tratamos aqui os assuntos dedicados aos Soldados da Paz, que vão desde iniciativas que desenvolveram aos problemas com que se têm de defrontar para levar a cabo o seu papel na sociedade.

CAÇA – Nas épocas que lhe são reservadas, são muitas as iniciativas cinegéticas levadas a cabo pelas diferentes regiões, pelo que entendemos fazer deste tema uma categoria de análise.

CASOS DE POLÍCIA – Incluímos neste ponto todas as notícias que relatam situações em que a ordem pública é posta em causa e é exigida a intervenção da polícia, como no caso de assaltos, actos de vandalismo, desordem pública.

CELEBRAÇÕES – Quando o assunto são festas, homenagens e outro tipo de celebrações, seja de que ordem for, estamos perante assuntos a incluir nesta categoria.

COMUNIDADES ESTRANGEIRAS – Tudo o que se refira a imigrantes, ou ainda a minorias étnicas, é incluído neste nível de análise.

CONGRESSOS – Todas as conferências, encontros de especialistas, serão analisados neste item.

CONSTRUÇÕES – Este ponto de análise é bastante vasto, no que respeita aos temas que inclui. Nesta categoria incluímos todo o tipo de obras, seja na rede rodoviária, em casas, barragens e outras estruturas. Podemos também encontrar aqui assuntos relativos a problemas em habitações, novos empreendimentos anunciados e inaugurações de construções.

CULTURA – Nesta categoria estarão em destaque os temas que reflectam a riqueza cultural de cada região como exposições, festivais, museus, livros, música, cinema, pintura, tradições, artesãos, o património cultural e histórico e a língua portuguesa.

CURIOSIDADES – Inserimos nesta categoria as notícias que dizem respeito a situações fora do comum, a casos raros e a algumas dádivas da natureza.

DESERTIFICAÇÃO – A desertificação é, hoje em dia, um flagelo para muitas regiões de Portugal. Pelo facto de ser uma temática que é transversal a algumas das categorias em análise, decidimos categorizá-la à parte.

DESPORTO – O futebol e outras modalidades desportivas são classificados neste ponto.

ECONOMIA – A economia é o motor da sociedade, é a sua espinha dorsal, razão para categorizarmos aqui todas as notícias que dêem conta de investimentos importantes para o seu desenvolvimento, bem como alguns problemas que o sector económico atravessa.

EDUCAÇÃO – Também a educação assume uma importância fulcral para a sociedade, daí a incluirmos nesta temática as reportagens que dão conta das iniciativas governamentais neste campo, os apoios, os problemas que cada região enfrenta, por exemplo, com o encerramento de escolas, a falta de condições, as iniciativas de alunos, de professores e das próprias instituições de ensino...

ENERGIAS – As crises no sector energético e algumas alternativas são com frequência notícia, que analisamos nesta categoria.

FEIRAS – Esta categoria reflecte muito o traço das diferentes regiões de Portugal, das suas especificidades, uma vez que é através de feiras e mostras que elas se dão a conhecer, que mostram o que têm de mais característico e tentam atrair visitantes e investimentos.

JUSTIÇA – Encontramos nesta categoria as notícias de situações que exigem a intervenção dos mecanismos judiciais.

METEOROLOGIA – As consequências do estado do tempo são muitas vezes notícia, principalmente quando inesperadas. Podemos, assim, encontrar nesta categoria reportagens sobre a neve, o frio, enxurradas, cheias...

NOVAS TECNOLOGIAS – As novas tecnologias vão-se impondo na nossa sociedade à medida que se vão fazendo novas descobertas e progressos. A Internet que faz falta no interior do país na Era da Sociedade da Informação, as possibilidades que as tecnologias multimédia podem trazer ao Douro são exemplos de temas que enquadrámos nesta categoria.

PROBLEMAS NATUREZA – Neste ponto, estão classificados todas as forças da natureza que estão por detrás dos sismos, deslizamentos de terra, a diminuição da orla costeira...

PROTESTOS – Incluímos nesta categoria as manifestações de diferentes quadrantes da sociedade, queixas de populares, relativamente às mais diversas questões.

SAÚDE – Dada a importância desta temática para a sociedade, é um assunto incontornável em qualquer noticiário. Nesta categoria analisamos tudo o que diz respeito a esta temática, desde reportagens que retratam os problemas derivados à falta de médicos, os investimentos feitos no sector, alguns surtos, formas de prevenção, bem como algumas estruturas hospitalares.

SEGURANÇA – Neste ponto são analisadas notícias que dão conta de algumas iniciativas e estruturas com vista ao reforço da segurança rodoviária e em diferentes localidades.

SOLIDARIEDADE – Incluímos aqui todas as reportagens que dizem respeito a apoios sociais, instituições de solidariedade social, bem como alguns problemas sociais.

TRANSPORTES - Nesta categoria não nos limitámos a incluir os meios de transporte noticiados, mas também alguns trabalhos que dizem respeito às próprias vias de comunicação.